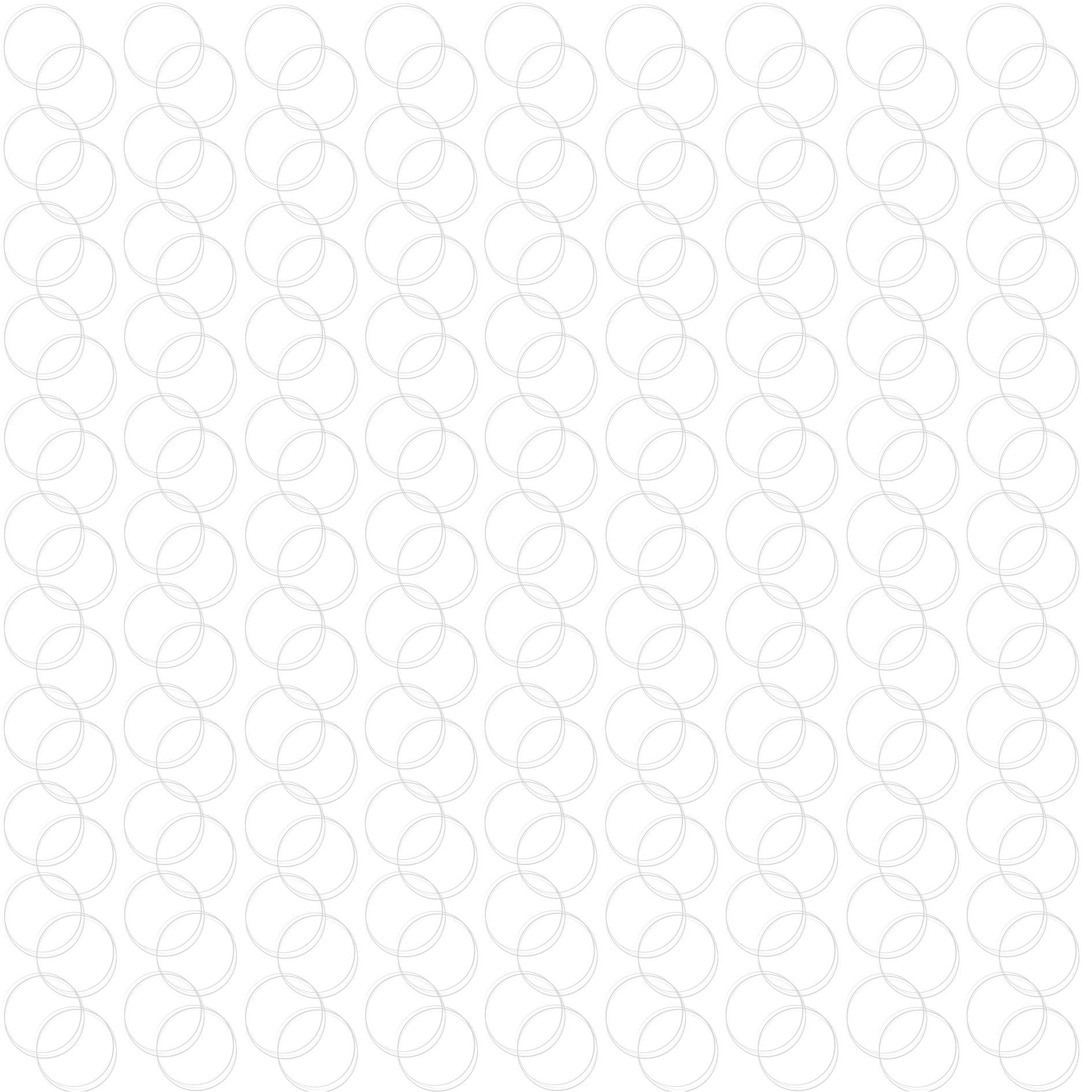


RESUMO TÉCNICO P D U I

REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ
PLANO DE DESENVOLVIMENTO
URBANO INTEGRADO





GOVERNO DO PARANÁ

Secretaria do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas
(SEDU)

Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Carlos Massa Ratinho Junior

Governador

Augustinho Zucchi

**Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano e de
Obras Públicas**

Superintendente do PARANACIDADE

PARANACIDADE

Camila Mileke Scucato

Superintendente Executiva

Hélio Sabino Deitos

Diretor de Operações

José Elizeu Chociai

Diretor de Administração e Finanças

PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

Processo Licitatório | Concorrência Pública 001/2019 do
PARANACIDADE

Contrato 008/2020 - PARANACIDADE

Contratada | URBTECTM ENGENHARIA, PLANEJAMENTO E
CONSULTORIA LTDA

Portaria 005/2022 - 18 de fevereiro de 2022

Geraldo Luiz Farias | **Gestor do Contrato**

Fernando Domingues Caetano | **Fiscal do Contrato**

Glauco Pereira Junior | **Fiscal Substituto do Contrato**

Realização da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas (SEDU), Serviço Social Autônomo Paranacidade e URBTEC™

O PDUI da RMM decorre da Concorrência Pública 001/2019 e Contrato de Prestação de Serviços nº 008/2020, celebrado no dia 08 de outubro de 2020, entre a URBTEC™ Engenharia, Planejamento e Consultoria e o Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

APRESENTAÇÃO

A promoção do desenvolvimento sustentável, inclusivo e igualitário, é o principal objetivo do governo do Estado do Paraná na implementação da política urbana em parceria plena com os municípios. Desta maneira temos a certeza de que, em conjunto as políticas públicas de educação, saúde, promoção econômica e social, proteção ao meio ambiente, promoção da igualdade e ampliação da infraestrutura, irão propiciar a prosperidade aliada as melhores condições e oportunidades de vida, lazer, redução das desigualdades aos paranaenses, garantindo que ninguém seja deixado para trás.

O Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Maringá é uma realização do Estado do Paraná, por meio da Secretaria do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas (SEDU), coordenado por seu ente de cooperação o Serviço Social Autônomo PARANACIDADE, que realizou a gestão, o acompanhamento, e a fiscalização da execução dos serviços elaborados pela Consultoria.

O presente documento técnico apresenta o Resumo da Etapa 6: Propostas Consolidadas da Elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado — PDUI da Região Metropolitana de Maringá.

É o resultado de um processo iniciado pela SEDU, após a instituição da Lei Federal 13.089/2015, denominada Estatuto da Metrópole, e alterada pela Medida Provisória nº 818/2018, a qual determina que todas as Regiões Metropolitanas e Aglomerações Urbanas desenvolvam seus Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado – PDUIs.

O PDUI é um instrumento legal que estabelece, com base no processo permanente de planejamento, as diretrizes e ações para orientar o desenvolvimento da Região Metropolitana de Maringá, buscando reduzir as desigualdades, ampliar as oportunidades e, ainda, melhorar as condições de vida da população metropolitana de todos os Municípios que a compõem. Sua relevância está pautada na oportunidade de planejamento e gestão conjunta entre o Estado e Municípios que integram a Região Metropolitana de Maringá.

Em um processo amplo de participação envolvendo o setor produtivo, a academia, a sociedade civil e o governo nos níveis federal, estadual e municipal, este PDUI procurou identificar as oportunidades e desafios da Região, apresentando ações e diretrizes para atração e a identificação de novos investimentos e pleno desenvolvimento da Região, de forma distribuída e equânime.

Carlos Massa Ratinho Júnior
Governador do Estado

Augustinho Zucchi
Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas e Superintendente do PARANACIDADE

Camila Mileke Scucato
Superintendente Executiva do PARANACIDADE

PREFEITOS

Rogério Aparecido Bernardo
Prefeito de Ângulo

Suzie Aparecida Pucillo Zanatta
Prefeita de Astorga

Carlos Eduardo Armelin Mariani
Prefeito de Atalaia

Raimundo Severiano de Almeida Junior
Prefeito de Bom Sucesso

Emerson Toledo Pires
Prefeito de Cambira

Édilen Henrique Xavier
Prefeito de Doutor Camargo

Edna de Lourdes Carpine Contin
Prefeita de Floraí

Ademir Luiz Maciel
Prefeito de Floresta

Antonio Emerson Sette
Prefeito de Flórida

Eliseu Silva da Costa
Prefeito de Iguaçu

Vitor Aparecido Fedrigo
Prefeito de Itambé

Sergio Jose Santi
Prefeito de Ivatuba

Lauro de Souza Silva Junior
Prefeito de Jandaia Do Sul

Fabio Chicaroli
Prefeito de Lobato

Mauricio Aparecido da Silva
Prefeito de Mandaguaçu

Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado
Prefeita de Mandaguari

Victor Celso Martini
Prefeito de Marialva

Ulisses de Jesus Maia Kotsifas
Prefeito de Maringá

Marcondes Araújo da Costa
Prefeito de Munhoz De Mello

Moacir Olivatti
Prefeito de Nova Esperança

Manoel Rodrigo Amado
Prefeito de Ourizona

Ismael Batista
Prefeito de Paçandu

João Pericles Martinati
Prefeito de Presidente Castelo Branco

Fernando Brambilla
Prefeito de Santa Fé

Agnaldo Carvalho Guimaraes
Prefeito de São Jorge do Ivaí

Walter Volpato
Prefeito de Sarandi

EQUIPE DE SUPERVISÃO

Virgínia Thereza Nalini | Gestora do contrato
Entre 08 de outubro de 2020 e 17 de fevereiro de 2022

Geraldo Luiz Farias | Gestor do Contrato
A partir de 18 de fevereiro de 2022

Carlos Augusto Storer | Fiscal do Contrato
Entre 08 de outubro de 2020 e 17 de fevereiro de 2022

Fernando Domingues Caetano | Fiscal do Contrato

Glauco Pereira Junior | Fiscal do Contrato
A partir de 18 de fevereiro de 2022

EQUIPE DE APOIO

Fernando Brambilla
Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense - AMUSEP

Alexandre Cantagallo
Associação dos Municípios do Vale do Ivaí - AMUVI

Adriana de Souza Ricardo Gaio
Escritório Regional do Paranacidade de Maringá - ERMGA

Fabio Fumagalli Vilhena de Paiva
Escritório Regional do Paranacidade de Maringá - ERMGA

Fernando Henrique Boschini Lemucch
Escritório Regional do Paranacidade de Maringá - ERMGA

Edagr Silvestre
Escritório Regional do Paranacidade de Maringá - ERMGA

Bruna Barbosa Barroca
Prefeitura Municipal de Maringá

Samira Elias Silva
Prefeitura Municipal de Maringá

REPRESENTANTES DAS INSTITUIÇÕES ESTADUAIS

Rodrigo Pina de Almeida
Casa Civil

Raphael Rolim de Moura | Diretor geral | Titular
Fernando Paulo da Silva Maciel Filho | Coordenador jurídico | Suplente
Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba – COMEC

Fabício Castilho Haesbaert
Jozemar Losano
Sergio Augusto Portela
Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR

Roberto Abagge dos Santos | Titular
Octávio José Silveira da Rocha | Suplente
Departamento de Estradas e Rodagem do Paraná – DER

Everton Luis da Costa Souza
Antonio Carlos C. Moreto
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo - SEDEST

Josil do Rocio Voidela Baptista | Titular
Luciana Bruel Pereira | Suplente
Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística - SEIL

Fabício Miyagima
Gustavo Machado
Sonia Maria dos Santos
Secretaria de Estado do Planejamento e Projetos Estruturantes - SEPL

Gislaine Elizete Beloto | Aquiteta docente da UEM | Titular
Hitomi Mukai | Arquiteta docente da UNIOESTE | Suplente
Superintendencia Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI

EQUIPE DE ACOMPANHAMENTO MUNICIPAL

Donizete Negri
Edimilson Moreira
Edson Buzatto
José Marcio Vilhena
Tais Vitorino dos Santos
Prefeitura de Ângulo

Alexandre Orestes Gonçalves
Edineia Melagutti
Prefeitura de Astorga

Eduardo Sirote Borges Geisimone
Bento de Lima
José Andrey Cestaro
Juliana Silva Rodrigues
Paulo Cesar Trassi
Renata Vilhena de Paiva
Rodrigo Cristiano Afonso
Vanderlei Berti
Prefeitura de Atalaia

Bruna Zonin Munaretto
Daniel Lucas de Souza
Daniele Cristhine Pereira
Fabiane R. C. da Silva
Emanuel de Paula Silva
Marcos Aurelio Mendonça
Pedro Gabriel Simili
Pedro Jairo da Costa Melo
Ronita A. de Carvalho
Prefeitura de Bom Sucesso

Edipo Alves Soares
Julio Cesar B. Sapatini
Jorge Marcato Donato
Rafael Trindade Sperandio
Rogrigo Rodrigues
Prefeitura de Cambira

Danieli Oliveira de Ponte
Douglas Ribeiro do Prado
José Alberto de Mendonça
Nazareno Maróstica
Rafael Jacomini Reis
Prefeitura de Doutor Camargo

Amanda Tuler Beluomini
Bruna Carla Fernandes
Edson Viotto
Elisangela Cristina Ganazza
Marcos Tulio Cremonezze Gimenez
João Donizete Longo
Paulo Sergio Contin
Prefeitura de Florai

Ademir Luiz Maciel
Edivaldo Dias
Jaiane Camila Oliveira
Laryssa Regina Pirola
Marcela Inacio De Brito
Rodrigo Cesr Marangoni
Prefeitura de Floresta

Maria Luiza B.P. De Souza
Prefeitura de Flórida

Adalberto José Moreira
Angelo Zampieri Neto
Delcrecio José Driussi
Gustavo Souza Kuhn
Heitor Lopes Canavezi
Otávio H. G. de Almeida
Vinicius Mendes Parladore
Prefeitura de Iguaçu

Barbara Santos Garcia
Carlos Henrique J. Naufel
Helton E. de Camargo
Luiz Florentino Ribeiro
Maria A. Alino Rosa
Prefeitura de Itambé

Odeir Pereira de Melo
Reinaldo da Silva
Roberto Augusto Governo
Valter Vassoler Junior
Prefeitura de Ivatuba

Elvis Junior Pontara
Mileni Cristina Da Silva
Thayná R de O. Boldrin
Vitor M. Elias Hashimoto
Prefeitura de Jandaia Do Sul

EQUIPE DE ACOMPANHAMENTO MUNICIPAL

Ana Paula Kaneko
Edino Wilson F. Neves
Odair Laurentino
Pascoal A. Palhares
Tihara Keli M.S. Mantovani
Prefeitura de Lobato

Adalberto W. F. Da Silva
Elton A. M. da Silva
João Renato Antoniazi
Mauricio Roberto Ceolim
Prefeitura de Mandaguçu

Dioni de Souza Gomes
Gilberto A. Domingues Jr
Patricia Salvador Candido
Rafael Rossetto Ribeiro
Ronaldo Deo Silva
Prefeitura de Mandaguari

Paulo Ungari
Prefeitura de Marialva

Ana Lúcia Rodrigues
Bruna Barbosa Barroca
Laura Granzotto
Leonardo Ramos Fabian
Rodolfo Vassoler da Silva
Rogério Yabiku
Samira Elias Silva
Sidnei Oliveira Telles Filho
Diego Vieira Ramos
Prefeitura de Maringá

Leandro A. do Prado
Leticia Borges dos Reis
Leila Maria Spessato
Miriã Nunes Venancio
Prefeitura de Munhoz De Mello

Alyson Rodolfo Ozako
Bruna Michelly Presnal
Michel A. de Abreu Gomes
Rodrigo Franco Siqueira
Vinicius Fatobeni Salvaterra
Prefeitura de Nova Esperança

Fabiani Ferrarezi
Oswaldo Maggi Filho
Rafaela de Alemar Fardin
Rosa M. da Silva Martins
Rubens Vanço
Prefeitura de Ourizona

Mari Catiene Lorençone
Maycon Renato Troli Belém
Prefeitura de Paçandu

Ademir Crispim Da Silva
Adriano Leiner Faccin
Dionísio Gil Carraro
Ewerton Guelssi
Hyago Magalhães Sevilha
José Antonio Troleis
Liliane Schilive Faccin
Marco Aurélio Roque
Prefeitura de Presidente Castelo Branco

Carlos Eneias F. A Da Silva
Heloisa Righetto Senise
Jaime Berleseir Júnior
Ligya Fernandes Lucier
Marian Angela Jambers Sacandelai
Renata Alvez Perez
Prefeitura de Santa Fé

Caio Henrique Juvêncio
Cíntia De Souza Quelin
Renan Ghiraldi de Oliveira
Valci Perdomo da Silva
Yohana Mackert
Prefeitura de São Jorge Do Ivaí

Eduardo Aparecido S. Kun
Fabiano Neves Gonçalves
Maurício Rogério da Silva
Nídia Yuri Kurata
Prefeitura de Sarandi

EQUIPE TÉCNICA PRINCIPAL URBTEC™

ESPECIALISTAS

Luiz Hayakawa | Dr. Arquiteto Urbanista
Coordenador Geral

Luis Henrique Fragomeni | MSc. Arquiteto Urbanista
Responsável pela área de planejamento e gestão do uso e ocupação do solo

Celso Antonio Lago Beckman | MSc. Administrador
Responsável pela área de administração pública

Gil Fernando Bueno Polidoro | MSc. Geólogo
Responsável pela área de meio ambiente

Gustavo Taniguchi | MSc. Engenheiro Civil
Responsável pela área de mobilidade urbana

Suely Fischer De Moraes | Socióloga
Responsável pela área de mecanismos de participação

Guilherme Kircher Fragomeni | MSc. Advogado
Responsável pela área de direito urbanístico e ambiental

Pedro Luis Fuentes Dias | MSc. Engenheiro Florestal
Responsável pela área de saneamento básico

APOIO

Maximo A. Silva Migueles | Engenheiro Cartógrafo
Geoprocessamento e cartografia

Paulo Victor Grein | Jornalista
Redator

Jose Geraldo Lopes de Noronha Filho
Tecnologia da Informação

Luara Andrade Godoi
Secretariado Executivo

Gustavo Taniguchi | MSc. Engenheiro Civil
Coordenador Geral Adjunto

Manoela Fajgenbaum Feiges | MSc. Arquiteta Urbanista
Coordenadora Adjunta

Lissandra Baldissera | Arquiteta Urbanista
Analista Do Contrato

Luisa Amorielo Spolador | Arquiteta Urbanista
Apoio Técnico

Maria Eduarda Dircksen Aguiar | Arquiteta Urbanista
Apoio Técnico

Maria Vitória Cavalotti Kultchek | Arquiteta Urbanista
Apoio Técnico

Augusto Dos Santos Pereira | Dr. Geógrafo

Annelissa Gobel Donha | MSc. Engenheira Agrônoma

Cecília Parolim Ferraz | Engenheira Cartógrafa e
Agrimensora

Claudio Marcelo Rodrigues Iarema | Advogado

Luciane Leiria Taniguchi | Advogada

Mariano De Matos Macedo | Dr. Economista

Matheus Rocha Carneiro | Jornalista

Renato Stall Filho | Arquiteto Urbanista

Sérgio Luiz Zacarias | Jornalista

Luiz Guilherme Tavares
Mariana Sacoman Kszan
Renata Karolina Alcântara
Renato Stall Filho
Sabrina Zminko Kurchaidt
Sofia de Toledo Cenci
Theo Marcello Moro Zanardo
Estagiários de Arquitetura e Urbanismo

Antonia Vieira Zanella
Brunna Marques Sepulveda Brum
Barbara Nehls
Estagiários de Geografia

SUMÁRIO

PLANO DE TRABALHO E MOBILIZAÇÃO

21	Introdução
22	Principais Agentes
23	Objetivos
23	Eventos
26	Eventos Realizados

DIAGNÓSTICO

31	Introdução	49
32	Planejamento Territorial e Uso do Solo	50
38	Mobilidade Metropolitana	52
42	Meio Ambiente	56
46	Síntese do Diagnóstico	58

PROPOSTAS

Introdução	49
Síntese das Diretrizes e Propostas	50
Planejamento Territorial e Uso do Solo	52
Mobilidade Metropolitana	56
Meio Ambiente	58

RECORTE METROPOLITANO

61	Introdução	64	Opções de recorte metropolitana
62	Revisão da delimitação territorial	66	Detalhamento das Opções de Recorte

RECOMENDAÇÕES PARA GESTÃO METROPOLITANA

69	Introdução	76	Cenário para rateio dos custos
70	Modelo Preliminar	76	Processo de Gestão por FPIC
73	Custos Operacionais		

PLANO DE AÇÃO

81	Introdução	94	Política pública de regularização fundiária
84	Planejamento Territorial e Uso do Solo	96	Sistema de acompanhamento e monitoramento
86	Mobilidade Metropolitana	97	Acompanhamento do PDUI
90	Meio Ambiente	97	Monitoramento das ações e projetos

MINUTAS DE ANTEPROJETO DE LEI

99	Introdução	102	Da RM, suas funções públicas e governança
100	Da instituição do PDUI na RMM	103	Da instituição da governança interfed.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

104	Considerações Finais	106	Referências Bibliográficas
-----	----------------------	-----	----------------------------

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

AEs	Áreas Estratégicas
COMEM	Coordenação da Região Metropolitana de Maringá
EA	Equipe de Apoio
EAM	Equipe de Acompanhamento Municipal
EIV	Estudo Impacto de Vizinhança
EM	Estatuto da Metrópole
ES	Equipe de Supervisão
FPICs	Funções Públicas de Interesse Comum
IAT	Instituto Água e Terra
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
NUC	Núcleo Urbano Central
ODS	Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável
PDM	Plano Diretor Municipal
PDUI	Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado
PDUR	Política de Desenvolvimento Urbano e Regional
PERS	Plano Estadual de Resíduos Sólidos
PGV	Polos Geradores de Viagem
PLANMOB	Plano de Mobilidade Municipal
PSA	Pagamento por Serviços Ambientais
RM	Região Metropolitana
RMM	Região Metropolitana de Maringá
SEDU	Secretaria de Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas
TR	Termo de Referência
UC	Unidade de Conservação

INTRODUÇÃO

O presente documento integra o conteúdo técnico desenvolvido no âmbito de elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de Maringá (2020 - 2022)

O Estatuto da Metrópole, instituído pela Lei Federal n.º 13.089/2015 e alterações, determina que todas as regiões metropolitanas e aglomerações urbanas desenvolvam seus Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUIs).

O PDUI, de acordo com o Estatuto da Metrópole, trata-se do instrumento legal que estabelece, com base no processo permanente de planejamento, as diretrizes e ações para orientar o desenvolvimento de uma Região Metropolitana, buscando reduzir as desigualdades e melhorar as condições de vida da sua população.

O Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de Maringá é uma realização do Estado do Paraná, a partir do Serviço Social Autônomo PARANACIDADE, vinculado à Secretaria do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas, responsável pelo acompanhamento, a gestão e a fiscalização da execução dos serviços elaborados pela Consultoria URBTEC™.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO

O Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) é um instrumento urbanístico definido pelo Estatuto da Metrópole (Lei Federal nº 13.089/2015)

ORIENTA O PLANEJAMENTO E A GOVERNANÇA DE REGIÕES METROPOLITANAS, VISANDO A INTEGRAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DOS MUNICÍPIOS PERTENCENTES A ESSAS REGIÕES

É fundamental que seu conteúdo seja guiado por uma integração espacial e temática:

- Aspectos sociais
- Aspectos econômicos
- Aspectos ambientais
- Aspectos culturais
- Aspectos urbanos

O PDUI da Região Metropolitana de Maringá busca nortear a gestão regional, prezando por seu desenvolvimento integrado, alinhado ao Estatuto da Metrópole e ao PDUR.

PROPOSTA TÉCNICA DE RECORTE TERRITORIAL PARA CONFORMAÇÃO DA RM E GESTÃO DAS FPICs, APONTANDO OS PROCESSOS QUE DEVEM SER SEGUIDOS PELA FUTURA GOVERNANÇA DA REGIÃO

As atividades norteadoras do PDUI são estudos técnicos e eventos públicos, visando a compreensão da realidade e apuração das visões das comunidades através da participação popular.

RESUMO TÉCNICO

Resultado de todas as etapas de elaboração do PDUI da Região Metropolitana de Maringá.

Síntese do desenvolvimento do PDUI e seus principais conteúdos, como o diagnóstico, propostas, definição do recorte metropolitano e recomendações para a gestão metropolitana.

GOVERNANÇA INTERFEDERATIVA

Refere-se ao compartilhamento das responsabilidades e ações entre os entes da Federação para organização, planejamento e execução das FPICs, implementado por meio da instituição de uma entidade interfederativa para a gestão do território metropolitano.

TANGE A OPERACIONALIZAÇÃO EM TERMOS POLÍTICO - TÉCNICO - ADMINISTRATIVOS DAS FPICs

PROMOVE UMA GESTÃO EFICAZ COM COMPARTILHAMENTO DE RESPONSABILIDADES E PREVALÊNCIA DOS INTERESSES COMUNS

FUNÇÕES PÚBLICAS DE INTERESSE COMUM | FPICs

As Funções Públicas de Interesse Comum são atividades ou serviços que não podem ser realizados pelo município isoladamente, ou que causem impacto nos outros municípios integrantes da região metropolitana.

DELIMITAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DE UMA RM

O conteúdo do PDUI está atrelado às FPICs, as quais refletem as realidades e necessidades regionais e demandam políticas públicas de integração.

REGIÕES METROPOLITANAS | RMs

Agrupamento político e geográfico de municípios limítrofes, ou seja, cidades ao entorno de uma metrópole ou município polo, conforme critérios do IBGE.

AGRUPAMENTO CONSTITUÍDO POR LEI E REPRESENTA UMA UNIDADE TERRITORIAL ESTADUAL

A formação das RMs decorre de relações significativas de interligação, partindo principalmente do município polo. Dessa forma, é possível caracterizá-las por fenômenos urbanos

Conurbação | junção da malha urbana de municípios vizinhos

Movimentos pendulares | deslocamentos intermunicipais diários por motivos de estudo e trabalho

Relações de dependência de equipamentos públicos, comércios e serviços

ETAPAS DE ELABORAÇÃO DO PDUI MARINGÁ

A Etapa 03 contempla a síntese das principais questões relacionadas às Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs). É nesta etapa que serão levantados e analisados os pontos de convergência e de divergência dos interesses metropolitanos na espacialização das FPICs.

DIAGNÓSTICOS, DIRETRIZES E PROPOSTAS DE PROJETOS SETORIAIS PRIORITÁRIOS

DEFINIÇÃO DE PROCESSOS REFERENTES ÀS FPICs PRIORIZADAS

Em virtude dos desafios institucionais inerentes à organização dos territórios metropolitanos, a Etapa 04 dedica-se, essencialmente, à análise e à determinação dos processos referentes às funções públicas de interesse comum (FPICs).

PLANO DE TRABALHO E MOBILIZAÇÃO

Esta etapa dedica-se ao planejamento global dos trabalhos relativos à Elaboração do PDUI para a RMM, incluindo ajustes de conteúdos previstos, alinhamento das metodologias gerais, cronogramas, eventos, formato de entregas dos resultados e demais acordos entre a contratante e a contratada, sob a prerrogativa de almejar o resultado mais eficaz.

DETERMINAÇÃO DO RECORTE TERRITORIAL DA REGIÃO METROPOLITANA

Esta etapa tem como objetivo avaliar e determinar o recorte da Região Metropolitana de Maringá, de forma que o recorte seja composto por aqueles municípios que apresentem elevado nível de integração com o município polo. Também nesta etapa se identifica sub-espacos e suas relações diversas.

MODELO DE GOVERNANÇA INTERFEDERATIVA METROPOLITANA

A Etapa 05 se debruça sobre a proposta de Modelo de Governança Interfederativa, que contempla uma instituição de instância metropolitana, de caráter público e interfederativo. Sua atribuição primária tange a operacionalização em termos político-técnico-administrativo das mencionadas FPICs.

RELATÓRIO FINAL COM PROPOSTAS CONSOLIDADAS

A etapa final de construção deste Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado concatena a integridade dos elementos refletidos e deliberados ao longo das etapas anteriores. Em vista disto, a Etapa 6 é dedicada ao fechamento das propostas submetidas em um formato de Plano de Ação.



FPIC DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Diz respeito à ocupação humana sobre o território da Região Metropolitana, analisando o que compete às suas legislações, atividades, tendências e conflitos.

Tem o objetivo de planejar o ordenamento territorial em compatibilidade com os bens naturais da Região, instrumentos legais vigentes e interesses de desenvolvimento regional.

Se refere aos deslocamentos de pessoas e bens na escala metropolitana, analisando o que compete ao sistema de transporte público e às interdependências viárias entre os Municípios pertencentes à RM.

Tem o objetivo de planejar o aprimoramento do sistema viário e de transportes, propondo soluções conjuntas para melhor atender às movimentações pendulares - elemento característico das RMs.

FPIC DE MOBILIDADE METROPOLITANA



É relativa aos recursos naturais metropolitanos e analisa o que compete aos serviços ambientais e ecossistêmicos, assim como aos conflitos entre áreas de interesse ambiental e de expansão urbana.

Tem como objetivo planejar o aprimoramento desses serviços no âmbito metropolitano. Além disso, visa ações de compatibilização entre o desenvolvimento humano e econômico regional, junto à conservação e preservação dos bens naturais.

FPIC DE MEIO AMBIENTE



Para orientar a elaboração do Programa de Desenvolvimento Urbano e Regional (PDUR), foram priorizadas três Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs):

FUNÇÕES PÚBLICAS DE INTERESSE COMUM



PLANO DE TRABALHO E MOBILIZAÇÃO



A presente seção detalha os produtos, eventos e mobilizações realizadas no decorrer da elaboração do PDUI , dentre as Etapas definidas, em prol do atingimento de seus objetivos. O conteúdo apresentado é pautado no Termo de Referência do Edital de Concorrência 0001/2019, assim como nos registros de atividades do Plano.

PRINCIPAIS AGENTES

EQUIPE DE SUPERVISÃO (ES)

A ES coordenou e supervisionou todas as etapas do processo de elaboração do PDUI da RMM, sendo composta por técnicos da SEDU e do Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

EQUIPE DE APOIO (EA)

A EA auxiliou na supervisão de todas as etapas do processo de elaboração do PDUI da RMM, além de colaborar para a elaboração coletiva do plano. Foi composta por representantes da Prefeitura do Polo, das associações de municípios da região e do escritório regional do Paraná

URBTEC™ (CONSULTORIA)

A consultoria geriu o processo de elaboração do PDUI, pesquisando, tabulando e analisando dados e desenvolvendo os produtos e relatórios da elaboração do PDUI, mantendo a interface com o Governo do Estado com a frequência adequada para a efetividade do trabalho

Os trabalhos desenvolvidos na elaboração do PDUI da Região Metropolitana de Maringá foram conduzidos pelas equipes de supervisão e de apoio do Plano, com participação das Equipes de Acompanhamento Municipal e empresa URBTEC™ em conjunto com o Governo do Estado e as Prefeituras Municipais, de modo que o poder público atuou não somente como agente fiscalizador, mas também como idealizador do Plano. Igualmente fundamental foi a participação da população local, garantindo a contemplação dos anseios da comunidade na discussão do Plano.

EQUIPE DE ACOMPANHAMENTO MUNICIPAL (EAM)

A EAM participou e auxiliou na realização de todos os eventos do processo de elaboração do PDUI. Foi composta por técnicos municipais e representantes da sociedade civil organizada dos municípios integrantes das RMs eleitos nas reuniões da Etapa de Mobilização

SOCIEDADE CIVIL

A sociedade civil participou do Plano a partir de segmentos representativos na composição da Equipe de Acompanhamento Municipal, por meio de eventos públicos e encaminhando suas contribuições virtualmente por meio do canal oficial do plano.

DEMAIS AGENTES ENVOLVIDOS

REPRESENTANTES DAS INSTITUIÇÕES ESTADUAIS: Representantes das secretarias, agências e demais órgãos estaduais que acompanharam o desenvolvimento do Plano

RESPONSÁVEIS PELOS CENTROS DE APOIO: Técnicos municipais e gestores públicos que auxiliaram na mobilização da população, da sociedade civil organizada, de lideranças políticas e demais interessados em participar do processo de elaboração do Plano

OBJETIVOS

O PDUI da RMM tem como finalidade geral a definição de objetivos, diretrizes e propostas de intervenção para o desenvolvimento metropolitano

Organização administrativa dos territórios metropolitanos

Orientações às ações futuras dos setores público e privado

Para a elaboração do PDUI, deverá ser levado em conta:

- Agenda 2030
- Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS)
- Referência para a Inovação, Inteligência e Sustentabilidade das cidades e regiões

1. Determinação do Recorte Territorial da Região Metropolitana

2. Elaboração do diagnóstico, das diretrizes e propostas setoriais metropolitanas

3. Definição de processos referentes às três FPICs priorizadas

4. Proposição de modelo de governança interfederativa

EVENTOS



Ocorreram sob a prerrogativa de alinhar o andamento dos trabalhos, tanto por parte da Consultoria, quanto por parte da Equipe de Supervisão e Equipe de Apoio

REUNIÕES TÉCNICAS



Foram momentos de troca de conhecimento, com objetivo de extrair informações pertinentes ao poder público local, bem como instigar discussões quanto ao processo de planejamento territorial

OFICINAS TÉCNICAS



Foi um momento de apresentação e discussão do novo recorte metropolitano, articulando atores locais na discussão das questões que envolvem o desenvolvimento urbano metropolitano

FÓRUM METROPOLITANO



Esses eventos tiveram como objetivo principal a promoção do diálogo democrático. A realização de audiências é condição obrigatória para aprovação do processo do PDUI

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS



Evento público que pactua o conteúdo produzido ao longo do processo democrático de desenvolvimento do plano. Tem por objetivo a apresentação dos produtos finais do PDUI

CONFERÊNCIA METROPOLITANA

OBJETIVO

PRODUTOS

EVENTOS PREVISTO NO TR

E01

PLANO DE
TRABALHO
E MOBILIZAÇÃO

Essa etapa dedicou-se ao planejamento global dos trabalhos relativos à elaboração do PDUI para a RMM, incluindo ajustes de conteúdos previstos, alinhamento das metodologias gerais, cronogramas, eventos, formato de entregas dos resultados e demais acordos entre a contratante e a contratada.

- **Produto 1** – Plano de Trabalho e Mobilização
- **Relatório de Atividades 01**



Reunião Técnica inicial



Reuniões Técnicas 01 e 02



Reuniões extraordinárias conforme demanda

E02

DETERMINAÇÃO
DO RECORTE
TERRITORIAL DA RM

Essa etapa teve como objetivo avaliar o recorte da Região Metropolitana de Maringá, determinando seus níveis de integração com o município polo e FPICs prioritizadas. Também nesta etapa se objetivou identificar sub-espacos e suas relações diversas.

- **Produto 2A** – Síntese da leitura da RM
- **Produto 2B** – Subespacos, metropolitanos e não metropolitanos
- **Produto 2C** – Recorte territorial por parâmetros técnicos
- **Relatório de Atividades 02**



Reuniões Técnicas 03 e 04



Oficinas Técnicas 01



1º Fórum Metropolitano

E03

DIAGNÓSTICOS,
DIRETRIZES E
PROPOSTAS DE
PROJETOS SETORIAIS E
PRIORITÁRIOS

A Etapa 03 contemplou a síntese das principais questões relacionadas às Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs). Nessa etapa foram levantados e analisados os pontos de convergência e de divergência dos interesses metropolitanos na espacialização das FPICs.

- **Produto 3A** – Planejamento Territorial e Uso do Solo
- **Produto 3B** – Mobilidade Metropolitana
- **Produto 3C** – Meio Ambiente
- **Produto 3D** – Síntese das convergências e divergências
- **Produto 3E** – Macrozoneamento
- **Produto 3F** – Consolidação do Recorte da Região Metropolitana
- **Relatório de Atividades 03**



Reuniões Técnicas 05, 06 e 07



Oficina Técnica 02



1ª Audiência Pública

E04

DEFINIÇÃO DE PROCESSOS REFERENTES ÀS TRÊS FPICs PRIORIZADAS

OBJETIVO

Em virtude dos desafios institucionais inerentes à organização dos territórios metropolitanos, a Etapa 04 dedicou-se, essencialmente, à análise e determinação dos processos de gestão referentes às Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs).

PRODUTOS

- **Produto 4** – Definição dos processuais relativos às FPICs
- **Relatório de Atividades 04**

EVENTOS PREVISTO NO TR



Reuniões Técnicas 08, 09 e 10



Oficina Técnica 03



2ª Audiência Pública

E05

MODELO DE GOVERNANÇA INTERFEDERATIVA

A Etapa 05 se debruçou sobre a proposta de Modelo de Governança Interfederativa, de forma a delinear, à luz do Estatuto da Metrópole e em conjunto com os atores envolvidos no processo de elaboração do PDUI, uma proposta para o perfil da entidade metropolitana, sua composição, atribuição e forma de funcionamento.

- **Produto 5A** – Modelo preliminar de Gestão Interfederativa
- **Produto 5B** – Modelo de Governança Interfederativa Metropolitana
- **Produto 5C** – Minuta de anteprojeto de Lei Complementar
- **Relatório de Atividades 05**



Reuniões Técnicas 11, 12 e 13



Oficina Técnica 04



3ª Audiência Pública

E06

RELATÓRIO FINAL COM AS PROPOSTAS CONSOLIDADAS

A etapa final de construção do Plano concatenou os elementos refletidos e deliberados ao longo das etapas anteriores. Em vista disto, a Etapa 06 é dedicada ao fechamento e compatibilização das propostas submetidas em um formato de Plano de Ação e Minuta de Lei do PDUI.

- **Produto 6A** – Relatório Consolidado
- **Produto 6B** – Plano de Ação
- **Produto 6C** – Minuta de Anteprojeto de Lei Complementar do PDUI
- **Resumo Técnico**
- **Relatório de Atividades 06**



Reuniões Técnicas 14 e 15



Conferência Metropolitana

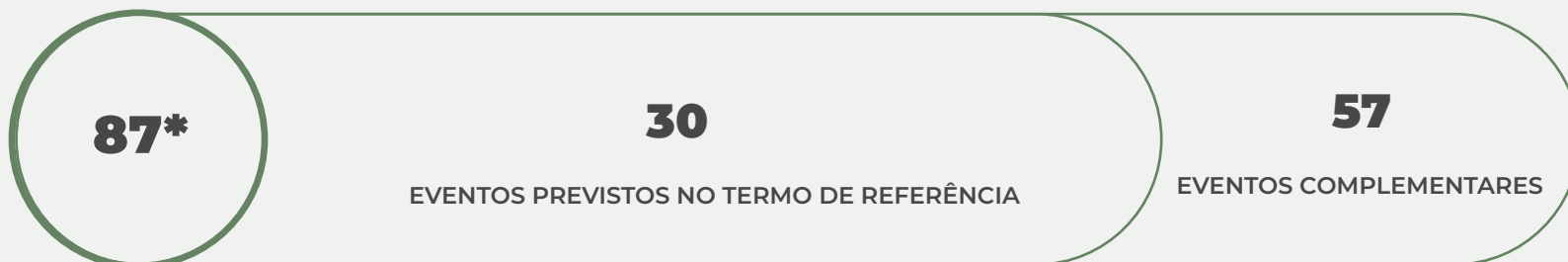
EVENTOS REALIZADOS

Ao longo do desenvolvimento do PDUI, foram realizados os eventos previstos no Termo de Referência, além de eventos complementares, os quais são apresentados a seguir.

ETAPAS



EVENTOS REALIZADOS NO DECORRER DO PLANO



*Contabilizados até dia 11/11/2022

EVENTOS REALIZADOS

FORMATO DOS EVENTOS

EVENTOS
PRESENCIAIS

EVENTOS
VIRTUAIS

EVENTOS HÍBRIDOS
(nos modelos virtuais e presenciais)

OFICINAS TÉCNICAS 1

FOI REALIZADA UMA OFICINA TÉCNICA PARA CADA MUNICÍPIO DA REGIÃO METROPOLITANA

Capacitar as equipes municipais na definição do recorte territorial metropolitano, fomentando o debate sobre a participação do município na RM

DATA DE REALIZAÇÃO 03/02/2021 A 05/02/2021 | 08/02/2021 A 10/02/2021 | 26/04/2021 A 27/04/2021



SANTA FÉ



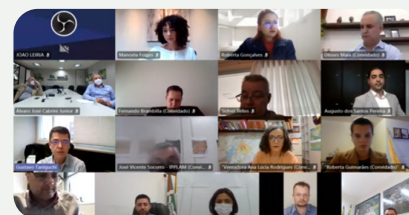
MUNHOZ DE MELLO

FÓRUM METROPOLITANO

APRESENTOU OS RESULTADOS OBTIDOS DURANTE A ETAPA 2 - DETERMINAÇÃO DO RECORTE TERRITORIAL DA RMM

Fomentou o debate entre gestores públicos, lideranças políticas, técnicos municipais e equipes de acompanhamento sobre a configuração espacial e gestão da RM

DATA DE REALIZAÇÃO 06/05/2021



REUNIÃO TÉCNICA 9

DEFiniu AS AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DAS FPICs

Construiu junto aos representantes dos órgãos e instituições governamentais atuantes na RM propostas para a gestão das FPICs prioritárias

DATA DE REALIZAÇÃO 28/07/2022



CONFERÊNCIA METROPOLITANA

APRESENTAR O PRODUTO FINAL DO PDUI, CONTEMPLANDO O MODELO PRELIMINAR DE GOVERNANÇA INTERFEDERATIVA, O QUADRO COM A SISTEMATIZAÇÃO DAS PROPOSTAS ESTRUTURANTES METROPOLITANAS E A MINUTA DE LEI DO PDUI

DATA DE REALIZAÇÃO 30/11/2022

O presente relatório será entregue aos municípios integrantes da Região Metropolitana atual durante a Conferência Metropolitana no dia 30 de novembro de 2022.

O caderno foi desenvolvido durante a **Etapa 06** — Propostas Consolidadas e contempla os resultados de todas as etapas de desenvolvimento do PDUI da RMM.

Conferência
Metropolitana
do PDUI

30/11 às 14h

EVENTOS REALIZADOS

As audiências públicas tiveram por objetivo submeter à apreciação da população os resultados obtidos nas Etapas 03, 04 e 05 do PDUI, possibilitando contribuições

PRIMEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA

DATA DE REALIZAÇÃO 11/05/2022

Foram instalados Centros de Apoio Municipais em cada município da Região Metropolitana com o objetivo de viabilizar o acompanhamento e participação da população municipal na Primeira Audiência Pública. Também foi realizada a transmissão do evento na plataforma Youtube



SEGUNDA AUDIÊNCIA PÚBLICA

DATA DE REALIZAÇÃO 01/09/2022

A Audiência seguiu os modelos do evento anterior, e contou com os Centros de Apoio Municipal (CAMs) na maior parte dos 26 municípios integrantes da RMM, além do evento presencial realizado no município polo



TERCEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA


DATA DE REALIZAÇÃO 04/11/2022

Assim como nos modelos anteriores, a Audiência contou com a montagem dos Centros de Apoio Municipal e transmissão do evento via Youtube.

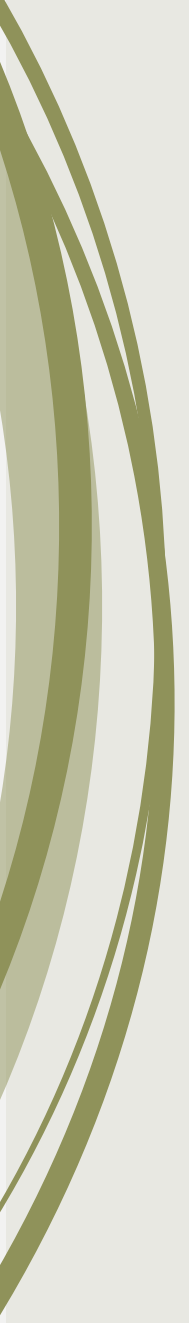


*ATÉ A DATA DE CONFEÇÃO DESTE DOCUMENTO, 15 MUNICÍPIOS DA RMM, QUE PARTICIPARAM DA AUDIÊNCIA E MONTARAM CENTROS DE APOIO, NÃO HAVIAM ENVIADO SEUS REGISTROS PARA CONTABILIZAÇÃO DO NÚMERO DE PARTICIPANTES.





DIAGNÓSTICO



O presente capítulo se refere ao diagnóstico do PDUI, desenvolvido a partir da identificação da atual realidade da Região Metropolitana de Maringá, a partir do levantamento de diversos dados de relevância das Funções Públicas de Interesse Comum de Planejamento Territorial e Uso do Solo, Mobilidade Metropolitana e Meio Ambiente.

A leitura dessa realidade se deu também a partir dos eventos técnicos e públicos realizados, em que os principais aspectos da Região são relatados pelas equipes municipais e população local.

A partir dos dados e informações levantados, foram realizadas análises que destacaram as forças e fraquezas para a gestão das FPICs prioritárias, bem como as oportunidades e ameaças delineadas pelas tendências regionais futuras. Esse processo subsidiou a definição das diretrizes e propostas do PDUI, apresentadas na sequência.

PLANEJAMENTO TERRITORIAL E USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

DIAGNÓSTICO

1925

A ocupação urbana do território em que hoje incide a região metropolitana está vinculada ao projeto de colonização com a doação de terras para a Companhia de Terras Norte do Paraná com a finalidade de construção de estrada de ferro

Planejamento de cidades de Londrina e Maringá foi o eixo estrutural que formatou a ocupação do solo na região

1977

Plano Diretor do Eixo Londrina - Maringá reforça a proposta de organização territorial e linearização da expansão urbana e industrial, além de incluir a proposta de macrozoneamento para o controle do uso do solo

2005

Lei Complementar Estadual nº 111/2005, que dispõe sobre o funcionamento das regiões metropolitanas do Estado do Paraná, inclui a atividade de Planejamento, Uso e Ocupação do Solo

2015

Estatuto da Metrópole Lei Federal nº 13.089/2015, apresenta o planejamento territorial metropolitano como uma Função Pública com fundamentos legais as diretrizes para Uso do Solo e Macrozoneamento

FUNÇÃO PÚBLICA DE INTERESSE COMUM (FPIC)

Planejamento do ordenamento territorial deve ser compatível aos bens naturais da RMM, instrumentos legais vigentes e interesses de desenvolvimento regional

Planejamento territorial e uso e ocupação do solo

Os processos de conurbação, necessidade de proteção de áreas de fragilidade ambiental e otimização da logística regional, evidenciaram a relevância da ação conjunta dos municípios no planejamento do uso e ocupação do solo

Ocupação humana sobre o território da Região Metropolitana

As análises dos levantamentos - municipais e metropolitanos - apontaram as tendências regionais futuras, que viabilizaram a avaliação dos aspectos positivos e negativos para a orientação das propostas

1973

Expansão da ocupação do solo com o crescimento da agricultura e indústria e RMM se consolidando como a principal área agroindustrial do estado

Proposta de organização territorial a partir de Polos de Crescimento e modelo tripolar proposto pela Política Estadual de Desenvolvimento Urbano do Paraná (PDUR-PR)

Reconhecimento das três regiões funcionais como unidades territoriais de planejamento integrado, sendo o "Projeto METRONOR" (1973) a iniciativa que busca a consolidação de uma metrópole no interior

Resultado da estruturação do Eixo Londrina - Maringá

1988

Estabelecimento das RMs de Londrina e de Maringá e das Coordenações COMEM e COMEL

Como consequência, ocorreu a desarticulação entre o planejamento da RMM e da RML, representando um retrocesso no planejamento territorial

A fragilidade institucional e atuação limitada das Coordenações na implementação e gestão das FPICs, resultou na inexistência de um planejamento efetivo para as regiões

Ausência do plano e do processo de planejamento integrado da região norte, representou um retrocesso no planejamento territorial e no controle do uso do solo

COMPARTIMENTOS POR USO DO SOLO

A Região Metropolitana de Maringá considera a existência de três grandes compartimentos:

Foram definidos a partir da interpretação das principais características homogêneas predominantes na região

Eixo 1 - Articulação regional

Atração de população e concentração de atividade econômica. Abriga 70% da população, cujo PIB per capita está 9% acima da média regional. Representa oportunidade para o tratamento integrado das FPICs Planejamento Territorial e Uso do Solo e Mobilidade Metropolitana

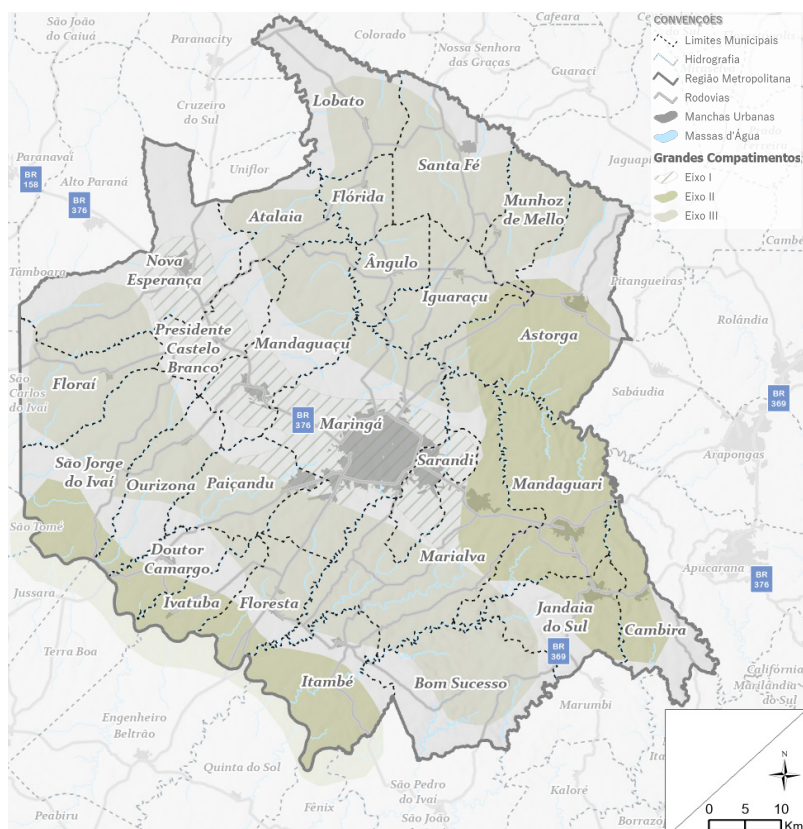
Eixo 2 - Compartimento a sudeste

Importância ambiental pela alta concentração de recursos hídricos e áreas de risco moderado. Composto por mananciais de superfície dos Rios Ivaf e Pirapó que correspondem a 70% do abastecimento público da região

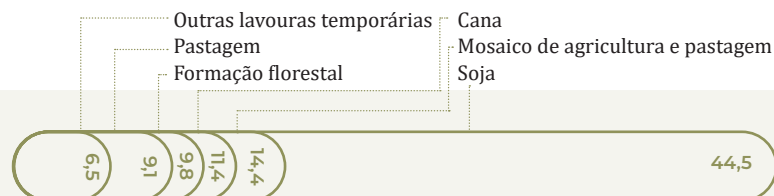
Eixo 3 - Compartimento de exploração agropecuária

Abriga municípios com características rurais e menos densos demograficamente. Consolidação da frente agrícola e preservação das APPs nos fundos de vale e margens de rios. Avanço das monoculturas em detrimento da diversidade de outras culturas e sobre áreas que deveriam ser protetivas dos mananciais

Mapa de grandes compartimentos da RMM



TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

**ÁREA RURAL**

As áreas voltadas à agropecuária (pastagem, cana, soja, mosaico de agricultura e pastagem e outras lavouras temporárias, floresta plantada) representam 86,5% do uso do solo da região

- Crescimento expressivo para a produção de cana e declínio a pastagem na região
- Crescimento gradativo do plantio de soja
- Relativa conservação da região do Rio Ivaí

A monocultura e as culturas extensivas de soja e cana, ocupam juntas 55% da área regional

- Tendência de expansão de cana em direção ao compartimento com maior densidade de corpos hídricos de mananciais, vulnerabilidade geoambiental quanto à agricultura mecanizada
- As duas usinas (em Maringá e Jandaia do Sul) e duas destilarias (em Marialva e Astorga) localizadas na região do manancial do Pirapó representam impacto potencial pelo lançamento da vinhaça nos solos

As áreas de **floresta**, principalmente a subclasse de floresta plantada, tiveram um aumento contínuo, representando crescimento de 37,4% na última década

ÁREA URBANA

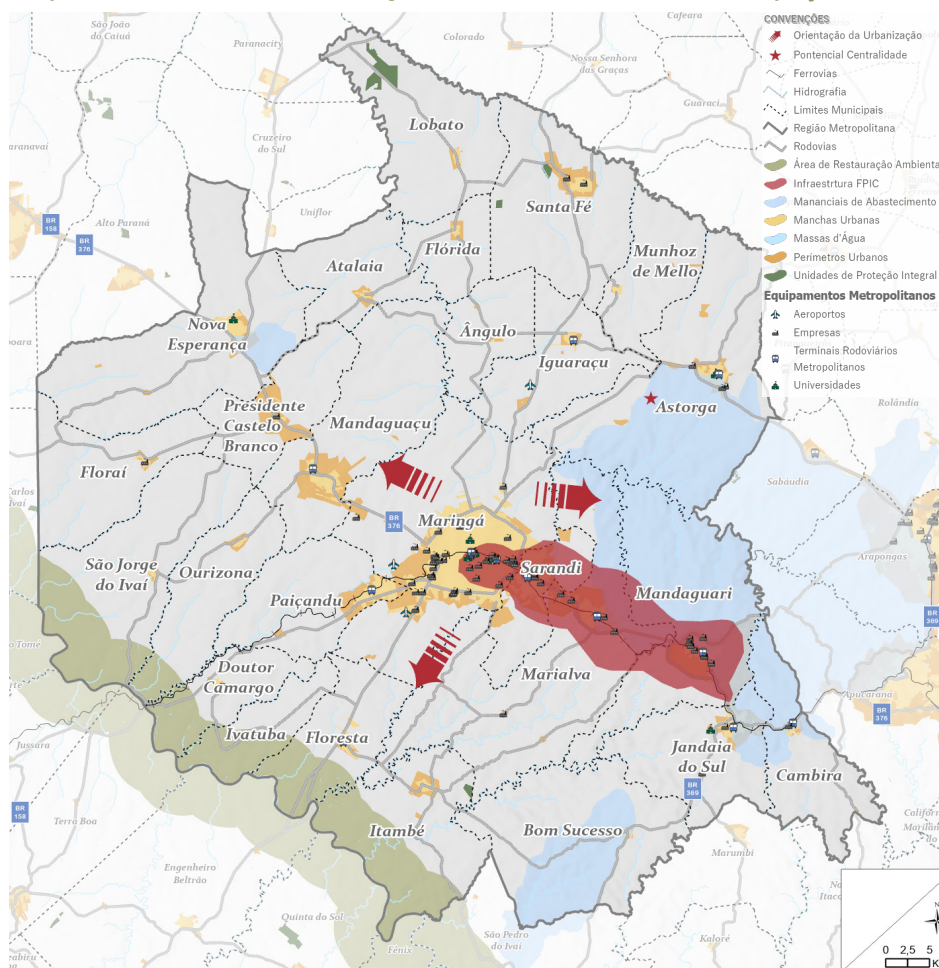
- Crescimento do tecido urbano em ritmo acelerado, abrangendo 3,29% da área regional em especial ao longo do Eixo 1 e consolidação do Núcleo Metropolitano
- Necessidade de controle de ocupações em crescimento nas bacias do Rio Ivaí e Pirapó
- Menores taxas de crescimento ao norte da RMM

ÁREA OCUPADA POR RECURSOS HÍDRICOS

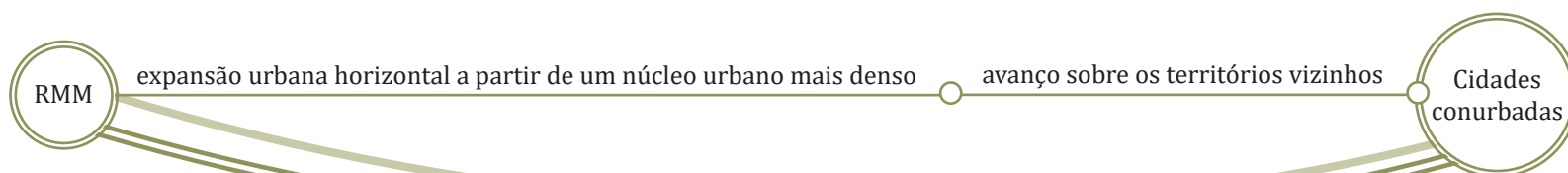
- Crescimento da área superficial ocupada pelos recursos hídricos no território regional em 18,7% na última década

A pequena representatividade dos recursos hídricos contrasta com a sua importância como recurso natural e com a gestão interfederativa do uso do solo

Mapa síntese da FPIC de Planejamento Territorial e Uso e Ocupação do Solo



USO DO SOLO



Na década de 80, com o crescimento da industrialização regional, o crescimento demográfico se transferiu da cidade polo para as cidades vizinhas – ao longo do eixo ferroviário e rodoviário – conformando a “Metrópole Linear do Norte”

EIXO DE ARTICULAÇÃO URBANA

A expansão do tecido urbano nos últimos 30 anos foi intensa principalmente, nos seis municípios formadores do eixo estruturado pelo conjunto regional de ferrovia e rodovias (Mandaguçu, Mandaguari, Marialva, Maringá, Paçandu e Sarandi)

RELAÇÃO URBANO - RURAL

Caracteriza a condição sociocultural e territorial da região. Um território com forte integração dos municípios articulados pelo corredor de transportes com o centro de Maringá e por outro lado, falta de integração municipal

Região Metropolitana de Maringá

associada a

Região Metropolitana de Londrina

Estratégia de ocupação do espigão no norte pioneiro deu origem a formação da Metrópole Paraná Norte

ÁREA RURAL

Substituição das culturas tradicionais pela monocultura

ÁREA URBANA

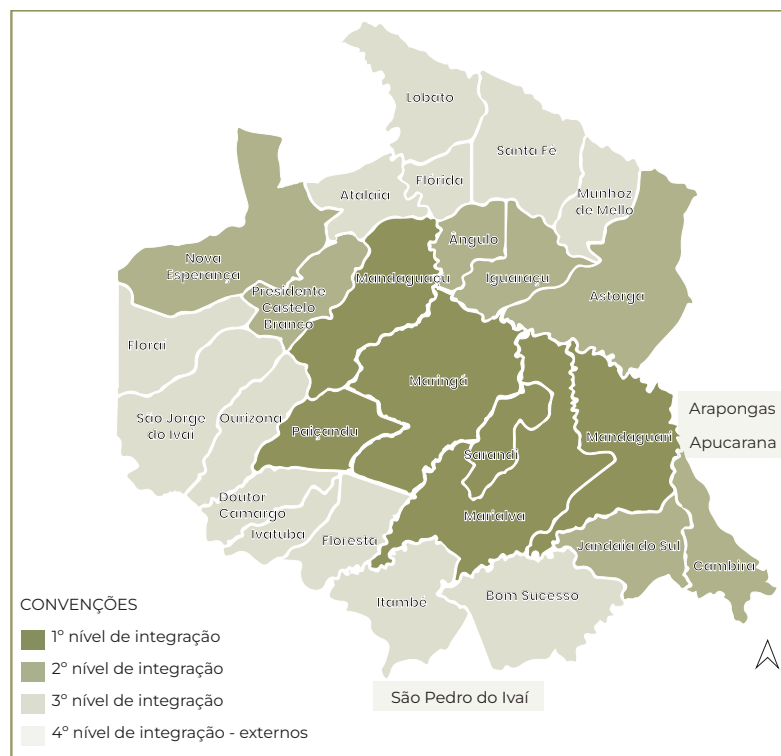
Distribuição desigual do crescimento e do acesso à infraestrutura e serviços

Governança interfederativa

Experiência de quase 45 anos do planejamento regional com a instituição do METRONOR

Disparidades e o descrédito entre os principais atores no processo de planejamento, motivado tanto pelas hesitações e descontinuidades, como pela falta de identidade de um ente responsável pelo planejamento metropolitano

Mapa de níveis de integração



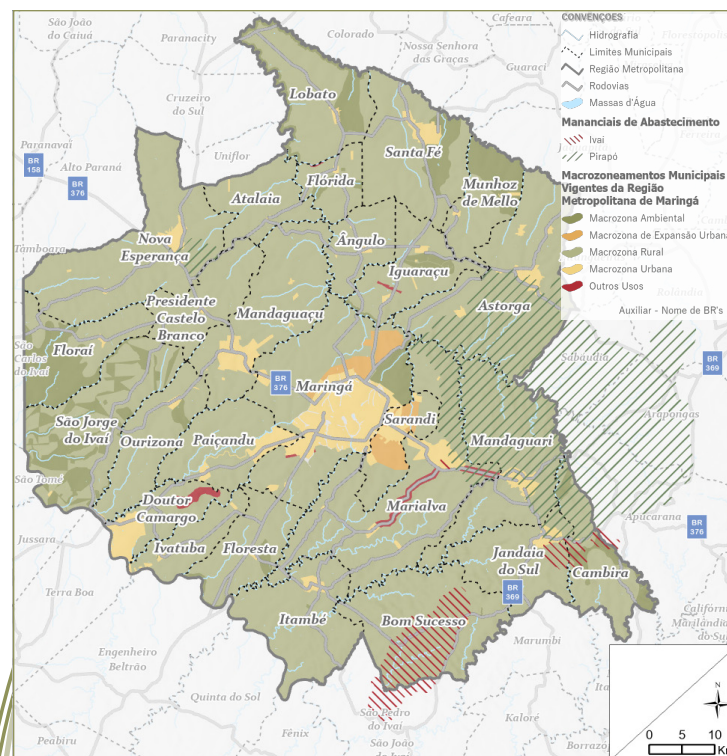
Primeiro nível de integração – municípios com proximidade a Maringá, conurbados ou forte interdependência no uso do solo (eixo de articulação metropolitana)

Segundo nível de integração – municípios um pouco mais distantes em continuidade aos eixos regionais de transporte e com interdependência no uso do solo

Terceiro nível de integração – municípios com baixa acessibilidade ao polo e interdependência no uso do solo ocorre pelas características rurais ou UC ou Corredor Ambiental que os integram

Quarto nível de integração – municípios que não fazem parte do recorte preliminar da RMM, porém, abrigam em seu território nascentes de bacias de mananciais de interesse metropolitano, ou ainda, por apresentarem interdependência com os municípios inseridos corredor de articulação urbana são eles S. Pedro do Ivaí, Apucarana e Arapongas

Mapa de macrozoneamento



Propostas vigentes do macrozoneamento dos municípios

Análise de características fisiográficas regionais

Tendências reais de uso do solo

NORMALIZAÇÃO E EQUALIZAÇÃO DAS MACROZONAS

Identificação de convergências e divergências nas macrozonas da região, que são:

- Urbana | perímetro urbano
- Expansão urbana | inserção no perímetro urbano
- Industrial | ocupação e localização lindeira ou próxima aos eixos de transporte regional
- Rural | agropecuária e rural sustentável
- Ambiental | corredores ambientais
- Usos especiais

DIAGNÓSTICO	URBANA	○	Distribuição desigual do crescimento e do acesso à infraestrutura e serviços	Macrozoneamento urbano permeável à atividade industrial seletiva localizada ao longo dos acessos rodoviários
	EXPANSÃO URBANA	Possibilita a consolidação do eixo de articulação urbana	○	Potencial para a multimodalidade
	INDUSTRIAL	Localizada ao longo dos principais eixos rodoviários e acessos ao tecido urbano	Permite a localização da atividade industrial e logística	○
	RURAL	Considera vilas rurais e distritos passíveis de receber serviços e infraestrutura urbana	Densidade Populacional baixa	Permite e localização da atividade agroindustrial
	AMBIENTAL	Considera vilas rurais e distritos passíveis de receber serviços e infraestrutura urbana	Áreas de importância ambiental e UCs protegidas por leis interfederativas	Ampliada a restrição na medida do impacto gerado e proximidade de áreas de importância ambiental
	ESPECIAL AEROPORTO	Facilidade de acesso multimodal. Condiciona ocupação do solo pelas curvas de ruído e proteção ao voo	Potencial para ampliação do sítio aeroportuário	Integração com atividade logística e industrial
		URBANA	EXPANSÃO URBANA	INDUSTRIAL
	URBANA	○	Descontinuidades	Critérios e parâmetros de ocupação do solo díspares
	EXPANSÃO URBANA	Áreas de expansão urbana são quase o dobro das áreas urbanas	○	Tipologia, parâmetros e usos díspares
	INDUSTRIAL	Localizada ao longo dos principais eixos rodoviários e acessos ao tecido urbano	Tipologia, parâmetros e usos díspares em escala regional	○
	RURAL	Descontrole da ocupação do solo rural por atividades com características urbanas	Supressão prematura de áreas agricultáveis	Ausência de normas e critérios regionais para a instalação de zonas ou distritos industriais
	AMBIENTAL	Descontrole da ocupação do solo em APPs e UCs	Comprometimento de áreas protetivas de mananciais	Usos, infraestrutura e legislações aplicadas
	ESPECIAL AEROPORTO	Desconsideração do Plano de Desenvolvimento Aeroportuário no entorno urbanístico	Ausência da aplicação de instrumentos de reserva de território para ampliação do sítio aeroportuário	Ausência de diretriz de uso do solo para a proposta de aeroporto e indústria
		URBANA	EXPANSÃO URBANA	INDUSTRIAL
PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO				

CONVERGÊNCIAS

ESPECIAL | AEROPORTO

Acesso facilitado com área para equipamentos e atividade industrial. Limites à ocupação do solo na área de proteção ao voo

Possibilidade para expansão do sítio aeroportuário de Maringá

Permite a integração aeroporto - indústria

Proíbe atividades nocivas à área de proteção ao voo. (ex. aterros sanitários)

Proíbe e condiciona atividades nocivas ao ambiente rural e urbano

AMBIENTAL

APPs delimitadas por lei nas áreas urbanas. Densidades demográficas limitadas em áreas de importância ambiental

Baixa densidade demográfica e aprovação de ocupação pela entidade metropolitana

Restrito

Restrição de ocupação em áreas de manancial e Unidades de Conservação em escala regional

Existência de Plano para mitigar impactos decorrentes da operação aeroportuária

RURAL

Delimitação legal de todos os perímetros urbanos, vilas rurais e sede de distritos

Baixa densidade demográfica

Permite a localização desde que respeitado o módulo rural

Áreas de importância ambiental e UCs protegidas por leis interfederativas. Manejo do uso do solo em áreas frágeis

Proíbe atividades nocivas à área de proteção ao voo. (ex. aterros sanitários)

DIVERGÊNCIAS

ESPECIAL | AEROPORTO

Parâmetros de uso e ocupação do solo em conflito com área de proteção ao voo

Tipologias de parâmetros e usos em conflito com áreas de proteção ao voo

Localização de plantas industriais devem ser melhor orientadas para uso mais eficiente da infraestrutura

Localização de atividades que impactam a zona de proteção ao voo

Poluição hídrica e sonora

AMBIENTAL

Disparidade nos critérios de uso e ocupação do solo em áreas de conservação (mananciais)

Descontrole da ocupação do solo em áreas de proteção de mananciais

Ausência de procedimentos regionais para o licenciamento

Ausência de normas regionais para controle da atividade rural em UCs, áreas de mananciais e áreas de risco ambiental

Lançamento de efluentes em tributários da bacia do Rio Ivaí

RURAL

Critérios para definição de vilas rurais e distritos díspares

Ociosidade devido à grande extensão

Tipologia, parâmetros e usos díspares em escala regional. Superdimensionamento da área industrial em municípios metropolitanos

Descontinuidade das unidades de conservação e áreas de proteção de mananciais

Acesso com origem no interior da RMM

MOBILIDADE METROPOLITANA

FUNÇÃO PÚBLICA DE INTERESSE COMUM (FPIC)

Planejamento de mobilidade metropolitana

Sistemas e indicadores da mobilidade metropolitana

SISTEMA DE MOBILIDADE METROPOLITANA

SISTEMA VIÁRIO

A estruturação dos deslocamentos da RMM ocorre sobretudo, a partir das rodovias estaduais e federais que incidem sobre seu território. Além disso, as estradas municipais, são reconhecidamente importantes para a conexão de localidades rurais aos centros urbanos

Rodovias BR 376 e PR 317 - ambas duplicadas - apresentam os maiores volumes de deslocamento e carregamento

Pesquisa OD

Plano de Mobilidade Maringá, 2021

Concentração das grandes e médias empresas da RMM no eixo e infraestrutura viária

Há três praças de pedágio na RMM, sendo duas na BR 376 e uma na PR 317. As praças localizadas na BR 376 estão entre municípios metropolitanos com expressivo movimento pendular, resultando em: Busca por alternativas de trajeto pela população; Mobilização da população para redução das tarifas; Fortalecimento de centralidades, que não o polo, para o acesso a serviços, equipamentos e comércio.

As pesquisas de origem e destino (Plano de Mobilidade de Maringá, 2021) considerando as viagens internas entre Maringá, Paçandu e Sarandi e as intermunicipais, ressaltam o automóvel como principal modal utilizado e o trabalho como principal motivo das viagens

Deslocamentos por meio de transporte: Maringá, Paçandu e Sarandi

Fretado	Escolar
1%	1%
2%	Aplicativos tipo Uber

7%	Bicicleta
8%	Moto particular

10%	Táxi
-----	------

18%	Ônibus do transporte público
-----	------------------------------

25%	A pé
-----	------

28%	Automóvel condutor
-----	----------------------

Fonte: PMM (2021b)

DIAGNÓSTICO

1930

A ocupação urbana do território em que hoje incide a região metropolitana está vinculada ao projeto de colonização com a doação de terras para a Companhia de Terras Norte do Paraná com a finalidade de construção de estrada de ferro

Grande importância das infraestruturas de transporte enquanto articuladoras do espaço na Região de Maringá

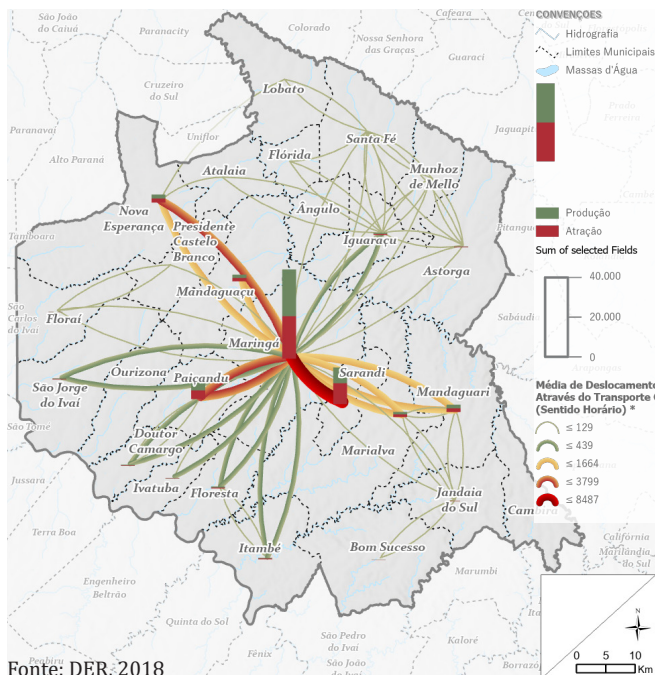
O plano de colonização previa a implantação de novas cidade a partir de algumas condicionantes: situar-se no espigão, acompanhar o desenho da linha férrea para cidades grandes e acompanhar as estradas de rodagem para cidades pequenas

Apesar da linha férrea existir, atualmente, somente para o escoamento de cargas, a ocupação de seu entorno permanece como um legado do plano de colonização

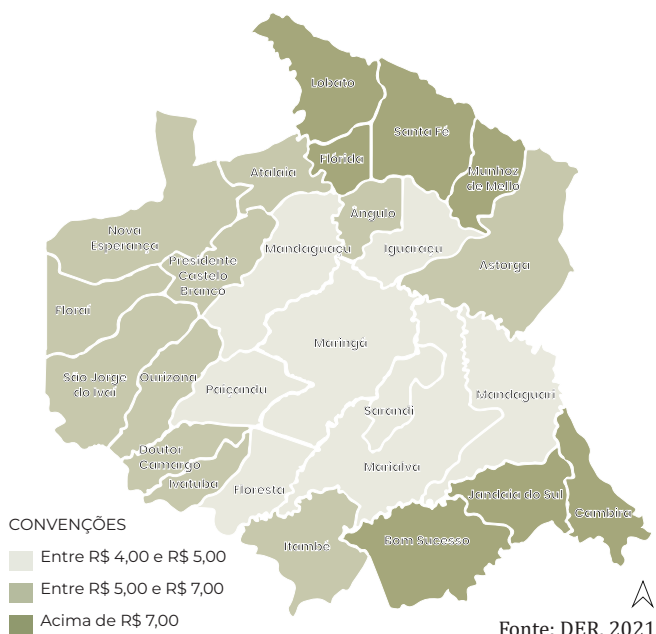
O eixo de ocupação ao longo da linha férrea abriga um percentual relevante dos habitantes da RMM (81% da população), segundo o IBGE, 2020

Apenas Maringá, Marialva, Mandaguari e Sarandi contam com sistema de transporte coletivo municipal. 16 municípios da RMM, possuem menos que 10 mil habitantes (compreensível a baixa demanda pelo transporte coletivo urbano)

Mapa de deslocamento por transporte coletivo intermunicipal



Mapa de tarifas do Transporte Coletivo entre os municípios da RMM e o Polo



+ Maiores percentuais de deslocamentos - Iguaçu e Paçandu e Floresta

- Menores percentuais de deslocamentos - Lobato e Cambira

Os deslocamentos no interior da RMM, a partir do transporte coletivo, não se encerram nas linhas metropolitanas

INTEGRAÇÃO E LOGÍSTICA

A RMM é cortada pela ferrovia EF 369 (PR a SP), e ressalta-se que nos limites da RMM, as cargas transportadas pela linha ferroviária passam por áreas urbanas consolidadas

Riscos a população no entorno à linha férrea

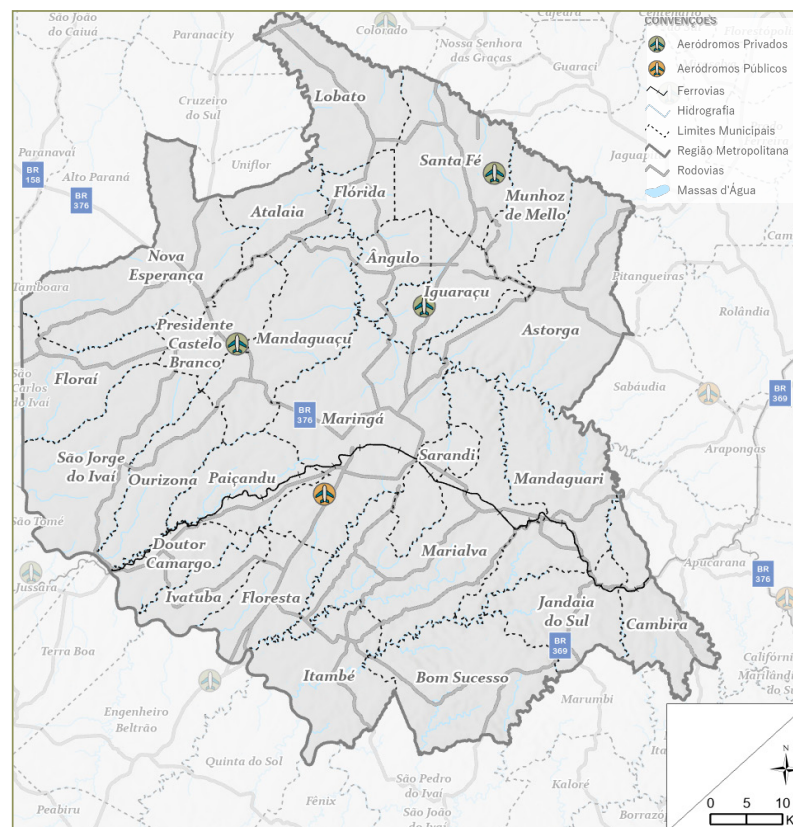
Acidentes e prejuízos à mobilidade urbana

Necessidade de qualificar o transporte de cargas

O Rio Ivaí integra o subsistema aquaviário federal, entretanto, é pouco utilizado para transporte e geração de energia

A RMM possui quatro aeródromos privados e um aeródromo público. Este, o Aeroporto Regional de Maringá - Silvio Name Jr, tem recebido investimentos e melhorias em infraestrutura. Há a intenção de integrar o Aeroporto e seu entorno na rede logística nacional e internacional, a partir de ações como a ativação do Terminal de Cargas Internacional (2021).

Mapa de logística



MODOS ATIVOS

Deslocamentos intermunicipais

Ampla utilização de rodovias

Sem infraestrutura à utilização simultânea por modais ativos e simultâneos

Desfavorecimento de um dos principais aspectos positivos para a mobilidade ativa na RMM, que seria a proximidade entre os centros urbanos

As áreas urbanas entre os municípios da RMM são próximas e observa-se que as rodovias constituem os principais eixos de deslocamento entre os municípios. Isso se evidencia nas divisas entre os municípios de Maringá, Sarandi, Paçandu, Marialva e Mandaguaiçu

Apesar de apenas metade dos municípios dispor de alguma infraestrutura para ciclos, atualmente, a maioria dos municípios da RMM têm previsto em seus Planos Diretores a implantação de ciclovias

DIAGNÓSTICO

Município polo

Rede cicloviária de maior extensão

MOVIMENTOS PENDULARES

Fonte: IBGE, 2016

Municípios de Mandaguaiçu, Marialva, Maringá, Paçandu e Sarandi

Elevado grau de interação com base no estudo de Arranjos Populacionais do IBGE (2016)

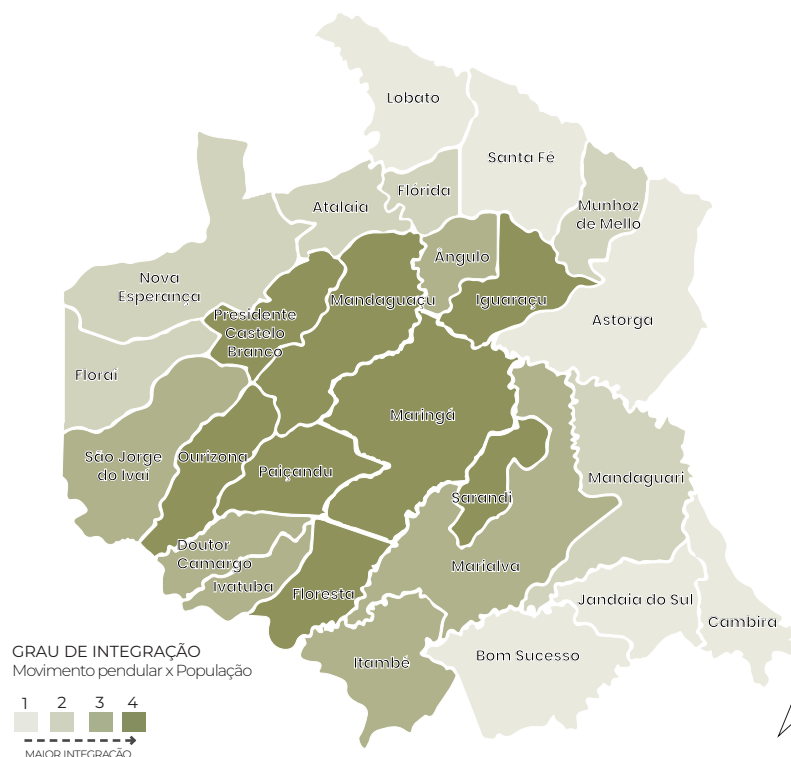
Deslocamentos superiores à 500 pessoas por dia - municípios de Mandaguari, Mandaguaiçu, Paçandu e Itambé

Deslocamentos superiores à 350 pessoas por dia - municípios de Doutor Camargo e Nova Esperança

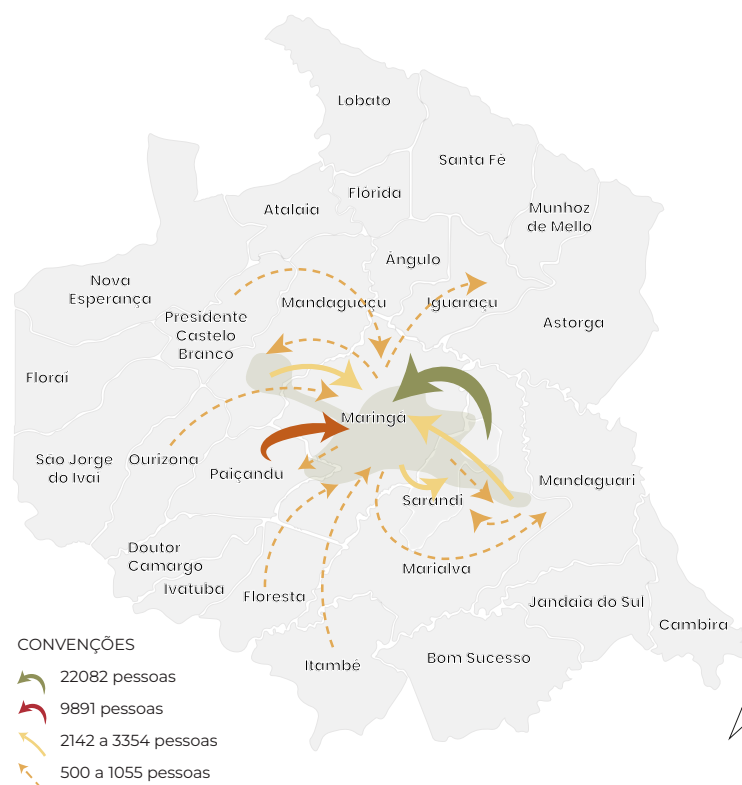
Deslocamentos superiores à 250 pessoas por dia - municípios de Ivatuba

Deslocamentos superiores à 200 pessoas por dia - municípios de Ourizona e Lobato

Mapa indicador de mobilidade metropolitana segundo PDUR (2017 -1019)



Mapa movimentos pendulares (2010)



POLOS GERADORES DE VIAAGEM

Os Polos Geradores de Viagem (PGV) ou Polos Geradores de Tráfego, são empreendimentos de grande porte que atraem ou produzem grande número de viagens. No PDUI, foram considerados:

Equipamentos metropolitanos

transporte, terminais, universidades, hospitais, lazer

Localização dos empregadores de indústrias de médio e grande porte

Em ambas as situações, há uma concentração no município polo. Os demais PGVs, encontram-se, prioritariamente, ao longo das rodovias

Municípios que possuem equipamentos metropolitanos ao sudeste da Região Metropolitana de Maringá

NÃO dispõem de linhas metropolitanas

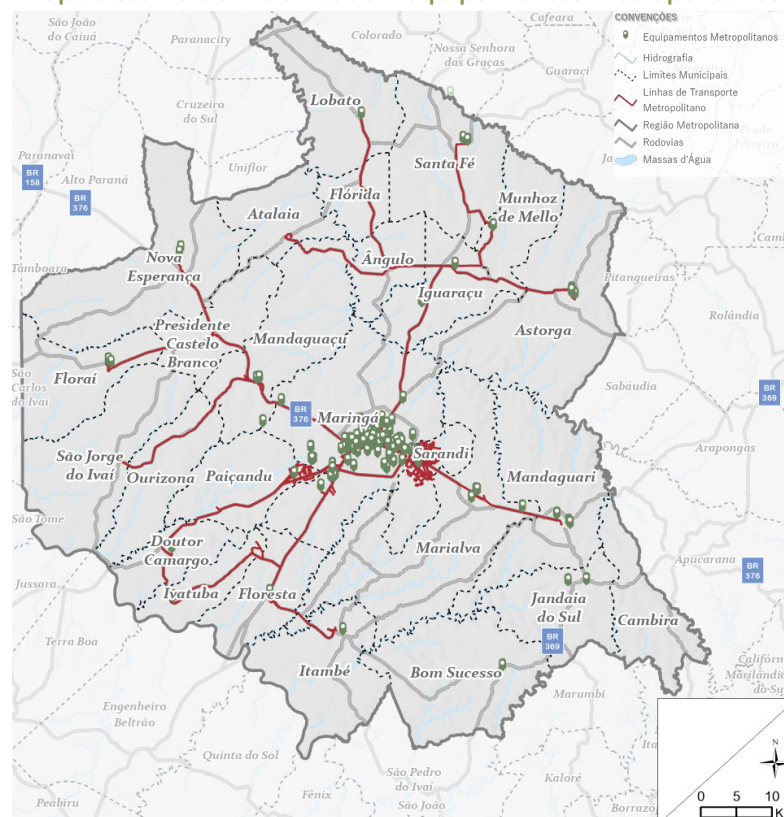
Municípios que possuem médios ou grandes empregadores

ATENDIDOS por linhas metropolitanas

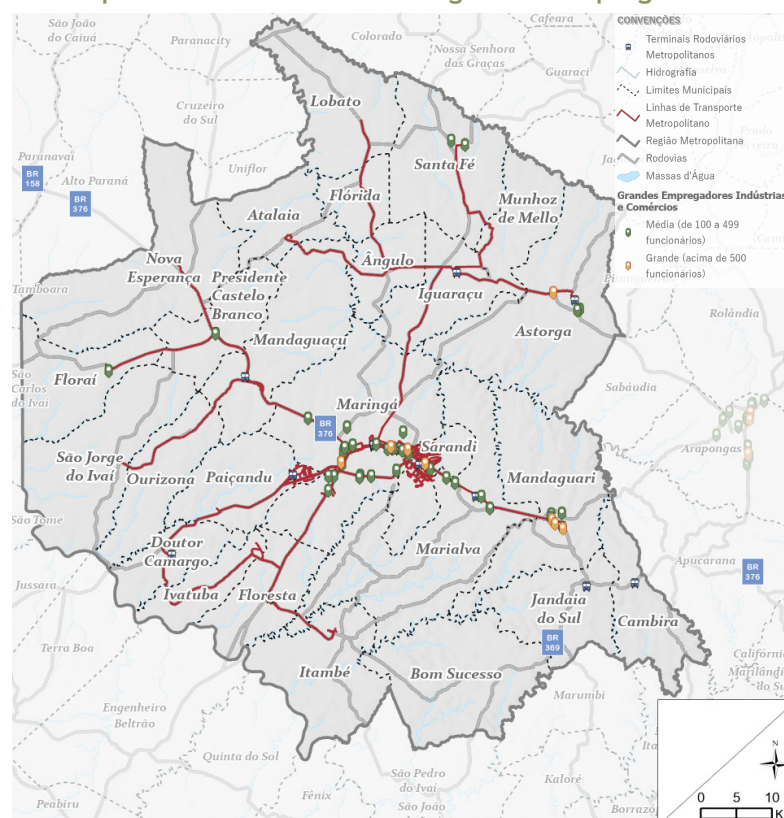
Convergência para município POLO Maringá

A localização dos empreendimentos, sobretudo dos grandes empregadores, revela o papel estruturante das rodovias no espaço metropolitano e o protagonismo do polo na concentração de postos de trabalho e serviços

Mapa sistema de mobilidade x equipamentos metropolitanos



Mapa sistema de mobilidade x grandes empregadores



MANANCIAIS

A RM de Maringá distribui-se nas Bacias Hidrográficas dos Rios Pirapó, Ivaí (Alto e Baixo Ivaí) e Paranapanema (Médio Paranapanema)

Caracteriza-se por ser uma região com baixa capacidade de acumulação de água superficial para seus diversos usos, principalmente para o de abastecimento público de água potável e setor produtivo agropecuário

Como alternativa ao abastecimento público e aos sistemas produtivos, a região tem se utilizado das águas subterrâneas | Aquíferos Caiuá e Serra Geral

QUALIDADE HÍDRICA

Águas superficiais | mais vulneráveis diante do aporte de cargas orgânicas. Agravamento em áreas mais urbanizadas ou carentes de eficazes sistemas de coleta e tratamento de esgoto e resíduos sólidos

Águas subterrâneas | já são ameaçadas por cargas orgânicas, como também por possíveis aportes de nitratos com origem nas atividades agrícolas

Evidencia-se a necessidade de uma política de gestão dos mananciais, além de mecanismos de atuação e participação voltados a proteção, manutenção e ao planejamento do uso atual e futuro

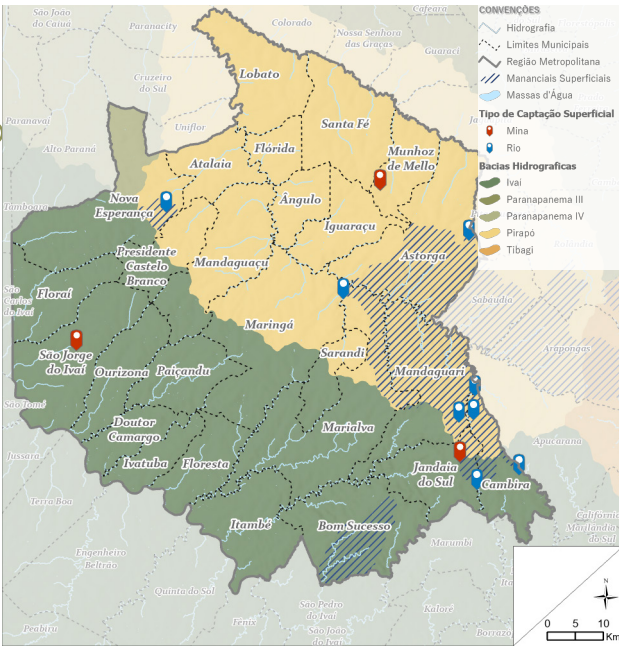
FUNÇÃO PÚBLICA DE INTERESSE COMUM (FPIC)

Planejamento do uso sustentável de bens

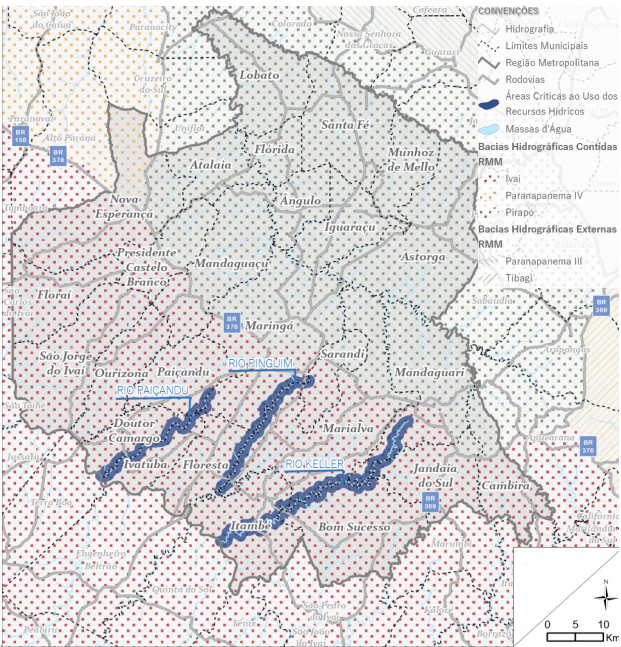
Tangencia principalmente a utilidade pública

Proposição de instrumentos de avaliação, monitoramento, fiscalização, outorga e manejo das áreas de interesse ambiental e sua gestão intermunicipal

Mapa de bacias hidrográficas da RMM



Mapa de áreas críticas ao uso dos recursos hídricos na RMM



As declarações de áreas críticas se justificaram em razão da “necessidade de tomada de ações para melhoria de qualidade dos recursos hídricos”

A Lei Estadual nº 19.261/2017 criou o Programa Estadual de Resíduos Sólidos — Paraná Resíduos, visando apoiar a gestão integrada dos resíduos sólidos

O Programa Estadual de Resíduos Sólidos — Paraná Resíduos (PERS/PR 2017) é o instrumento que deve pautar as ações locais (municipais) e regionais para as diferentes tipologias de resíduos sólidos

Artigo quarto | princípios e fundamentos

Gestão integrada, compartilhada e participativa

Regionalização do gerenciamento de resíduos sólidos

Atuação em consonância com políticas estaduais de recursos hídricos, meio ambiente, saneamento, saúde, educação, desenvolvimento social e econômico

Artigo quinto | objetivos

Gestão associada de serviços de tratamento

Disposição final ambientalmente adequada dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU)

Criação de consórcios públicos interfederativos

MARINGÁ

Maior gerador, com cobertura de coleta em 100% do resíduo gerado e 80% de cobertura de coleta seletiva da população urbana

Município que possui desde o ano de 2017 um extenso e completo Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos

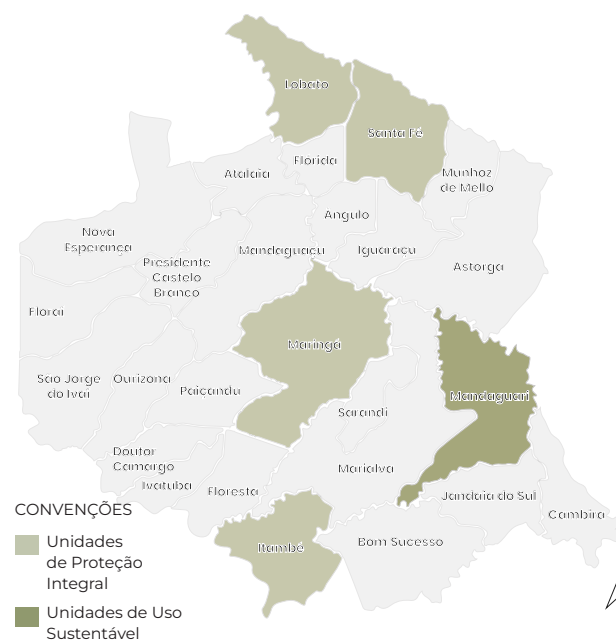
Ao serem contempladas as poucas informações disponíveis quanto à produção de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), é nítido que o centro de massa da Região Metropolitana de Maringá está localizado no seu município polo e entorno imediato

As Unidades de Conservação (UC) são classificadas de acordo com os seus regimes de administração, subdivididas em dois grupos principais:

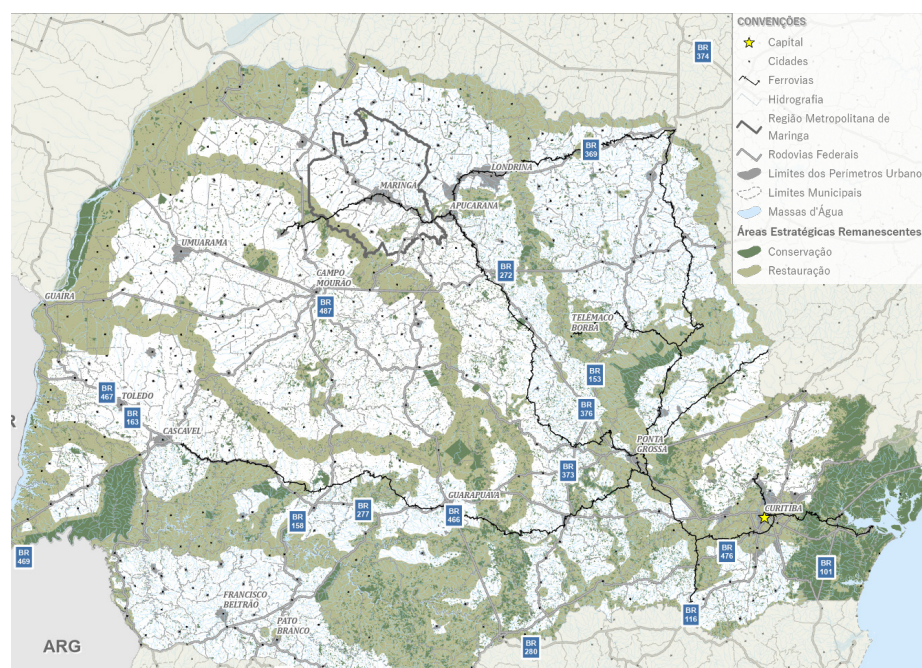
Proteção Integral e Uso Sustentável
preservar a natureza, admitindo o uso indireto dos recursos naturais, e associação às mesmas, uma área de amortecimento

Unidades de Uso Sustentável
compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais

Mapa de distribuição das UCs na RMM



Mapa das áreas estratégicas para a conservação e para a recuperação no Estado do Paraná



LICENCIAMENTO AMBIENTAL

O licenciamento ambiental se configura como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente

Determina a obrigatoriedade de licenciamento prévio pelos órgãos ambientais competentes para:

- Construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos
- Construção, instalação, ampliação e funcionamento de atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores
- Atividades capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental

Na RMM, apenas o município polo consta na lista de municípios habilitados para o licenciamento ambiental de atividades de impacto de âmbito local

Lei Complementar nº 1.093 / 2017

Dispõe sobre a Política de Proteção, Preservação, Controle, Conservação e Recuperação do Meio Ambiente

Melhoria da **qualidade de vida** no município de Maringá e dá outras providências

A normativa municipal define que a construção, instalação, ampliação ou funcionamento de qualquer atividade utilizadora de recursos ambientais ou de empreendimentos capazes de causar degradação ambiental, são considerados de impacto local

DIAGNÓSTICO

ÁREAS DE RISCO

Os eventos críticos tais como os de cheias, os de secas e os de erosão são os que, de maneira geral, mais ocorrem no estado do Paraná

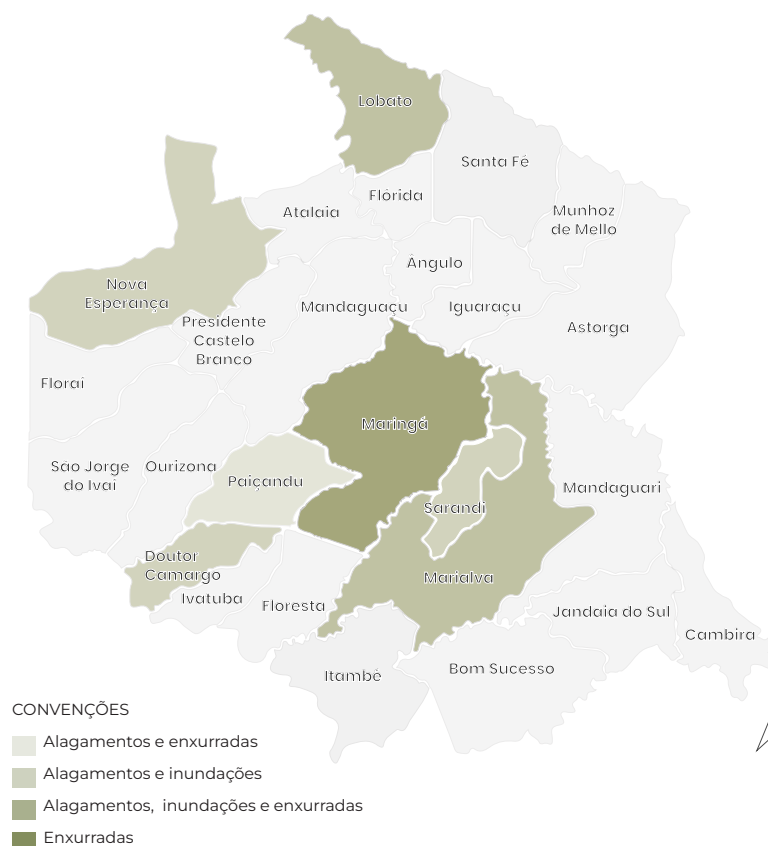
Plano Estadual de Recursos Hídricos do Paraná

Resumo Executivo (PARANÁ, 2011)

Diagnosticou que os eventos de cheias ocorridos entre os anos de 2000 e 2008 afetaram mais as populações da RM de Maringá localizadas nas **Bacias Hidrográficas do Rio Pirapó e Alto Ivaí**

- Bacias Hidrográficas do Rio Pirapó e Baixo Ivaí
Eventos vinculados à erosão urbana e periurbana
- Fragilidades do arenito Caiuá (alta friabilidade)
Altas declividades e precipitações pluviométricas mais intensas
- Bacia Hidrográfica do Rio Pirapó
Eventos de secas e estiagens prolongado

Mapa de ocorrências associadas a eventos climáticos



OUTORGA DO USO DE RECURSOS HÍDRICOS

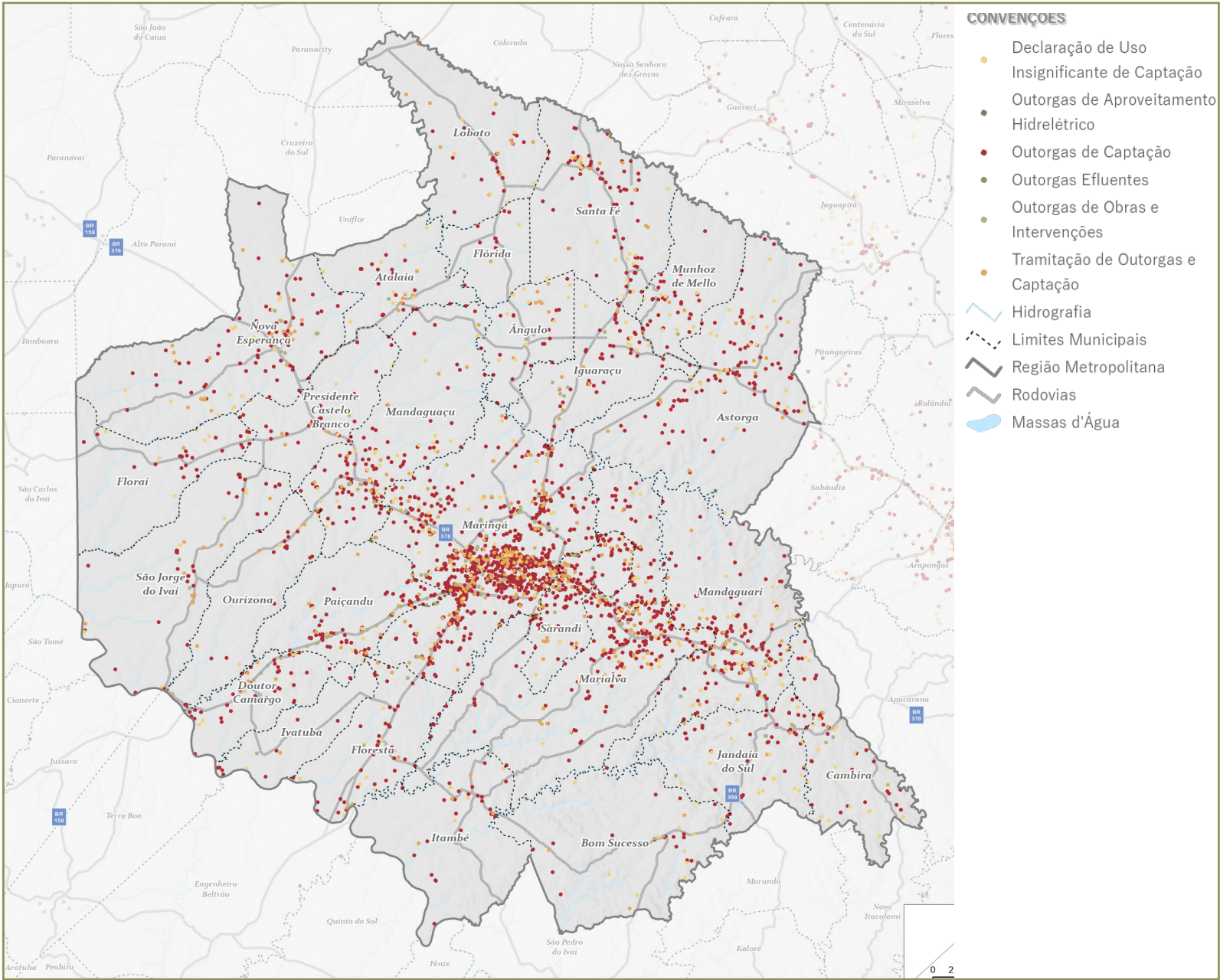
Outorga dos Direitos de Uso de Recursos Hídricos, busca assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e o efetivo exercício dos direitos de acesso à água

- Direito de uso do corpo hídrico, condicionado à disponibilidade de água, não implicando em alienação parcial das águas
- Objeto de cobrança e controle pelo órgão ambiental competente, no caso, o Instituto Água e Terra

Em consulta à base de mapas e dados espaciais - Instituto Água e Terra - foram contabilizados nos municípios que compõem a RMM um total de 4.249 processos de outorgas para os diversos tipos de uso

A quantidade de outorgas de captação de água emitidas para a região chama atenção — um total de 3.246, sendo que destas, 235 se destinam a saneamento

Especialização dos dados de outorga na RM de Maringá



SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO

DIAGNÓSTICO

SISTEMA RODOVIÁRIO

- ↔ Eixos de deslocamento metropolitano
- ▬ Trechos em duplicação
- ▬ Trechos com previsão de ampliação da capacidade
- ⬅ Traçado previsto para o Contorno Sul
- Praças de pedágio existentes
- Confluência de infraestrutura logística
- ➔ Investimento em infraestrutura de mobilidade e pressão para ocupação

SISTEMA FERROVIÁRIO

- ▬ Traçados previstos para Ferrovia Norte-Sul
- ▬ Traçado existente ferrovia EF 369
- ▬ Traçado proposto - desvio ferroviário

SISTEMA AEROPORTUÁRIO

- ✈ Aeroporto de Maringá

SISTEMA AQUAVIÁRIO

- 🚢 Possibilidade de porto fluvial
- ▬ Trecho navegável do Rio Ivaí

CENTRALIDADES

- ☆ Potencial de centralidade
- ★ Centro de Zona A

MACROZONAS

MACROZONA URBANA

Semelhante a todos os municípios atrelada a delimitação do perímetro urbano dos mesmos

MACROZONA EXPANSÃO URBANA

Coincidência com o perímetro urbano em alguns municípios e outros casos fora dessa delimitação

MACROZONA INDUSTRIAL

Abrangência de zonas de produção industrial, agroindústria, logística e indústria com a localização lindeira aos eixos do transporte regional

MACROZONA AMBIENTAL

Áreas de importância ambiental, as quais demonstram falta de interação e integração entre os municípios

MACROZONA RURAL

Grande parte destinada ao uso agropecuário, mas ressalta-se que em alguns municípios o uso dessas áreas é considerado para o uso rural sustentável

MACROZONA ESPECIAL | TURISMO, AEROPORTO, ATERRO

Representa principalmente as áreas aeroportuárias de Maringá e de Iguaraçu e a faixa de uso industrial de Marialva

MANCHAS URBANAS

CONCENTRAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, SERVIÇOS, COMÉRCIO E EMPREGO

CONFLITO ENTRE OCUPAÇÕES URBANAS E BR 376/EF 369

CONFLITO ENTRE ÁREAS URBANAS E ÁREAS DE MANANCIAL

CONFLITO ENTRE DIVISAS MUNICIPAIS E PARCELAMENTO DO SOLO

ÁREAS DE INTERESSE AMBIENTAL

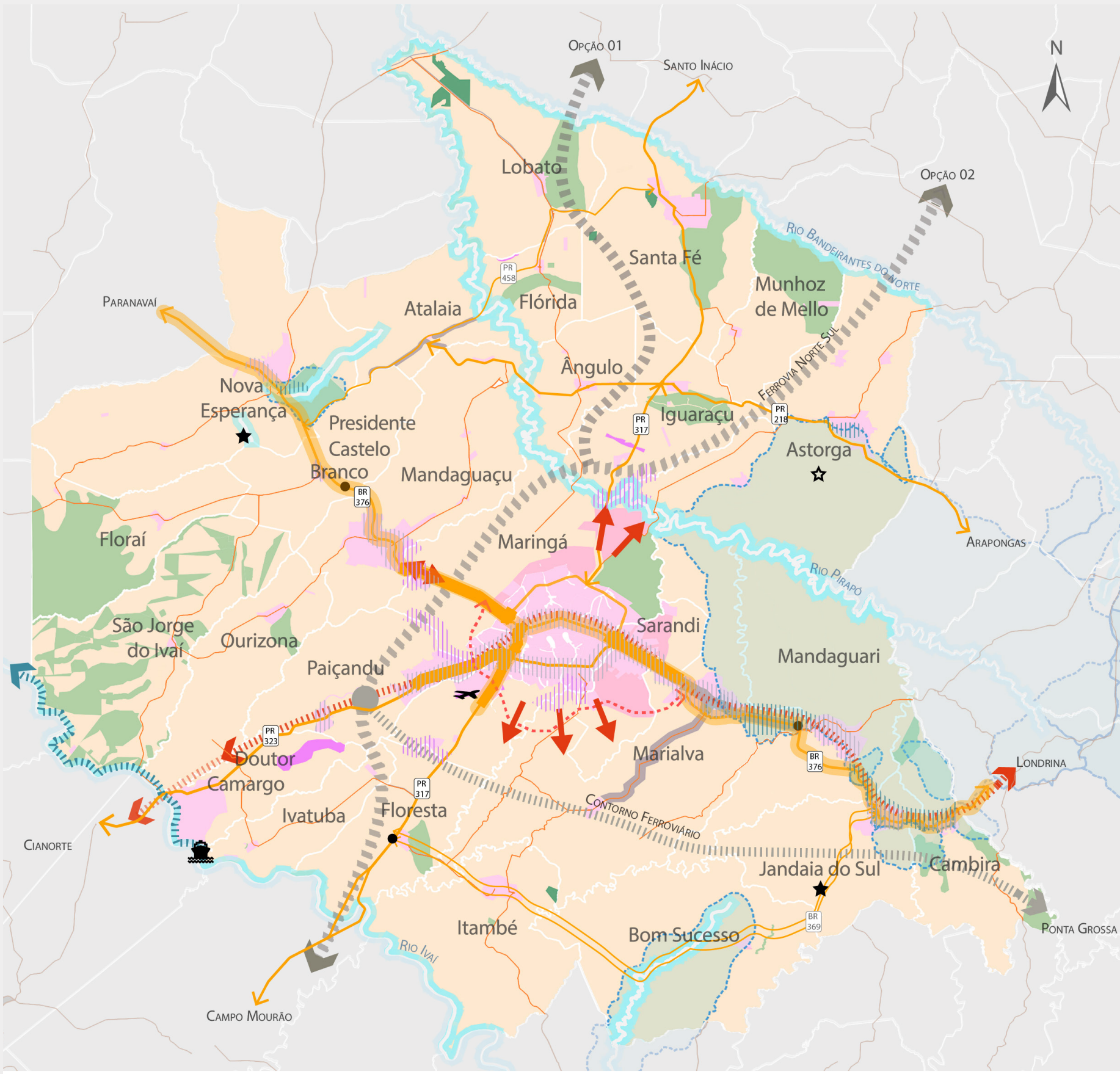
MANANCIAIS DE ABASTECIMENTO

UNIDADES DE PROTEÇÃO INTEGRAL

ÁREAS ESTRATÉGICAS PARA CONSERVAÇÃO


ÁREAS DE MONOCULTURA

PRINCIPAIS CORPOS HÍDRICOS





PROPOSTAS



A presente seção, engloba as propostas desenvolvidas no âmbito do PDUI. Com base no diagnóstico levantado, foram elaboradas ações estratégicas que orientam a gestão das Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs), contemplando as necessidades e potencialidade identificadas. Tais ações se orientam a partir de princípios, que são os conceitos norteadores das FPICs, as diretrizes, rumos gerais que retomam as questões identificadas no diagnóstico que se alinham aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as propostas, que são as ações que viabilizam o atingimento das diretrizes.

Em relação à abrangência territorial das diretrizes e propostas, o recorte considerado foi o território metropolitano determinado pela Lei Estadual nº 83/1998 e suas alterações.

Buscou-se também por considerar outros municípios que tenham sido identificados como pertinentes para a execução das FPICs ao longo do desenvolvimento dos estudos.

O objetivo dessa abordagem foi contemplar, em um primeiro momento, os referidos municípios nas ações do PDUI, de modo a favorecer a cultura do planejamento regional e evidenciar diferentes frentes de ação conjunta entre os municípios. A pertinência de determinada proposição para cada município permanecerá em processo de avaliação contínuo à luz da evolução dos debates referentes às diretrizes para a RM e da configuração do novo ente metropolitano.

SÍNTESE DAS DIRETRIZES E PROPOSTAS

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

No processo de elaboração das diretrizes e propostas, além da correlação com o diagnóstico já elaborado, é de grande relevância o apontamento das correlações com correlação com os ODS

Os objetivos são definidos na Agenda 2030, documento organizado pelas Nações Unidas, do qual o Brasil e outros 192 países são signatários. Os ODS são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade



PLANEJAMENTO TERRITORIAL E USO DO SOLO

- Áreas prioritárias para adensamento
- Estímulo a novas centralidades
- Áreas com ocupação consolidada
- Áreas com controle de ocupação

MOLIDADE METROPOLITANA

- Eixo de Transporte e integração
- Diretrizes viárias
- Ferrovia Norte-Sul
- Rodovias duplicadas (BR 376, PR 317 e PR 323)
- Rodovias em duplicação (PR 317 e PR 218)
- Desvio ferroviário
- Aeroporto de Maringá

MEIO AMBIENTE

- Corpos hídricos (Rio Ivaí, Rio Pirapó e Rio Bandeirantes)
- Controle de ocupação | corredores ambientais
- Controle de ocupação | mananciais



PLANEJAMENTO TERRITORIAL E USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

MATRIZ SWOT

FORÇAS

- Práticas agrícolas sustentáveis em áreas de risco ambiental
- Convergência entre a proposta do Plano da Metrópole Norte e o macrozoneamento municipal
- Os principais Equipamentos Metropolitanos estão concentrados em Maringá, mas também distribuídos ao longo do eixo de articulação
- Planos diretores vigentes e atualizados e Conselho Municipal da Cidade

OPORTUNIDADES

- Somadas as áreas de proteção de mananciais e as protegidas por legislação municipal, o total regional de áreas protegidas poderá representar 20% do território da RMM
- Articulação entre o macrozoneamento e as características dos Três Grandes Compartimentos Regionais
- Oportunidade para a localização de novos equipamentos metropolitanos
- Integrar a FPIC Planejamento Territorial e Uso e Ocupação do Solo com as demais FPICs

FRAQUEZAS

- Não há integração entre os macrozoneamentos municipais e os planos ambientais regionais
- Há carência de objetivos e diretrizes regionais como referência para a elaboração dos PDMs e, por consequência, dos processos de planejamento municipais
- Baixa diversidade de equipamentos metropolitanos fora do eixo de articulação
- Prática de monitoramento e avaliação inexistente na maioria dos municípios

AMEAÇAS

- Ausência de rebatimento da legislação estadual sobre mananciais na legislação de uso e ocupação do solo dos municípios
- Anacronismo entre as definições do macrozoneamento metropolitano e seu rebatimento nos PDMs
- Tendência de expansão urbana sobre a área de proteção do aeroporto de Maringá
- Indefinição de recursos, orçamento/fundo metropolitano interfederativo

Mapa síntese - FPIC Planejamento Territorial e Uso do Solo

Consolidar a ocupação nos perímetros urbanos já delimitados

Proposta de novas centralidades em iguaçu e astorga - descentralizar equipamentos e serviços

Adensamento populacional associado ao eixo multimodal de transporte regional e otimização do uso do solo urbano

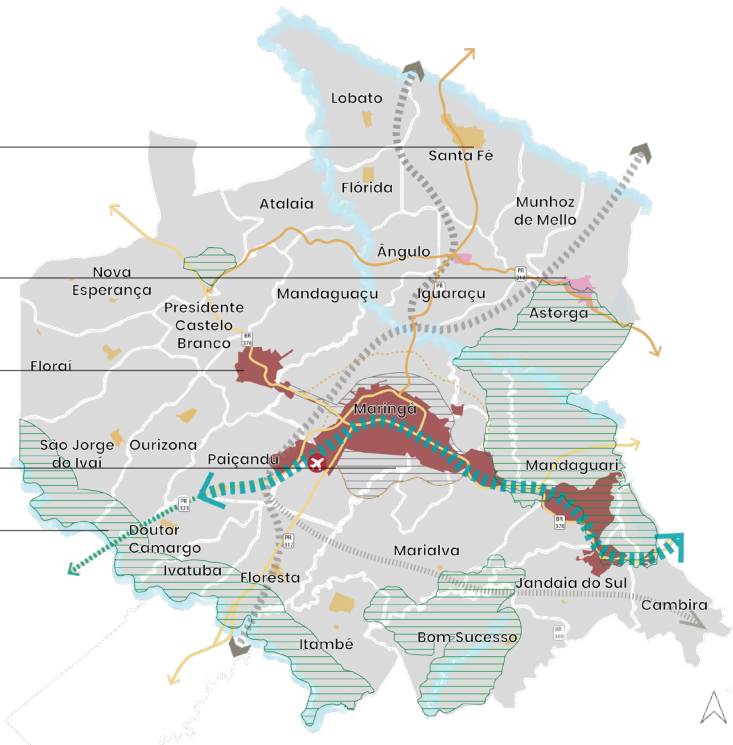
Em longo prazo, orientar e disciplinar a ocupação urbana, sobretudo no entorno de infraestruturas e equipamentos de interesse metropolitano

Disciplinar a ocupação do solo em conformidade com as condicionantes ambientais existentes

CONVENÇÕES

- Rodovias duplicadas (BR 376, PR 317 e PR 323)
- Rodovias em duplicação (PR 317 e PR 218)
- Contornos norte e sul

- Eixo de integração
- Ferrovia Norte Sul



DIRETRIZ 1

Condicionamento do planejamento territorial à conservação das Áreas de Importância Ambiental

PROPOSTAS ESTRATÉGICAS

- Revisar a delimitação das macrozonas de importância ambiental do Macrozoneamento Metropolitano, indicando diferentes níveis de proteção para cada área | PROJETO ESTRUTURANTE
- Revisar o Macrozoneamento Metropolitano, condicionando os usos urbanos à capacidade de saturação das áreas de interesse ambiental | PROJETO ESTRUTURANTE

ODS



DIRETRIZ 2

Articulação Interfederativa para implementação da política de uso e ocupação regional

PROPOSTAS ESTRATÉGICAS

- Consolidar o reatamento das diretrizes metropolitanas nos Planos Diretores Municipais a partir da identificação e apoio aos municípios que necessitam adaptar seus Planos Diretores e diretrizes de uso e ocupação do solo
- Coordenar a nível regional a utilidade pública das áreas necessárias à implementação de investimentos e obras metropolitanas | PROJETO ESTRUTURANTE
- Elaborar e/ou contratar o Plano Metropolitano de Habitação, estabelecendo macro diretrizes orientativas às políticas municipais, com vistas à implementação da política pública de regularização fundiária urbana | PROJETO ESTRUTURANTE

ODS



DIRETRIZ 3

Descentralização da Infraestrutura e dos Equipamentos Metropolitanos

PROPOSTAS ESTRATÉGICAS

- Estimular o estabelecimento de uma metrópole policêntrica, identificando as áreas com potencialidade para implementação de novos centros sub-regionais, dotando-os de equipamentos urbanos, sociais e oferta de emprego
- Determinar a locação de investimentos em infraestrutura e na instalação de novos equipamentos metropolitanos considerando a redução na disparidade de acesso entre os municípios da RMM e o fortalecimento de novas centralidades | PROJETO ESTRUTURANTE

ODS



DIRETRIZ 4

Integração da Governança Interfederativa para Uso e Ocupação do Solo

PROPOSTAS ESTRATÉGICAS

- Organizar e estruturar o Sistema de Informações Metropolitanas (SIM) da RMM | PROJETO ESTRUTURANTE
- Capacitar os técnicos municipais e gestores públicos nos novos processos para parcelamento do solo urbano e participação dos mesmos na gestão do território metropolitano | PROJETO ESTRUTURANTE

ODS



MACROZONEAMENTO METROPOLITANO

O macrozoneamento metropolitano identifica os territórios onde predominam as funções de interesse comum na região metropolitana. As macrozonas são, portanto, porções de território submetidas a diretrizes cujo objetivo é a governança interfederativa das FPICs.

Orienta os planos diretores municipais mediante diretrizes básicas para a territorialização das FPICs;
Considera a estratégia de planejamento e controle do uso do solo regional e sua aplicabilidade legal e administrativa.

PROPOSTAS



MACROZONA DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

Proteção dos recursos naturais de interesse metropolitano; Manutenção da continuidade dos remanescentes florestais; Promoção da conservação destes territórios considerando atividades e práticas sustentáveis e de baixíssimo impacto para o uso do solo urbano e rural.



MACROZONA DE ARTICULAÇÃO URBANA

Orientar as áreas prioritárias para o adensamento urbano; Ampliar as áreas de convivência urbana preferencialmente próximo às áreas de conservação ambiental; Fortalecer as centralidades das sedes municipais fomentando a aglomeração de serviços urbanos; Promover economias de aglomeração e as vantagens comparativas das vocações econômicas nas diferentes sedes municipais.



MACROZONA DE CONSERVAÇÃO DE MANANCIAIS

Promover a conservação das áreas de manancial de abastecimento público de interesse metropolitano.



MACROZONA RURAL

Promover a produção agropecuária e manejo do solo sustentáveis em especial nas áreas de fragilidade ambiental; Estimular a diversidade na produção agrícola de pequena escala; Controlar a expansão de ocupações com características urbanas.



MACROZONA DE PROTEÇÃO AEROPORTUÁRIA

Regulamentar e organizar o uso do solo nas áreas circunvizinhas, em conformidade com as normativas sobre a atividade aeroportuária existente; Proteger a comunidade residente.



MACROZONA DE CONSOLIDAÇÃO URBANA

Reconhecer e fomentar as áreas urbanas existentes; Garantir o aproveitamento da infraestrutura urbana existente.



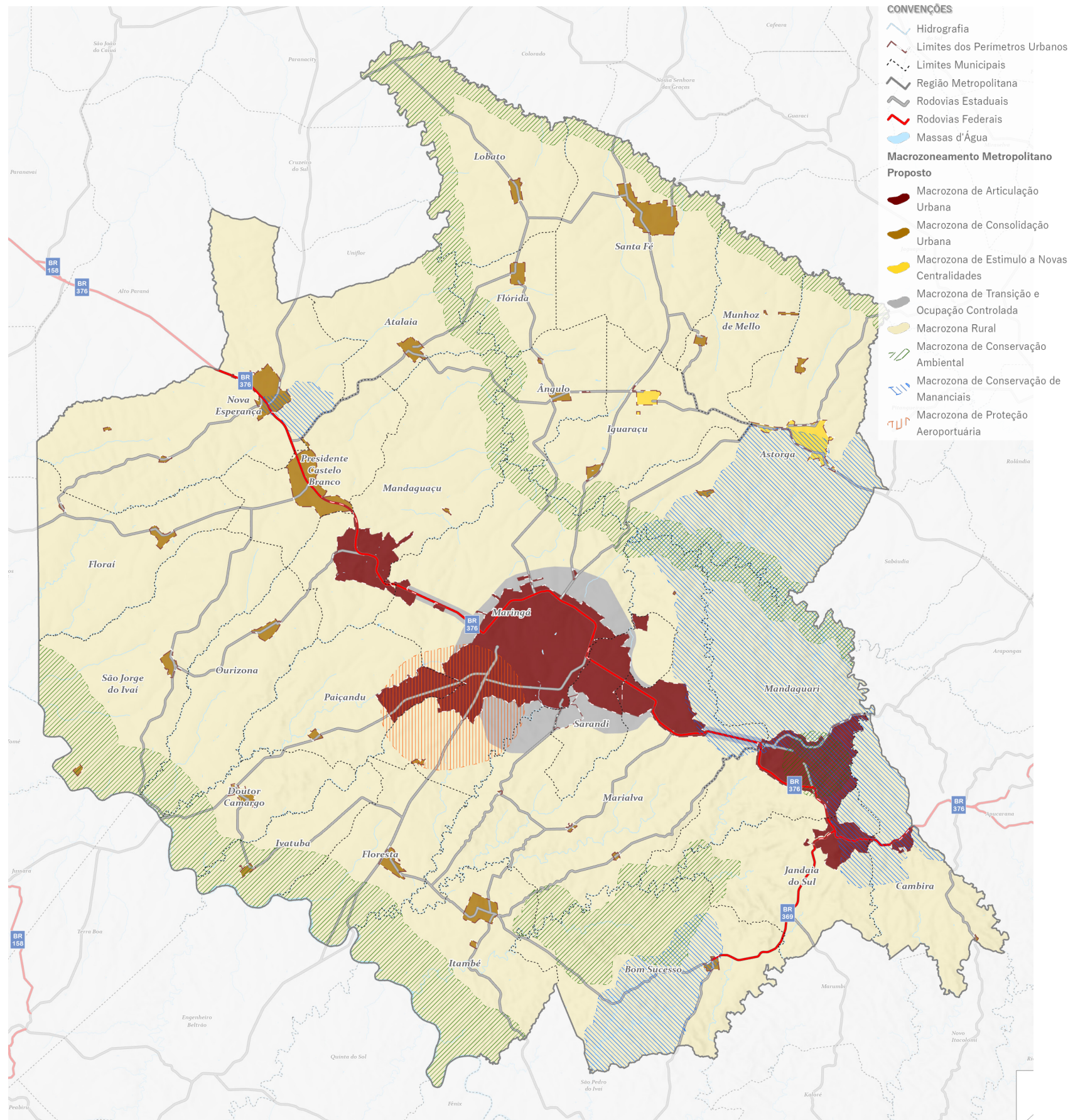
MACROZONA DE ESTÍMULO A NOVAS CENTRALIDADES

Promover a descentralização da infraestrutura, dos serviços e dos equipamentos metropolitanos na direção da região entre Iguaraçu e Astorga; Reduzir o hiato na hierarquia das centralidades metropolitanas; Reduzir as disparidades no acesso e na qualidade destes benefícios à população.



MACROZONA DE TRANSIÇÃO E OCUPAÇÃO CONTROLADA

Reduzir e qualificar a intensidade e os impactos das atividades urbanas, promovendo uma transição de escala e a integração da paisagem; Orientar e disciplinar – em longo prazo – o processo de expansão urbana sobre áreas rurais, de fragilidade ambiental, próximos a grandes infraestruturas e equipamentos de importância metropolitanas.



MOBILIDADE METROPOLITANA

MATRIZ SWOT

FORÇAS

- Proximidade dos centros urbanos com as vias de ligação da RMM
- Todos os municípios da RMM são atendidos por serviços de transporte intermunicipal
- Duplicação da PR 323, entre Maringá, Paçandu e Doutor Camargo

OPORTUNIDADES

- Implantação de contorno rodoviário ao sul de Maringá
- Gestão compartilhada do serviço de transporte coletivo entre os municípios
- Duplicação da PR – 317, fortalecendo a ligação da região de Maringá com São Paulo
- Possibilidade de conexão da malha ciclovitária existente entre os municípios da RMM a longo prazo

FRAQUEZAS

- Falta de conexão entre as vias urbanas nos municípios já conurbados
- Falta de gestão compartilhada do transporte intermunicipal
- Falta de integração entre os modos para transporte de cargas
- Falta de infraestrutura para promover a utilização de modos ativos

AMEAÇAS

- Espreadimento das manchas urbanas dos municípios do polo e municípios do entorno
- Áreas sem cobertura pelo serviço de transporte coletivo, devido à baixa rentabilidade de linhas municipais
- Utilização da linha férrea existente para escoamento de carga da Ferrovia Norte-Sul
- Continua priorização dos modais motorizados sobre os modais ativos

Mapa síntese - FPIC Mobilidade metropolitana



DIRETRIZ 1

Ordenamento do sistema viário metropolitano e redução de conflitos entre a ocupação urbana e a malha rodoviária

PROPOSTAS ESTRATÉGICAS

- Elaborar estudo para determinar diretrizes viárias e investimentos de interesse regional, como contornos rodoviários e duplicações | PROJETO ESTRUTURANTE
- Revisar hierarquia viária para região e determinar perfis viários como referência para as vias de ligação metropolitanas existentes | PROJETO ESTRUTURANTE

ODS



DIRETRIZ 2

Fomento à utilização do transporte coletivo e à integração entre modais

PROPOSTAS ESTRATÉGICAS

- Qualificar a estrutura dos terminais de transporte coletivo
- Elaborar Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental para implantação de transporte de passageiros sobre o leito dos trilhos da EF 369 entre os municípios de Cambira e Paçandu, de forma a criar um eixo para o transporte de massa entre os municípios da RMM e fomentar a integração da Metrópole Norte Maringá – Londrina do transporte público coletivo metropolitano | PROJETO ESTRUTURANTE

ODS



DIRETRIZ 3

Estruturação de rede logística na região

PROPOSTAS ESTRATÉGICAS

- Elaborar Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental para execução de contorno ferroviário ao sul da RMM para o transporte de cargas, reduzindo os conflitos entre o escoamento de cargas e as ocupações urbanas | PROJETO ESTRUTURANTE
- Promover centro logístico intermodal junto ao Terminal de Cargas do Aeroporto municipal de Maringá

ODS



DIRETRIZ 4

Promoção da mobilidade ativa como parte do sistema de transporte metropolitano

PROPOSTAS ESTRATÉGICAS

- Definir vias prioritárias para a mobilidade ativa intermunicipal, em que seja garantida a infraestrutura adequada para o deslocamento, com rebatimento em planos de mobilidade e diretores, sobretudo em municípios conurbados | PROJETO ESTRUTURANTE
- Instalar bicicletários e paraciclos junto aos terminais de transporte e equipamentos de interesse metropolitano

ODS



DIRETRIZ 5

Consolidação do modelo de governança interfederativa para gestão da Mobilidade Metropolitana

PROPOSTAS ESTRATÉGICAS

- Acompanhar elaboração e revisão dos Planos de Mobilidade Municipais, garantindo a compatibilidade das diretrizes para a mobilidade metropolitana entre os municípios
- Implementar Sistema Integrado de Informações que permita o planejamento conjunto entre municípios e entre funções públicas

ODS



MEIO AMBIENTE

MATRIZ SWOT

FORÇAS

- Presença de AEs ao longo do Rio Ivaí e Afluentes
- Participação efetiva de Maringá nos processos de Licenciamento Ambiental
- Atendimento aos danos provocados pelos eventos críticos por parte da Defesa Civil dos Municípios e da Defesa Civil Estadual
- Existência de Recursos Hídricos Superficiais e Subterrâneos para fins de abastecimento público de água
- Município polo da RMM com índice de 100% de coleta de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU)

OPORTUNIDADES

- Maior participação da RMM no rateio do ICMS Ecológico
- Descentralização dos Processos de Licenciamento Ambiental propiciando maior agilidade administrativa
- Constituição de Sistema Metropolitano para a Gestão Integrada das Áreas de Riscos (Recuperação de Áreas de Risco)
- Constituição de Sistema Metropolitano para a Gestão Integrada dos Mananciais
- Implantação do Pagamento por Serviços Ambientais e da gestão metropolitana consorciada dos RSU

FRAQUEZAS

- Poucos Parques Lineares/Urbanos para controle de cheias
- Pouca participação municipal e regional nos processos de Licenciamento Ambiental
- Inexistência de informações básicas, de mecanismos legais e de ações preventivas municipais em relação às áreas de riscos
- Inexistência de Mecanismos Legais e de Estrutura Institucional para a Proteção dos Mananciais (Bacia do Pirapó super demandada por usos múltiplos)
- Existência de Lixões na RMM

AMEAÇAS

- Desarticulação das diretrizes regionais, em especial as de organização territorial da RMM para com as diretrizes ambientais
- Carência de Recursos e Estruturas Municipais e Metropolitana e de pessoal qualificado para o exercício das atividades relacionadas à gestão ambiental
- Falta de Capacidade Financeira e Econômica ou de Viabilidade para Investimentos para uma melhor Gestão dos RSU, especialmente dos pequenos Municípios

Mapa síntese - FPIC Meio ambiente



DIRETRIZ 1

Fomento à criação de UCs e AEs (Corredores da Biodiversidade) e Parques Urbanos e Lineares

PROPOSTAS ESTRATÉGICAS

- Elaborar e Implantar Programa de Incentivos ou de Compensações Fiscais voltados à conservação ambiental, à preservação de maciços florestais e à recuperação de áreas degradadas que possuam relevância no contexto metropolitano e, prioritariamente, localizadas em áreas de mananciais de abastecimento de água potável
- Elaborar Projeto de Implantação imediata do PSA - Pagamento por Serviços Ambientais com prioridade às Áreas de Proteção de Mananciais (Serviços Ecossistêmicos)

ODS



DIRETRIZ 2

Melhoria da Eficiência da Gestão Ambiental Metropolitana

PROPOSTAS ESTRATÉGICAS

- Elaborar e Implantar o Projeto de Estruturação dos Municípios da RMM e do seu Ente Metropolitano, com vistas à participação efetiva na gestão ambiental metropolitana – Licenciamento Ambiental, Fiscalização, Acompanhamento e Monitoramento | PROJETO ESTRUTURANTE
- Elaborar e Implantar Projeto de Integração Institucional para a Gestão Ambiental articulada com as demais Diretrizes Regionais

ODS



DIRETRIZ 3

Constituição do Sistema Metropolitano de Gestão Integrada das Áreas de Riscos

PROPOSTAS ESTRATÉGICAS

- Elaborar Diagnóstico e Mapeamento em escala adequada das áreas de riscos da RMM visando ações preventivas e de atendimento aos eventos
- Elaborar Programa para Recuperação das Áreas de Riscos

ODS



DIRETRIZ 4

Constituição do Sistema Metropolitano para a Gestão Integrada de Proteção e Manutenção dos Mananciais

PROPOSTAS ESTRATÉGICAS

- Elaborar Decreto Estadual que estabeleça as Bacias Hidrográficas que deverão servir como áreas de mananciais atuais e futuros | PROJETO ESTRUTURANTE
- Elaborar e Implantar Projeto do Sistema de Monitoramento e Acompanhamento da Gestão de Proteção e Conservação das Áreas de Mananciais

ODS



DIRETRIZ 5

Regionalização da Prestação de Serviços de Coleta e Tratamento dos Resíduos Sólidos

PROPOSTAS ESTRATÉGICAS


- Elaborar Plano Metropolitano, atendendo à Universalização dos Serviços de Coleta e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos de acordo com as metas estabelecidas pela Lei Federal nº 14.026/2020 | PROJETO ESTRUTURANTE
- Elaborar Projeto para Implantação da Central Regional de Tratamento e de Valorização dos Resíduos Sólidos da RMM

ODS





RECORTE METROPOLITANO



O presente capítulo apresenta o processo referente à elaboração da proposta técnica para a delimitação territorial da Região Metropolitana. Para a concepção da proposta, foram considerados indicadores de integração entre os municípios - como dados relativos à integração da malha urbana e ao movimento pendular, por exemplo - mas também a espacialização das FPICs prioritárias e as visões de futuro para a Região, abordando as diretrizes e proposições desenvolvidas ao longo do PDUI. Compreendendo que a determinação territorial da RM não é uma definição meramente técnica, foram construídos diferentes cenários de composição da RM - atrelados à diferentes análises - visando o subsídio dos debates políticos, elementares na posterior institucionalização da RM.

REVISÃO DA DELIMITAÇÃO TERRITORIAL METROPOLITANA

A Região Metropolitana de Maringá foi instituída pela Lei Complementar nº 83/1998. A composição atual da RM engloba outros 18 municípios, inclusos na RM a partir das Leis Complementares 110/2005, 13.565/2002, 127/2010 e 145/2012

A partir do estabelecimento do Estatuto da Metrópole, evidenciou-se que a delimitação e caracterização de uma RM estão atreladas às FPICs, que refletem as realidades e necessidades regionais e demandam políticas públicas de integração

Nesse sentido a revisão territorial da RMM se faz necessária de forma a garantir que os limites correspondam às **reais necessidades de integração**

Considera-se as condicionantes de mobilidade, meio ambiente e uso do solo e uma **visão estratégica de futuro**, de projeto para os municípios, com seus diferentes papéis em face das **funções públicas de interesse comum**

DIAGNÓSTICO DA INTEGRAÇÃO MUNICIPAL

Tendo em vista o papel central da gestão das FPICs na conformação territorial metropolitana, o processo para definição do recorte territorial da RM foi realizado com base na análise do diagnóstico e das propostas elaboradas para as FPICs prioritárias do PDUI

Os resultados obtidos dessas análises foram contrapostos aos Degraus Metropolitanos, definidos a partir de **indicadores** de integração regional – conforme a dinâmica existente na RM atualmente. A partir desse processo foi possível construir diferentes cenários para a delimitação territorial, atrelados a visões de futuro diversas para RM



MAPA DE DEGRAUS METROPOLITANOS



Indicadores-síntese:
Índice Territorial;
Índice de Concentração
Econômica;
Índice Urbano; Índice
Integração.

Núcleo urbano central | caracterizado pelas áreas mais integradas ao polo, participantes de recortes territoriais de projetos e estudos para a região e com centralidade econômica

Primeiro degrau | composto por municípios que não se encontram conurbados, mas que ainda mantêm considerável acessibilidade ao polo metropolitano, pelas ligações formadas pelo eixo central da BR-376, ou por outras vias importantes na região, como a PR-317

Segundo degrau | composto por municípios com menor integração urbana imediata e centralidade econômica baixa

VISÃO DO FUTURO DA REGIÃO METROPOLITANA

Os diagnósticos das três FPICS – Uso do Solo, Mobilidade e Meio Ambiente –, levaram à identificação de forças, oportunidades, fraquezas e ameaças, que são as considerações basilares para o planejamento urbano metropolitano e para a gestão. Assim, para cada uma das funções, foram elaboradas diretrizes que conformam orientações gerais do planejamento para a gestão metropolitana.

As diretrizes para a gestão, por sua vez, são viabilizadas por meio de suas propostas estratégicas, que correspondem ao arranjo geral de ações a serem executadas para que a Região Metropolitana possa realizar seus potenciais, mitigando suas fragilidades e contornando as ameaças. Essas diretrizes e suas propostas apresentam um rebatimento territorial que se materializa na síntese territorial estratégica e na proposição do Macrozoneamento Metropolitano.

SÍNTESE TERRITORIAL ESTRATÉGICA

Integração do eixo urbano na BR-376 para aumento da capacidade de interligação de transportes e interconexão de manchas urbanas + Controle de ocupação urbana em áreas ambientalmente frágeis, bem como nas adjacências de infraestruturas aeroportuárias + Formação de novas centralidades, com vistas à mitigação das desigualdades urbano-regionais

CONVENÇÕES

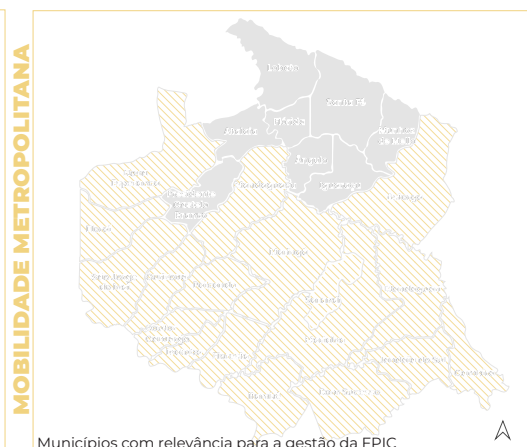
-
- O mapa apresenta a região de Maringá e municípios vizinhos, com o município de Maringá destacado em amarelo. A infraestrutura planejada é representada por linhas coloridas e setas:
- Formação de novas centralidades:** Indicado por áreas amarelas espalhadas pela região.
 - Integração do Eixo Urbano, Aumento da Capacidade de Interligação de Transportes e Reforço de Interconexão de Manchas Urbanas:** Representado por setas amarelas.
 - Conservação de recursos hídricos:** Representado por linhas azuis com hachuras.
 - Eixos logísticos existentes:** Representados por linhas vermelhas sólidas.
 - Eixos logísticos projetados:** Representados por linhas vermelhas tracejadas.
 - Fomento dos corredores ambientais:** Representado por setas marrons.
 - Reforço das condições para mobilidade pendular:** Representado por setas amarelas.
 - Controle da expansão por pressão periurbana:** Representado por setas marrons.
- Os municípios mostrados no mapa incluem: Lobato, Santa Fé, Munhoz de Mello, Atalaia, Flórida, Ângulo, Iguaçu, Astorga, Mandaguai, Sarandi, Marialva, Jandaia do Sul, Cambira, Bom Sucesso, Itambé, Floresta, Ivatuba, Doutor Camargo, Ourizona, Paçandu, São Jorge do Ivaí, Florai, Nova Esperança, Presidente Castelo Branco, Mandaguá, e Maringá. Rios importantes como o Rio Ivaí, Rio Pardo e Rio Bandeira são também identificados.



ESPACIALIZAÇÃO DAS FPICs

NÚMERO DE FPICs POR MUNICÍPIO

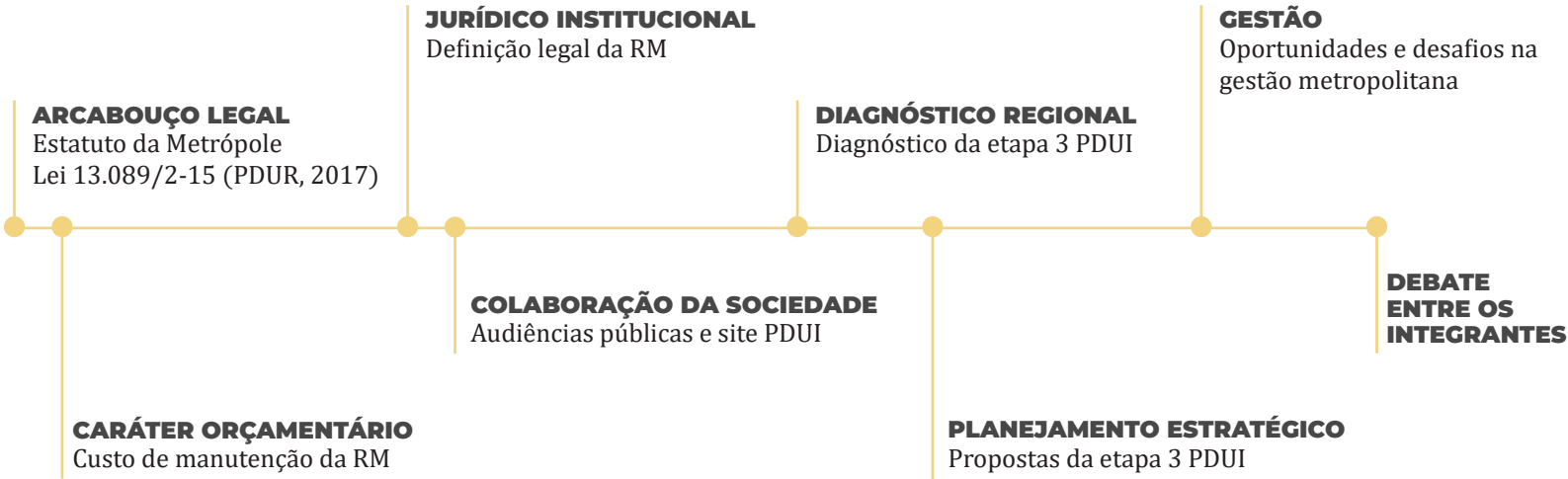
- | | |
|---------|---|
| 1 FPIC | Atalaia, Flórida, Munhoz de Mello e Presidente Castelo Branco |
| 2 FPICs | Ângulo, Florai, Lobato, Ourizona, Santa Fé e São Jorge do Ivaí |
| 3 FPICs | Astorga, Bom Sucesso, Cambira, Doutor Camargo, Floresta, Iguaçu, Itambé, Ivatuba, Jandaia do Sul, Mandaguaçu, Mandaguari, Marialva, Maringá, Nova Esperança, Paicandu e Sarandi |



OPÇÕES DE RECORTE METROPOLITANO

É recomendável que os debates sobre possíveis recortes metropolitanos tomem as sub-regionalizações identificadas no diagnóstico como referenciais para possíveis delimitações do recorte metropolitano. As principais vantagens do uso das sub-regionalizações como critério basilar para o debate sobre o recorte metropolitano são:

METODOLOGIA



OPÇÃO 1 | EIXO URBANO DA BR 376

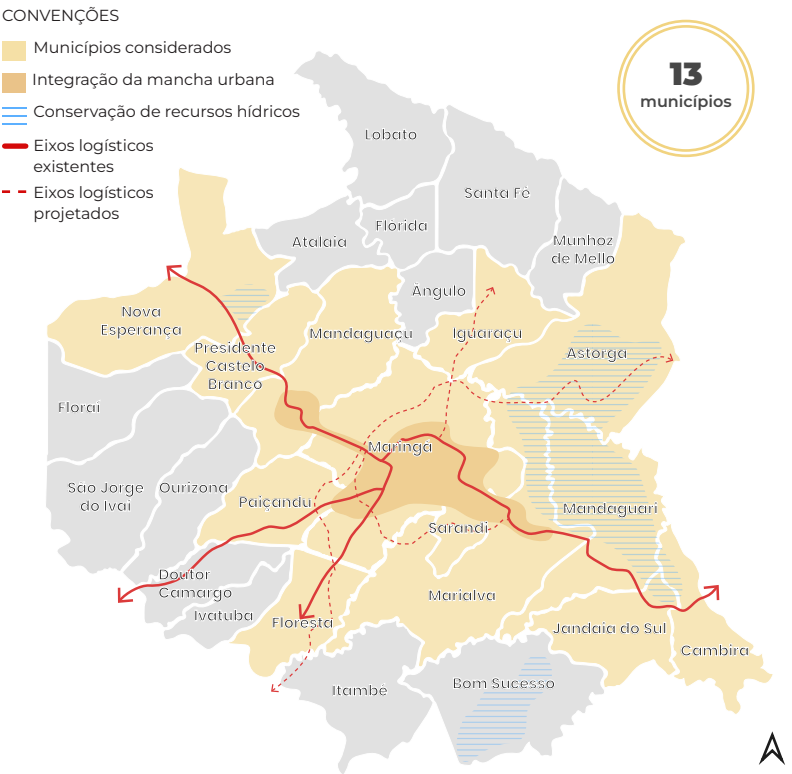
Apresenta caráter estratégico para ordenamento territorial sobre áreas de recursos hídricos sensíveis e para efetivação metropolitana de integração entre as regiões metropolitanas de Maringá e Londrina

VANTAGENS

- Caráter estratégico para ordenamento territorial, sobre áreas de recursos hídricos sensíveis;
- Foco na integração das políticas de mobilidade;
- Alta integração entre os municípios

DESVANTAGENS

- Menor capacidade de ordenamento territorial voltado para recomposição de áreas florestais;
- Limitação do papel da RMM de catalisar o desenvolvimento regional de forma ampla



OPÇÃO 2 | CORREDOR URBANO - AMBIENTAL ENTRE OS RIOS IVAÍ E PIRAPÓ

CONVENÇÕES

- Municípios considerados
- Integração da mancha urbana
- Conservação de recursos hídricos
- Eixos logísticos existentes
- Eixos logísticos projetados
- Corredores ambientais



21

municípios

O recorte 02, possui como caráter estratégico a integração urbana do eixo metropolitano central da BR-376 e, subsidiariamente, dos municípios ligados ao polo pela PR-317 (Iguaçu e Floresta) e o controle da expansão da ocupação sobre áreas sensíveis para disponibilidade de recursos hídricos, especialmente a sudeste

VANTAGENS

Integração dos municípios ao longo da BR-376 e da PR-317;
Estratégia de preservação dos recursos hídricos;
Recuperação da cobertura florestal às margens dos rios Ivaí e Pirapó

DESVANTAGENS

Maiores despesas operacionais em virtude do maior número de participantes;
Maior quantidade de processo de gestão;
Maior número de agentes metropolitanos necessários

OPÇÃO 3 | CORREDOR URBANO - AMBIENTAL ENTRE OS RIOS IVAÍ E BANDEIRANTES

CONVENÇÕES

- Municípios considerados
- Integração da mancha urbana
- Conservação de recursos hídricos
- Eixos logísticos existentes
- Eixos logísticos projetados
- Corredores ambientais



26

municípios

Uma terceira opção de recorte envolve todos os municípios que atualmente fazem parte do quadro territorial legal da região. O recorte considera a visão estratégica da opção 2 e agrega a visão integrada do território entre os rios Ivaí e Bandeirante do Norte

VANTAGENS

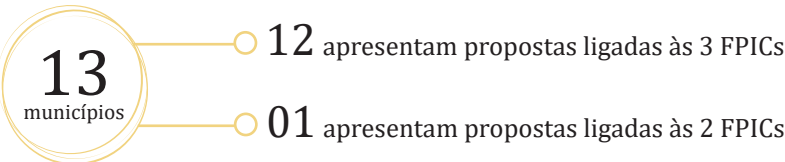
Manutenção da RM atual;
Gestão regional integrada;
Maior atratividade de investimentos;
Controle de Uso do Solo sobre áreas de fragilidade ambiental

DESVANTAGENS

Maiores despesas operacionais em virtude do maior número de participantes;
Maior quantidade de processo de gestão;
Maior número de agentes metropolitanos necessários

DETALHAMENTO DAS OPÇÕES DE RECORTE

OPÇÃO 1 | EIXO URBANO DA BR 376



Cambira, Jandaia do Sul, Mandaguari, Marialva, Sarandi, Maringá, Paçandu, Mandaguaçu, Presidente Castelo Branco, Nova Esperança, Iguaçu, Floresta e Astorga

POP. ESTIMADA*

682.125

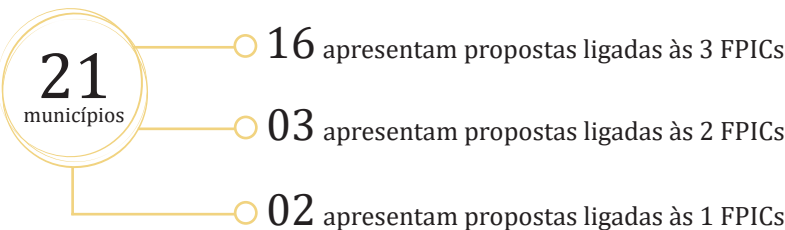
VISÃO ESTRATÉGICA

Maringá, região urbana linear

COESÃO POLÍTICA

Menor número de agentes a serem considerados na promoção de consenso

OPÇÃO 2 | CORREDOR URBANO - AMBIENTAL ENTRE OS RIOS IVAÍ E PIRAPÓ



Cambira, Jandaia do Sul, Mandaguari, Marialva, Sarandi, Maringá, Paçandu, Mandaguaçu, Presidente Castelo Branco, Atalaia, Nova Esperança, Iguaçu, Bom Sucesso, Itambé, Floresta, Ivatuba, Doutor Camargo, Ourizona, São Jorge do Ivaí, Florai e Astorga

POP. ESTIMADA*

722.336

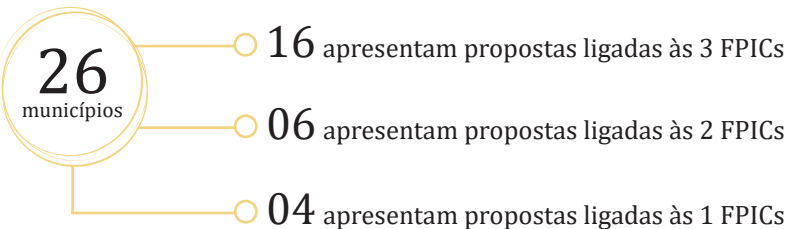
VISÃO ESTRATÉGICA

RM de Maringá, região urbana e de conservação ambiental do Ivaí

COESÃO POLÍTICA

Maior número de agentes, exigindo maior capacidade institucional de mediação de conflitos. Interesses de municípios menores podem ser representados com maior força por meio do ente metropolitano

OPÇÃO 3 | CORREDOR URBANO - AMBIENTAL ENTRE OS RIOS IVAÍ E BANDEIRANTES



Cambira, Jandaia do Sul, Mandaguari, Marialva, Sarandi, Maringá, Paçandu, Mandaguaçu, Presidente Castelo Branco, Atalaia, Nova Esperança, Iguaçu, Bom Sucesso, Itambé, Floresta, Ivatuba, Doutor Camargo, Ourizona, São Jorge do Ivaí, Florai, Astorga, Munhoz de Mello, Ângulo, Santa Fé, Flórida e Lobato

POP. ESTIMADA*

749.190

VISÃO ESTRATÉGICA

RM de Maringá, região estruturante do desenvolvimento urbano, econômico e ambiental do norte do Paraná

COESÃO POLÍTICA

Maior número de agentes, exigindo maior capacidade institucional de mediação de conflitos. Interesses de municípios menores podem ser representados com maior força por meio do ente metropolitano

* população estimada de acordo com a estimativa do IBGE 2021



IMPLEMENTAÇÃO | CENÁRIO DESEJADO

A seleção dos municípios integrantes da RM, assim como as possibilidades de recorte pautam-se no caráter estratégico a integração urbana e na relevância de diretrizes de cada uma das FPICs priorizadas



PLANEJAMENTO

Dadas possíveis restrições orçamentárias, eventuais impasses político-administrativos e mesmo a possibilidade de diferentes abordagens estratégicas na gestão da RMM, recomenda-se que o debate para eleição dos municípios participantes da Região leve em consideração os três possíveis recortes



PROPOSTAS

A metodologia exposta até aqui, com seus procedimentos e indicadores, conforma um arcabouço técnico que deve subsidiar a decisão das esferas competentes na delimitação da Região Metropolitana de Maringá

Reconhece-se, no entanto, que decisões de delimitação metropolitana no âmbito estatal também devem ser cotejadas por outras considerações, como aquelas de caráter orçamentário e de natureza jurídico institucional, além das contribuições decorrentes de participação da sociedade, bem como do resultado dos próprios debates de seus representantes eleitos



PROGNÓSTICO




DIAGNÓSTICO | CENÁRIO ATUAL

RECORTE METROPOLITANO



RECOMENDAÇÕES PARA GESTÃO METROPOLITANA



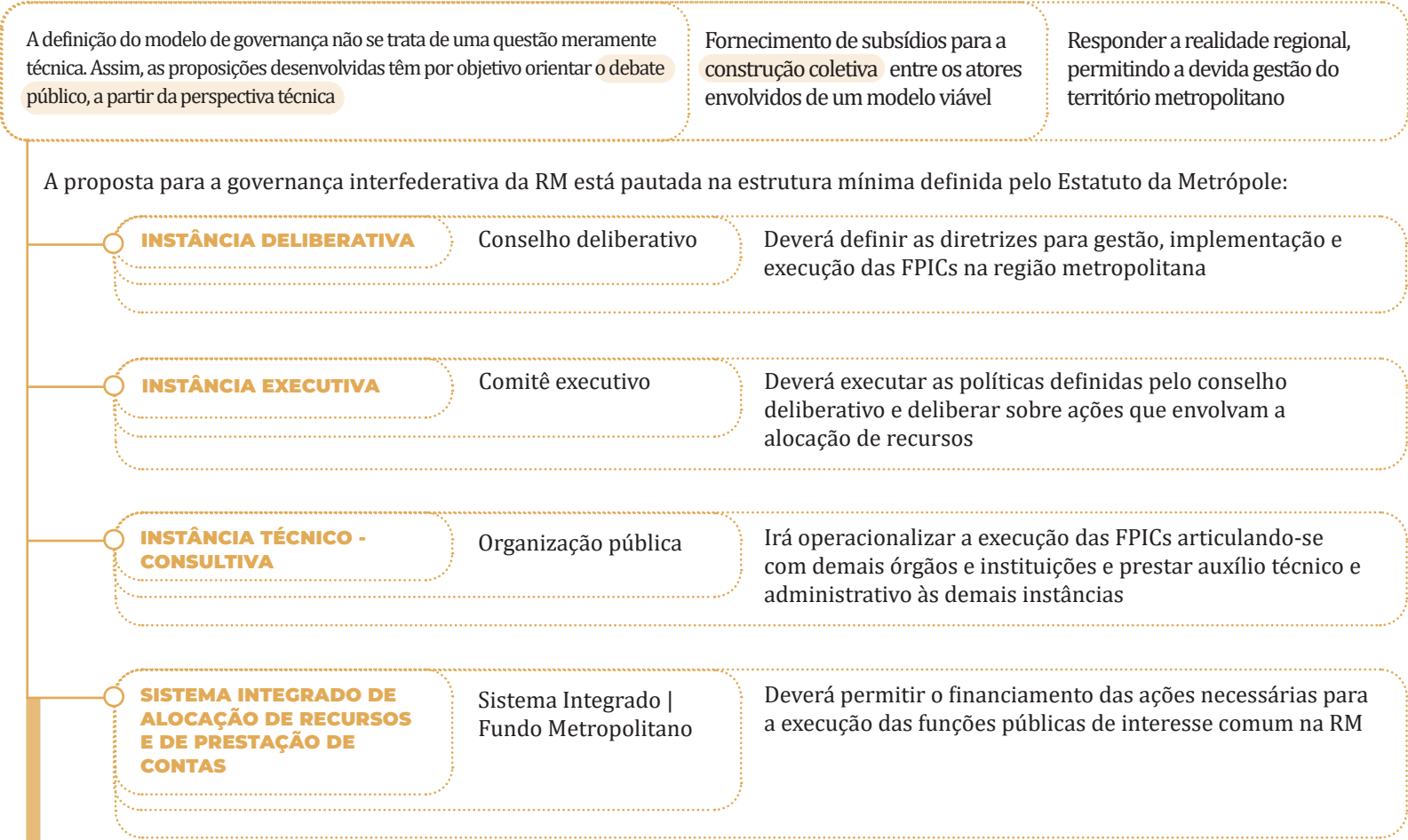
A seção resume as recomendações para a conformação da Governança da Região Metropolitana de Maringá. O conteúdo apresentado a seguir, compreende a estruturação mínima do modelo de gestão metropolitana, as atribuições e composições de cada uma das instâncias, os custos operacionais do ente e os cenários de rateio, bem como os processos de gestão a serem instaurados em prol da execução das FPICs prioritárias. É relevante ressaltar que a proposta apresentada toma como base os referenciais utilizados na elaboração do trabalho técnico, assim como as contribuições dos atores metropolitanos, assim como as contribuições dos atores metropolitanos, que participaram do processo por meio dos eventos e canais de comunicação do PDUI.

MODELO PRELIMINAR

O Estatuto da Metrópole – EM (Lei Federal nº 13.089/2015 e alterações) define o conceito de região metropolitana enquanto:

unidade regional instituída pelos Estados, mediante lei complementar, constituída por agrupamento de Municípios limítrofes para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum. (BRASIL, 2015, s/p.)

OBJETIVOS DA PROPOSTA



7. Aprovar e acompanhar os demais Estatutos e Regimentos Internos vinculados às Instâncias Técnico-Consultiva e Executiva
8. Aprovar as contas do Sistema Integrado de Alocação de Recursos e Prestação de Contas

9. Criar Câmaras Técnicas para aprofundar o debate sobre temáticas setoriais
10. Promover audiências e consultas públicas e outros instrumentos para promoção da gestão democrática do território metropolitano

No que diz respeito às Câmaras Técnicas, as mesmas teriam como principal objetivo subsidiar tecnicamente as demais instâncias, emitindo pareceres e proposições sobre temas específicos relativos à gestão metropolitana

COMPOSIÇÃO

Representantes da Sociedade Civil

Representantes do Poder Público dos municípios da RM

Representantes do Poder Público do estado do Paraná

INSTÂNCIA EXECUTIVA

A instância executiva deverá ter um caráter estratégico, ocupando-se de deliberar questões de interesse metropolitano e, sobretudo, relacionadas à movimentação de recursos, tendo por atribuições gerais:

1. Executar as funções públicas de interesse comum, conforme as diretrizes do Conselho Deliberativo
2. Identificar demandas, propostas e entraves
3. Estabelecer e indicar as movimentações do Sistema Integrado de Alocação de Recursos e Prestação de Contas
4. Definir e aprovar os instrumentos, as ações e os recursos a serem empregados na gestão e execução das funções públicas de interesse comum e das deliberações do Conselho
5. Realizar ou contratar a realização de estudos determinados pelo Conselho Deliberativo ou de outros que se mostrarem necessários
6. Estabelecer critérios para a fixação dos valores a serem aportados por cada um dos entes participantes para efetivação das ações e projetos relativos às políticas públicas vinculadas às Funções Públicas de Interesse Comum – FPICs na execução das ações conforme as deliberações do Conselho Deliberativo
7. Acompanhar, monitorar e fiscalizar a execução orçamentária de Planos, Projetos e Programas Metropolitanos
8. Submeter ao Conselho Deliberativo as modificações do seu Regimento Interno
9. Consultar as Câmaras Técnicas e a Instância Técnico-Consultiva
10. Promover audiências e consultas públicas e outros instrumentos para promoção da gestão democrática do território metropolitano

COMPOSIÇÃO

Representantes do Poder Executivo Estadual

Representantes do Poder Executivo Municipal

INSTÂNCIA TÉCNICO - CONSULTIVA

Caberá a essa instância apoiar técnica e administrativamente as demais instâncias do ente metropolitano, articulando-se com demais órgãos, instituições estaduais, federais e municipais e organizações privadas para tanto. São propostas as seguintes atribuições:

1. Operacionalizar a execução das FPICs, conforme as deliberações do Conselho Deliberativo e do Comitê Executivo, apoiar e atuar subsidiariamente junto a Consórcios Intermunicipais
2. Promover, elaborar ou contratar, estudos, planos, programas e projetos e auxiliar tecnicamente os municípios na elaboração de projetos de interesse metropolitano
3. Articular-se com órgãos e instituições públicas e privadas, nacionais ou estrangeiras para a consecução do processo de planejamento, gestão execução das ações, planos e projetos das políticas públicas das Funções Públicas de Interesse Comum - FPICs e na captação de recursos para tanto;
4. Atuar no Processo de Planejamento Metropolitano Integrado na anuência de parcelamentos urbanos (Conforme Lei Federal nº 6.766/1979 e alterações)

5. Realizar o secretariado executivo das demais instâncias do ente metropolitano
6. Promover, gerir e atualizar o Sistema de Acompanhamento Metropolitano, incluso o Sistema de Informações Metropolitanas
7. Acompanhar o licenciamento ambiental e a outorga do uso dos recursos hídricos em áreas de interesse metropolitano atuando subsidiariamente no processo de Gestão Ambiental e atestar a validade de solicitações de Pagamentos por Serviços Ambientais
8. Implementar, acompanhar, monitorar e revisar o PDUI, divulgar ações e realizações do ente metropolitano e realização a gestão do Sistema de Alocação de Recursos
9. Propor a criação, gerir e consultar as Câmaras Técnicas
10. Emitir pareceres técnicos, conforme demanda das demais instâncias
11. Apoiar e atuar subsidiariamente junto a Consórcios Intermunicipais que tratem de temas relacionados às FPICs

COMPOSIÇÃO

Diretoria Administrativa

Diretoria Técnica

Assessoria Jurídica e demais técnicos

A proposta de composição do corpo técnico prevê 15 servidores (e 2 estagiários), com cargos e alocações, nas subdivisões supracitadas, traçados conforme as atribuições e necessidades da Instância Técnico-Consultiva

PERFIL LEGAL E ADMINISTRATIVO

Para a composição da governança metropolitana, o Estatuto da Metrópole determina a criação de “organização pública com funções técnico-consultivas” (BRASIL, 2015, s/p)

ORGANIZAÇÃO PÚBLICA

Refere-se aos órgãos e instituições componentes da administração pública

O Decreto-Lei Federal nº 200/1967, determina que a administração pública indireta é composta pelas seguintes entidades dotadas de personalidade jurídica própria, a saber:

Autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações

A Lei Federal nº 11.107/2005, determina que os consórcios públicos de personalidade jurídica de direito público também integrem a administração indireta dos entes consorciados

No caso dos regimes de Empresa Pública, Sociedade de Economia Mista e Fundação considerou-se que sua natureza e finalidade, conforme descrito pelo Decreto-Lei Federal nº 200/1967, não são compatíveis com as competências previstas para o ente metropolitano, em conformidade com o Estatuto da Metrópole. Outros modelos, como o Serviço Social Autônomo, também foram descartados da proposta por razões similares

Em princípio, recomenda-se que o perfil legal e administrativo do ente considere a criação de uma **entidade autárquica**

Como entidade autárquica, estão sendo consideradas as Autarquias Comuns e Especiais e também as **Associações Públicas**

Essas entidades tem seu funcionamento estabelecido na lei que as institui, assumindo as atividades outorgadas pela entidade estatal a que está vinculada, porém sem que esteja a ela subordinada

CUSTOS OPERACIONAIS

- Referem-se aos investimentos realizados por parte dos entes federativos que compõem a governança metropolitana para a manutenção de sua estrutura
- Considerando a participação dos municípios e do Estado do Paraná, é necessário que o compartilhamento dos referidos custos seja balizado de forma a viabilizar a gestão do território metropolitano e a otimização do uso dos recursos públicos

A estimativa dos custos operacionais, alinhada com a análise da fragilidade fiscal dos municípios - apresentada na sequência - subsidiou a elaboração de cenários para o rateio dos valores entre os entes federativos

O objetivo é fomentar o debate junto aos gestores públicos, técnicos municipais e estaduais, lideranças políticas e sociedade civil sobre os meios de operacionalização e efetiva implementação da região metropolitana.



ESTIMATIVA DE CUSTOS

OPERAÇÃO COTIDIANA DO ENTE

Envolve custos relacionados à remuneração dos funcionários integrantes do corpo técnico previsto para a Instância Técnico-Consultiva

Despesas provenientes da estrutura física que abrigará o novo Ente

- O cálculo aproximado dos custos de remuneração toma como base a alocação de técnicos específicos dentre as subdivisões internas ao corpo técnico, sendo essas: Diretoria Administrativa; Diretoria Técnica; Assessoria Jurídica e demais técnicos
- A proposta de composição do corpo técnico prevê 15 servidores (e 2 estagiários), com cargos e alocações, nas subdivisões supracitadas, traçados conforme as atribuições e necessidades da Instância Técnico-Consultiva

	CORPO TÉCNICO PRELIMINAR INSTÂNCIA TÉCNICO - CONSULTIVA	ESTRUTURA FÍSICA MÍNIMA
Diretoria Administrativa	Diretoria Assessoria Gerência administrativa Gerência recursos humanos Gerência de serviços	 Equipamentos e infraestrutura
Assessoria Jurídica	Consultor jurídico Assessoria	 Custos fixos estimados (água, luz, internet, etc)
Diretoria Técnica	Diretoria Assessoria	
Técnicos	Técnico em Gestão Ambiental Técnico em Gestão Territorial Técnico em Mobilidade Técnico em Geoprocessamento Técnico em Planejamento Urbano Técnico em Informática Estagiários	 Cálculo estimado de operação anual aproximadamente R\$ 3.000.000,00

- Por sua vez, a relação dos profissionais possíveis para cada cargo se baseia nos quadros de funcionários dos municípios de Londrina, Maringá e Cascavel
- Há cargos previstos para os quais não foram encontrados profissionais análogos nas informações municipais em questão. A complementação dos dados faltantes se deu pelo uso de informações da Prefeitura Municipal de Curitiba e da Prefeitura Municipal de Maringá

CÁLCULO BASE

Função de subsidiar a discussão técnica e política acerca do custeio da Governança Metropolitana

A composição dessa Governança, assim como seus custos e rateio serão definidos pelos técnicos e autoridades municipais, junto aos representantes estaduais atuantes na Região Metropolitana

VALORES LEVANTADOS**INICIAIS**

Gastos de obtenção do espaço, assim como dos principais equipamentos

MENSAIS

Gastos de manutenção da estrutura, abarcando água, luz, licenças de software e gasolina

A infraestrutura considerada não corresponde a valores mensais, mas sim a um montante inicial, ao qual se atribui a necessidade de pagamento a cada 3 anos, junto à renovação desses equipamentos

- Destaca-se que os valores apresentados têm objetivo estratégico de embasar o debate de rateio do Ente Metropolitano, portanto **são considerados os custos básicos do ente**
- Outros gastos e variáveis também serão componentes de seu orçamento e, conforme apontado anteriormente, devem ser definidos em debate entre os integrantes da Governança

FRAGILIDADE FISCAL DOS MUNICÍPIOS METROPOLITANOS

- Considerando as especificidades dos municípios que compõem atualmente a RMM e visando compreender o panorama geral das gestões municipais, é apresentada uma análise da fragilidade fiscal dos municípios segundo a avaliação do índice FIRJAN

ÍNDICE FIRJAN DE GESTÃO FISCAL | IFGF

Instrumento útil e de boa qualidade para analisar a situação financeira dos municípios brasileiros

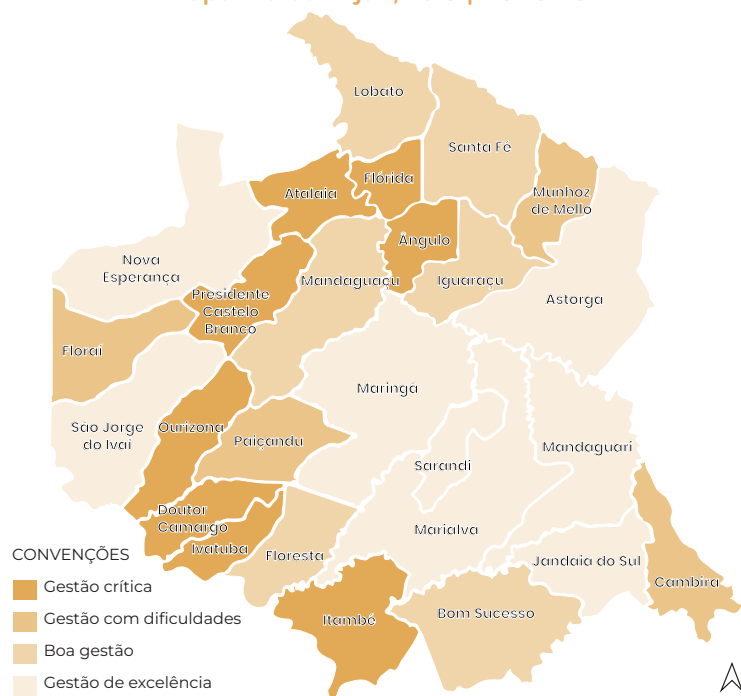
CONVENÇÕES

Gestão crítica (0,3285 - 0,3893)	Boa gestão (0,6072 - 0,7708)
Gestão com dificuldades (0,4096 - 0,5723)	Gestão de excelência (0,8771 - 0,9647)

Mapa Condições relativas ao Índice Firjan, 2019 | GERAL



Mapa Índice Firjan, 2019 | AUTONOMIA



Mapa Índice Firjan, 2019 | GASTOS COM PESSOAL



Mapa Índice Firjan, 2019 | INVESTIMENTO



Mapa Índice Firjan, 2019 | LIQUIDEZ



- Verifica-se um **cenário de fragilidade** em grande parte dos municípios, o qual deverá ser considerado nas proposições para a implementação da governança metropolitana e nos debates acerca da participação municipal na disponibilização de recursos
- O fortalecimento da RM e o compartilhamento das responsabilidades na execução das FPICs podem se constituir como uma resposta ao cenário atual, apoiando as **gestões municipais** e favorecendo **ampliação e qualificação** dos serviços prestados à população

CENÁRIOS PARA O RATEIO DOS CUSTOS OPERACIONAIS

- Foram constituídos três cenários para debate sobre a participação do estado e municípios na disponibilização de recursos para o custeio operacional do ente metropolitano
- Os cenários consideram as práticas e percentuais adotados em outras regiões metropolitanas brasileiras, bem como a proposição contida do PDUR, além dos debates realizados no âmbito de elaboração do PDUI junto aos gestores públicos, técnicos municipais e estaduais, representantes da sociedade civil e população em geral

CENÁRIO 1

O estado irá arcar com 100% do custeio operacional do ente a partir do primeiro ano de operação

CENÁRIO 2

O estado irá arcar com 50% do custeio operacional do ente a partir do primeiro ano de operação. Em contrapartida, os municípios irão ratear entre si o valor restante para o custeio do ente

CENÁRIO 3

O estado irá arcar com 100% do custeio operacional a partir do primeiro ano de operação do ente metropolitano. A participação do estado será reduzida anualmente até atingir 50% do custeio. Os municípios não irão arcar com o custeio operacional no primeiro ano de operação do ente metropolitano. A participação dos municípios será ampliada anualmente até atingir 50% do custeio

Recomenda-se que o rateio dos custos entre os municípios considere as especificidades de cada local, que podem, por exemplo, ser expressas por indicadores socioeconômicos e ambientais e também o peso da participação dos municípios nas decisões do ente metropolitano - que estará atrelado à composição e ao funcionamento das instâncias que o configuram

- Reforça-se, que os cenários apresentados buscam fomentar o debate público e a tomada de decisão dos atores envolvidos na implementação e gestão da RM de Maringá
- Contudo, também é necessário destacar que há critérios técnicos e legais que devem ser observados em todos os casos

1º ano de operação	100% do custeio	0% do custeio
2º ano de operação	90% do custeio	10% do custeio
3º ano de operação	80% do custeio	20% do custeio
4º ano de operação	70% do custeio	30% do custeio
5º ano de operação	60% do custeio	40% do custeio
6º ano de operação	50% do custeio	50% do custeio
OPERAÇÃO DO ENTE	ESTADO	MUNICÍPIOS

PROCESSO DE GESTÃO POR FPIC

- Os processos a serem assumidos pela FPIC se referem às ações de gestão a serem executadas em prol de sua implementação da Região Metropolitana
- A definição desses processos toma como base o arcabouço legal abarcado no contexto metropolitano, assim como o diagnóstico obtido em etapas anteriores do PDUI e relatos das Prefeituras Municipais e demais órgãos e instituições envolvidos na implementação da futura Governança Metropolitana

FPIC | PLANEJAMENTO TERRITORIAL E USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

N.	PROCESSO	EMBASAMENTO
1	Anuência prévia de parcelamentos do solo urbano	Conforme definições da Lei Federal nº 6.766/1979 e Lei Federal nº 13.069/2015. Refere-se à competência do ente metropolitano em ordenar o parcelamento do solo
2/3	Emissão de consultas prévias e auxílio técnico na avaliação de EIVs	Conforme definições da Lei Federal nº 6.766/1979, Lei Federal nº 13.069/2015 e Resolução SEDEST 50/2022. Refere-se às competências do ente em ordenar o parcelamento do solo e participar subsidiariamente em processos de licenciamento ambiental no Paraná

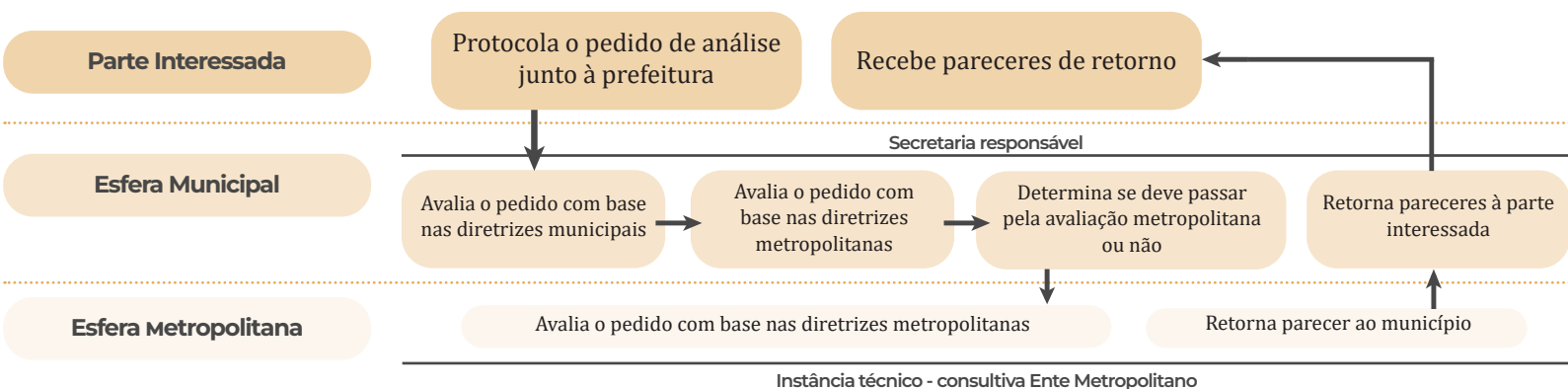
N.	PROCESSO	EMBASAMENTO
4	Acompanhamento e avaliação de planos diretores municipais	Conforme definições da Lei Federal nº 13.069/2015. Refere-se à competência do ente metropolitano em orientar o desenvolvimento urbano da RM
5	Anuência de alterações de perímetros urbanos	Conforme definições da Lei Federal nº 6.766/1979 e Lei Federal nº 13.069/2015. Refere-se à competência do ente metropolitano em ordenar o parcelamento do solo e orientar o desenvolvimento urbano da RM
6	Administração do Sistema de Informações Metropolitanas (SIM)	Conforme definições da Lei Federal nº 13.069/2015. Refere-se a competência do ente metropolitano na articulação intersetorial das políticas públicas afetas à unidade territorial urbana
7	Alteração do PDUI e do Macrozoneamento Metropolitano	Conforme definições da Lei Federal nº 13.069/2015. Refere-se à competência do ente metropolitano em orientar o desenvolvimento urbano da RM
8	Capacitação do corpo técnico municipal	Conforme definições da Lei Federal nº 13.069/2015. Dialoga com os princípios de autonomia dos municípios, gestão democrática da cidade e efetividade no uso dos recursos públicos considerados na constituição do ente metropolitano.

PROCESSO 1 | ANUÊNCIA PRÉVIA DE PARCELAMENTOS URBANOS

ATORES	ATRIBUIÇÕES
Parte Interessada	Solicita o início do processo administrativo, protocolando o processo junto à Prefeitura Municipal a partir do conjunto de documentos exigidos
Prefeitura Municipal – Secretaria Competente	Analisa o processo solicitado a partir da legislação municipal e metropolitana. Determina, a partir de critérios pré-definidos, a necessidade de avaliação metropolitana e encaminha o processo ao Ente. Retorna o parecer final à parte interessada
Entidade Metropolitana – Instância Técnico-Consultiva	Recebe o encaminhamento da Prefeitura e analisa o processo a partir da legislação metropolitana. Retorna o parecer à prefeitura

PROCESSO 1 | ANUÊNCIA PRÉVIA DE PARCELAMENTOS URBANOS

A anuência dos processos de parcelamento do solo urbano visa o controle da ocupação, em áreas de interesse metropolitano



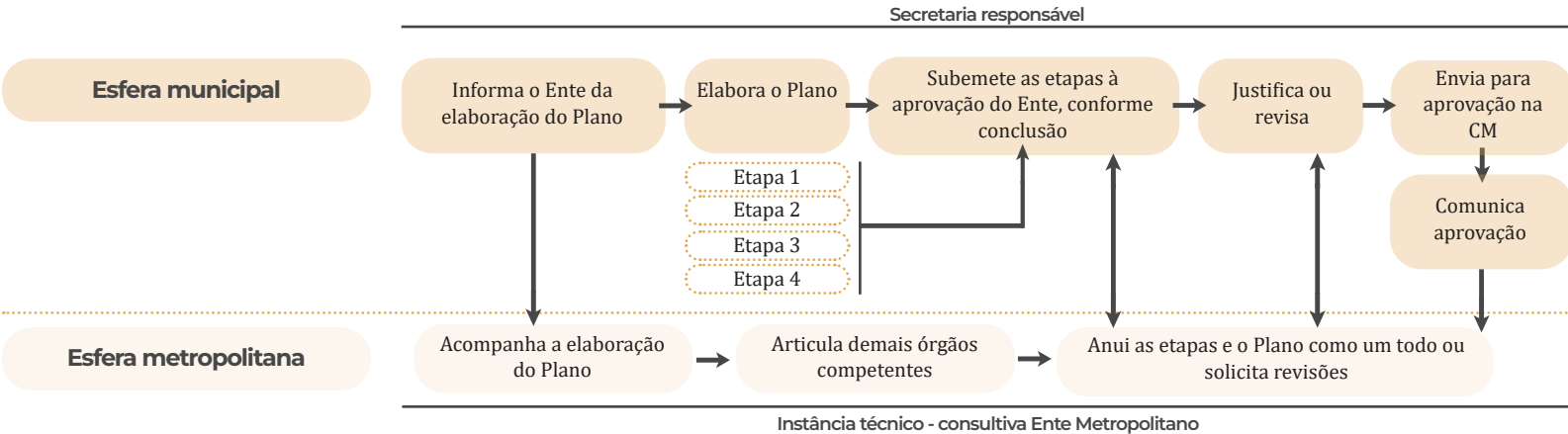
N.	PROCESSO	EMBASAMENTO
1	Implementação de novas linhas de transporte metropolitano e integração de linhas metropolitanas e municipais	Conforme definição da Lei Federal nº 12.587/2012 e da Lei Federal nº 13.069/2015. Propõe-se que o ente tenha por competência o planejamento e gestão do transporte coletivo metropolitano
2	Acompanhamento e revisão dos planos de mobilidade municipais	Conforme definição da Lei Federal nº 12.587/2012 e da Lei Federal nº 13.069/2015. Refere-se à competência do ente de compatibilizar auxiliarna compatibilização das diretrizes metropolitanas e municipais
3	Acompanhamento da alteração de alterações da hierarquia viária	Conforme definição da Lei Federal nº 12.587/2012 e da Lei Federal nº 13.069/2015. Refere-se à competência do ente de compatibilizar auxiliar na compatibilização das diretrizes metropolitanas e municipais e em orientar o desenvolvimento urbano da RM

PROCESSO 2 | ACOMPANHAMENTO E REVISÃO DOS PLANOS DE MOBILIDADE MUNICIPAIS

ATORES	ATRIBUIÇÕES
Prefeituras Municipais – Secretaria Competente	Submeter a análise os resultados obtidos ao final de cada etapa de elaboração do Plano de Mobilidade Municipal. Informar a Institucionalização do PLANMOB
Ente Interfederativo: Instância Técnico-Consultiva	Acompanha o processo de elaboração do PLANMOB. Analisa os produtos de cada etapa do PLANMOB. Acompanha a institucionalização do Plano
Câmara Municipal	Institucionaliza o PLANMOB

PROCESSO 2 | ACOMPANHAMENTO E REVISÃO DOS PLANOS DE MOBILIDADE MUNICIPAIS

O acompanhamento dos Planos Municipais, como Diretor e de Mobilidade, visa a compatibilização do planejamento municipal com as diretrizes metropolitanas, conforme preconizado pelo Estatuto da Metrópole



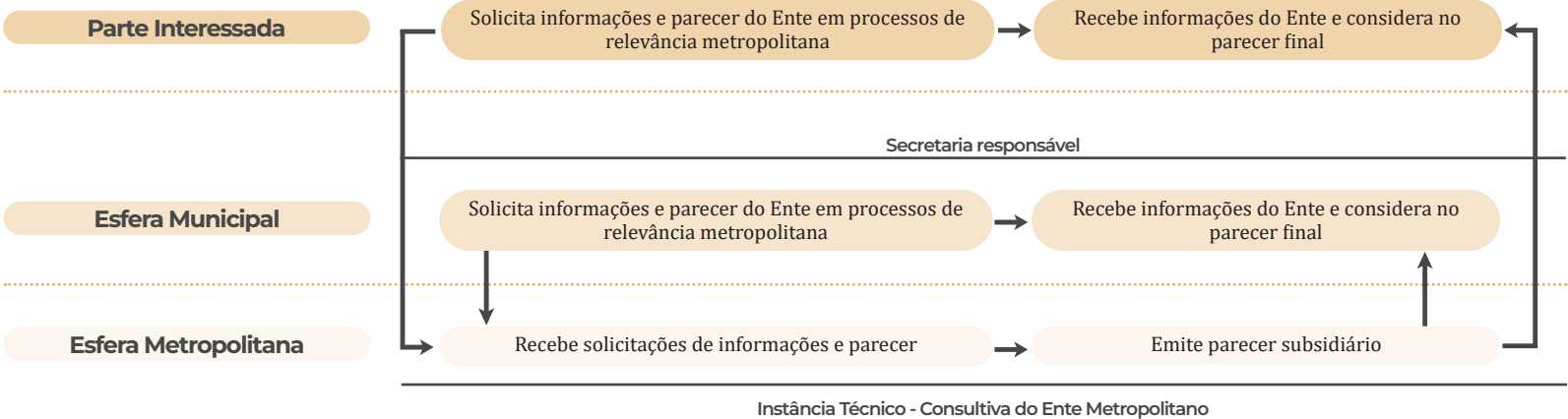
N.	PROCESSO	EMBASAMENTO
1	Coordenação e Planejamento de Unidades de Conservação (UCs), Áreas Estratégicas (AEs) e Parques	Conforme definição da Lei Federal nº 13.069/2015. Refere-se a competência do ente metropolitano em orientar o desenvolvimento urbano e prever compensações por serviços ambientais ou outros serviços prestados
2	Atuação subsidiária em processos de licenciamento ambiental e outorga de recursos hídricos	Resolução SEDEST 50/2022. Refere-se à competência do ente metropolitano em atuar subsidiariamente nos processos de licenciamento ambiental, emitindo consultas e pareceres
3	Gestão integrada de áreas de risco	Conforme definições da Lei Federal nº 13.069/2015. Refere-se a competência do ente metropolitano em orientar o desenvolvimento urbano e proteger o patrimônio ambiental ou cultural, bem como das áreas sujeitas a controle especial pelo risco de desastres naturais
4	Gestão integrada de áreas de mananciais	Conforme definições da Lei Federal nº 13.069/2015. Refere-se a competência do ente metropolitano em orientar o desenvolvimento urbano e prever compensações por serviços ambientais ou outros serviços
5	Planejamento de gestão de resíduos sólidos	Conforme definição da Lei Federal nº 13.069/2015 e Plano Estadual de Resíduos Sólidos – Lei Estadual Complementar nº20.607/2021. Para a devida execução da FPIC de Meio Ambiente, propõe-se que o ente tenha por competência o planejamento e gestão dos resíduos sólidos

PROCESSO 2 | ATUAÇÃO SUBSIDIÁRIA EM PROCESSOS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E OUTORGA DE RECURSOS HÍDRICOS

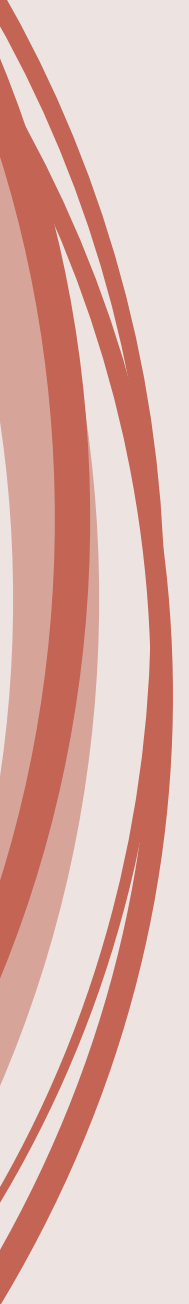
ATORES	ATRIBUIÇÕES
Parte interessada	Inicia o processo junto ao órgão ambiental licenciador. Recebe o parecer de retorno
Órgão Ambiental Licenciador	Administra os processos de licenciamento ambiental e outorga de recursos hídricos. Determina a necessidade de manifestação metropolitana, com base nas normativas vigentes
Entidade Metropolitana Instância Técnico - Consultiva	Recebe solicitações de manifestação. Retorna o parecer metropolitano

PROCESSO 2 | ATUAÇÃO SUBSIDIÁRIA EM PROCESSOS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E OUTORGA DE RECURSOS HÍDRICOS

A atuação da Governança em processos de licenciamento ambiental se dá de forma subsidiária, em associação aos órgãos e instituições competentes, especificamente em processos sobre áreas de relevância metropolitana



PLANO DE AÇÃO



A elaboração do Plano de Ação compõe a retomada das diretrizes definidas, agregando o detalhamento das ações propostas, de modo a orientar as prioridades do futuro Ente Metropolitano e direcionar sua execução. Sendo assim, para cada ação interna às diretrizes das FPICs prioritárias foram especificados os prazo de execução, os atores envolvidos, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS - ONU, Agenda para 2030) correlatos e os municípios metropolitanos abrangidos.

Além do Plano de Ação, a presente seção contempla — conforme determinado pelo Estatuto da Metrópole em seu Art. 12 — diretrizes mínimas para implementação de efetiva política pública de regularização fundiária urbana.

Ademais, é apresentada a proposta do Sistema de Acompanhamento e Monitoramento do PDUI, a partir da distribuição das responsabilidades implicadas entre as Instâncias metropolitanas e a relação de indicadores a serem monitorados.

PLANO DE AÇÃO

ELABORAÇÃO

Retomada e revisão das diretrizes definidas, agregando o detalhamento das ações propostas.

Orientar as prioridades do futuro Ente Metropolitano e direcionar sua execução.



FPICs Funções Públicas de Interesse Comum

DIRETRIZES Rumos gerais que retomam as questões identificadas no diagnóstico.

AÇÃO ESTRATÉGICA Ações que viabilizam o atingimento das diretrizes.

PRAZO Estabelece o prazo de execução da proposta, a partir da classificação entre curto, médio e longo.

FPICs	
DIRETRIZ	AÇÃO ESTRATÉGICA

PLANO DE AÇÃO

FPICs PRIORIZADAS

PLANEJAMENTO TERRITORIAL E USO DO SOLO

Diz respeito à **ocupação humana sobre o território** da Região Metropolitana, analisando o que compete às suas legislações, atividades, tendências e conflitos.

MOBILIDADE METROPOLITANA

Se refere aos **deslocamentos de pessoas e bens** na escala metropolitana, analisando o que compete ao sistema de **transporte público** e às **interdependências viárias** entre os Municípios pertencentes à RM.

MEIO AMBIENTE

É relativa aos **recursos e bens naturais** metropolitanos e analisa o que compete aos serviços **ambientais e ecossistêmicos**, assim como conflitos entre áreas de interesse ambiental e de expansão urbana.

PRAZO DE EXECUÇÃO

- Curto | até 3 anos
- Médio | de 4 a 9 anos
- Longo | 10 anos ou mais

MUNICÍPIOS ABRANGIDOS

Nesse campo, propostas que abrangem a totalidade da Região Metropolitana atual — dada pela Lei Estadual Complementar n.º 83/1998 e alterações — são associadas à sigla “RMM”.

ATORES ENVOLVIDOS

Cita os atores internos ao Ente Metropolitano, assim como outros órgãos/instituições envolvidos.

MUNICÍPIOS ABRANGIDOS

Identifica os principais municípios envolvidos na execução da proposta.

ODS RELACIONADOS

Indica o número dos ODS (ONU – Agenda de 2030) correlatos.

PROJETO ESTRUTURANTE

Aquelas assinaladas como estruturantes indicam ações estratégicas e essenciais à organização e gestão da FPIC.

PRAZO	ATORES ENVOLVIDOS	ODS RELACIONADO	MUNICÍPIOS ABRANGIDOS	PROJETO ESTRUTURANTE

PLANO DE AÇÃO

FPIC DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E USO DO SOLO

DIRETRIZ

AÇÃO ESTRATÉGICA

Condicionamento do planejamento territorial à conservação das Áreas de Importância Ambiental

- A partir do mapeamento da Aptidão Geoambiental da RMM, rever delimitação das macrozonas de importância ambiental do Macrozoneamento Metropolitano, indicando diferentes níveis de proteção para cada área
- A partir do mapeamento da Aptidão Geoambiental da RMM, revisar o Macrozoneamento Metropolitano, condicionando os usos urbanos à capacidade de saturação das áreas de interesse ambiental

Articulação Interfederativa para implementação da política de uso e ocupação regional

- Consolidar o rebatimento das diretrizes metropolitanas nos Planos Diretores Municipais a partir da identificação e apoio aos municípios que necessitam adaptar seus Planos Diretores e diretrizes de uso e ocupação do solo
- Definir diretrizes de planejamento estratégico para o uso rural
- Fomentar o aumento da densidade demográfica em regiões servidas de infraestrutura, em especial no eixo de articulação urbana (Mandaguaçu, Mandaguari, Marialva, Maringá, Paçandu e Sarandi) e em novas centralidades (Astorga, Iguaraçu)
- Estabelecer instrumentos de controle de uso e ocupação do solo e mecanismos de compensação regionais e intermunicipais, tais como: Outorga Onerosa; Transferência de Potencial Construtivo; Direito de Preempção
- Coordenar a nível regional a utilidade pública das áreas necessárias à implementação de investimentos e obras metropolitanas
- Elaborar e/ou contratar o Plano Metropolitano de Habitação, estabelecendo macro diretrizes orientativas às políticas municipais de habitação, as vistas da implementação da política pública de regularização fundiária urbana
- Identificar e mapear conflitos relativos às divisas municipais na RMM e articular com os municípios envolvidos e demais órgãos competentes a revisão desses limites

Descentralização da Infraestrutura e dos Equipamentos Metropolitanos

- Estimular o estabelecimento de uma metrópole policêntrica, identificando as áreas com potencialidade para implementação de novos centros sub-regionais, dotando-os de equipamentos urbanos, sociais e oferta de emprego
- Acompanhar a elaboração e revisão dos Planos Diretores e Planos de Mobilidade Municipais de forma a garantir a adoção por parte dos municípios das diretrizes metropolitanas para Mobilidade e Planejamento Territorial

PRAZO	ATORES ENVOLVIDOS	ODS RELACIONADOS	MUNICÍPIOS ABRANGIDOS	PROJETO ESTRUTURANTE
●●○	Ente Interfederativo (Instância Deliberativa e Instância Técnico-Consultiva), IAT, Microrregião de Saneamento do Oeste	6, 11, 15	Ângulo, Atalaia, Astorga, Bom Sucesso, Cambira, Doutor Camargo, Floresta, Flórida, Iguaçu, Itambé, Ivatuba, Jandaia do Sul, Lobato, Mandaguaçu, Mandaguari, Marialva, Maringá, Munhoz de Mello, Nova Esperança, Ourizona, São Jorge do Ivaí, Santa Fé e Sarandi	✓
●●○	Ente Interfederativo (Instância Deliberativa e Instância Técnico-Consultiva)	6, 11, 15	+ Florai, Paçandu, Presidente Castelo Branco	✓
●●○	Ente Interfederativo (Instância Técnico-Consultiva)	11, 15	RMM	
●●○	Ente Interfederativo (Instância Deliberativa e Instância Técnico-Consultiva), IAT, SEDEST, SEAB, SEPL	2, 11, 15	RMM	
●●●	Ente Interfederativo (Instância Deliberativa, Instância Executiva, Instância Técnico-Consultiva)	11, 15	RMM	
●○○	Ente Interfederativo (Instância Deliberativa, Instância Executiva, Instância Técnico-Consultiva)	11, 15	RMM	✓
●●○	Ente Interfederativo (Instância Técnico-Consultiva), DPE, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	11, 15	RMM	✓
●●●	Ente Interfederativo: Instância Técnico-Consultiva, Executiva e Deliberativa. Prefeituras Municipais e Governo do Estado (SEDU/PARANACIDADE)	1, 6, 10, 11, 16	RMM	✓
●○○	Ente Interfederativo: Instância Técnico-Consultiva e Executiva, Governo do Estado e Assembleia Legislativa	6, 8, 10, 11, 12, 15, 16, 17	RMM	
●●●	Ente Interfederativo (Instância Deliberativa, Instância Executiva, Instância Técnico-Consultiva)	11, 15	RMM, em especial Astorga, Iguaçu	
●●○	Ente Interfederativo (Instância Técnico-Consultiva)	11, 17	RMM	

Descentralização da Infraestrutura e dos Equipamentos Metropolitanos

Determinar a locação de investimentos em infraestrutura e na instalação de novos equipamentos metropolitanos considerando a redução na disparidade de acesso entre os municípios da RMM e o fortalecimento de novas centralidades

Integração da Governança Interfederativa para Uso e Ocupação do Solo

Organizar e estruturar o Sistema de Informações Metropolitanas (SIM) da RMM

Organizar um plano de capacitação dos recursos humanos estaduais e municipais, e comunicação para implementação do PDUI

Capacitar os técnicos municipais e gestores públicos nos novos processos para parcelamento do solo urbano e participação dos mesmos na gestão do território metropolitano

Construir plataforma digital de amplo acesso para garantia de um meio de comunicação eficaz com a sociedade alinhado com a possibilidade de publicitação dos dados e informações metropolitanas existentes

FPIC DE MOBILIDADE METROPOLITANA

DIRETRIZ

AÇÃO ESTRATÉGICA

Ordenamento do sistema viário metropolitano e redução de conflitos entre a ocupação urbana e a malha rodoviária

Determinar diretrizes de caráter metropolitano para expansão/qualificação do sistema viário urbano existente entre municípios conurbados, com rebatimento em seus planos de mobilidade e diretores

Elaborar estudo para determinar diretrizes viárias e investimentos de interesse regional, como contornos rodoviários e duplicações

Qualificar infraestrutura de estradas rurais/rodovias existentes que possibilitam o deslocamento intermunicipal na região

Revisar hierarquia viária para região e determinar perfis viários como referência para as vias de ligação metropolitanas existentes (ou diretrizes)

Fomento da utilização do transporte coletivo e da integração entre modais

Elaborar Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental para implantação de transporte de passageiros sobre o leito dos trilhos da EF 369 entre os municípios de Cambira e Paçandu, de forma a criar um eixo para o transporte de massa entre os municípios da RMM e fomentar a integração da Metrópole Norte Maringá – Londrina do transporte público coletivo metropolitano

Qualificar a estrutura dos terminais de transporte coletivo

	Ente Interfederativo (Instância Deliberativa, Instância Executiva, Instância Técnico-Consultiva)	11, 15	RMM, em especial Astorga, Iguaçu	
	Ente Interfederativo (Instância Técnico-Consultiva), SEDU/PARANACIDADE, IPPLAM	11, 17	RMM	
	Ente Interfederativo (Instância Deliberativa, Instância Executiva, Instância Técnico-Consultiva), SEDU/PARANACIDADE, SEPL, SEDEST/IAT, SEIL	11, 17	RMM	
	Ente Interfederativo (Instância Deliberativa, Instância Executiva, Instância Técnico-Consultiva), SEDU/PARANACIDADE, SEPL, SEDEST/IAT, SEIL	11, 17	RMM, em especial os municípios de Maringá, Sarandi, Paçandu, Marialva e Mandaguaçu	
	Ente Interfederativo (Instância Técnico-Consultiva), SEDU/PARANACIDADE, IPPLAM	11, 17	RMM	

PRAZO	ATORES ENVOLVIDOS	ODS RELACIONADOS	MUNICÍPIOS ABRANGIDOS	PROJETO ESTRUTURANTE
	Ente Interfederativo (Instância Deliberativa, Instância Executiva, Instância Técnico-Consultiva)	11	Mandaguaçu, Mandaguari, Marialva, Maringá, Paçandu e Sarandi	
	Ente Interfederativo (Instância Técnico-Consultiva), SEIL/DER, DNIT, ANTT	11	RMM	
	Ente Interfederativo (Instância Deliberativa, Instância Executiva, Instância Técnico-Consultiva), SEIL/DER, DNIT), SEDU/PARANACIDADE	11	RMM	
	Ente Interfederativo (Instância Técnico-Consultiva)	11	RMM	
	Ente Interfederativo (Instância Deliberativa, Instância Executiva, Instância Técnico-Consultiva), SEIL/DER, Ministério da Infraestrutura, ANTT ¹	11	RMM, em especial Cambira, Jandaia do Sul, Mandaguaçu, Mandaguari, Marialva, Maringá, Paçandu e Sarandi	
	Ente Interfederativo (Instância Técnico-Consultiva), DER/SEIL, Ministério da Infraestrutura ¹	11	RMM	

Fomento da utilização do transporte coletivo e da integração entre modais

- Elaborar plano de transporte coletivo, de forma a atualizar dados de deslocamento metropolitano por transporte coletivo e subsidiar – tecnicamente – a definição de uma política tarifária para a região e outras ações para qualificação do transporte coletivo
- A partir da elaboração de um plano de transporte coletivo, determinar anéis para integração do transporte coletivo na Região Metropolitana, considerando demanda por linha e distância percorrida em viagem
- Compatibilizar o traçado das linhas de transporte coletivo e do transporte de massa com as políticas de habitação da RM, de forma a garantir a proximidade entre a moradia social e os eixos de transporte em viagem
- Elaborar projetos prioritários para a estruturação da mobilidade metropolitana na RMM em alinhamento com a política regional de uso e ocupação do solo e com a política de habitação, considerando a redução de distâncias e tempos de deslocamento dos moradores da região

Estruturação de rede logística na região

- Elaborar Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental para execução de contorno ferroviário ao sul da RMM para o transporte de cargas, reduzindo os conflitos entre o escoamento de cargas e as ocupações urbanas
- Elaborar projetos para maior integração da região metropolitana na dinâmica logística estadual, federal e internacional
- Promover centro logístico intermodal junto ao Terminal de Cargas do Aeroporto municipal de Maringá
- A depender da implantação ou não da Ferrovia Norte-Sul:
 - Buscar adoção da segunda opção de traçado para a ferrovia norte-sul;
 - Considerar a implementação de novos armazéns e pátios ferroviários na região;
 - Elaborar Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental para implementação de infraestrutura de transporte fluvial integrado ao sistema rodoviário e à ferrovia norte-sul no Rio Ivaí

Promoção da mobilidade ativa como parte do sistema de transporte metropolitano

- Definir vias prioritárias para a mobilidade ativa intermunicipal, em que seja garantida a infraestrutura adequada para o deslocamento, com rebatimento em planos de mobilidade e diretores, sobretudo em municípios conurbados
- Definir vias prioritárias para a mobilidade ativa intermunicipal, em que seja garantida a infraestrutura adequada para o deslocamento, com rebatimento em planos de mobilidade e diretores, sobretudo em municípios conurbados
- Instalar bicicletários e paraciclos junto aos terminais de transporte e equipamentos de interesse metropolitano

	Ente Interfederativo (Instância Técnico-Consultiva), DER/SEIL ¹	11	RMM, em especial Maringá, Sarandi e Paçandu	
	Ente Interfederativo (Instância Técnico-Consultiva), DER/SEIL ¹	11	RMM, em especial Maringá, Sarandi e Paçandu	
	Ente Interfederativo (Instância Deliberativa, Instância Executiva, Instância Técnico-Consultiva), DER/SEIL ¹	11	RMM	
	Ente Interfederativo (Instância Deliberativa, Instância Executiva, Instância Técnico-Consultiva)	11	RMM	
	Ente Interfederativo (Instância Deliberativa, Instância Executiva, Instância Técnico-Consultiva), SEIL/DER, Ministério da Infraestrutura, ANTT	11	RMM, em especial Bom Sucesso, Cambira, Doutor Camargo, Floresta, Itambé, Jandaia do Sul, Mandaguari, Marialva, Maringá, Paçandu e Sarandi	
	Ente Interfederativo (Instância Técnico-Consultiva), SEIL/DER, Ministério da Infraestrutura, ANTT	11	RMM	
	Ente Interfederativo (Instância Deliberativa, Instância Executiva, Instância Técnico-Consultiva), SEIL/DER, Ministério da Infraestrutura, ANTT	8, 11	RMM, em especial Doutor Camargo, Cambira, Jandaia do Sul, Mandaguaçu, Mandaguari, Marialva, Maringá, Paçandu e Sarandi	
	Ente Interfederativo (Instância Deliberativa, Instância Executiva, Instância Técnico-Consultiva), SEIL/DER, Ministério da Infraestrutura, ANTT	8, 11	Ângulo, Atalaia, Astorga, Bom Sucesso, Cambira, Doutor Camargo, Floresta, Flórida, Iguaçu, Itambé, Ivatuba, Jandaia do Sul, Lobato, Mandaguaçu, Mandaguari, Marialva, Maringá, Paçandu, Santa Fé e Sarandi	
	Ente Interfederativo (Instância Técnico-Consultiva)	11	RMM, em especial Iguaçu, Mandaguaçu, Mandaguari, Marialva, Maringá, Paçandu e Sarandi	
	Ente Interfederativo (Instância Técnico-Consultiva)	11	RMM, em especial Iguaçu, Mandaguaçu, Mandaguari, Marialva, Maringá, Paçandu e Sarandi	
	Ente Interfederativo (Instância Técnico-Consultiva), SEIL/DER, SEDU/PARANACIDADE	11	RMM, em especial Astorga, Iguaçu, Mandaguaçu, Mandaguari, Marialva, Maringá, Paçandu e Sarandi	

Promoção da mobilidade ativa como parte do sistema de transporte metropolitano

Promover campanhas educativas para promoção da mobilidade ativa e conscientização da população

Consolidação do modelo de governança interfederativa para gestão da Mobilidade Metropolitana

Acompanhar elaboração e revisão dos Planos de Mobilidade Municipais, garantindo a compatibilidade das diretrizes para a mobilidade metropolitana entre os municípios

Tornar órgão metropolitano responsável pela gestão do transporte metropolitano na região

Implementar Sistema Integrado de Informações que permita o planejamento conjunto entre municípios e entre funções públicas³

¹ Deve ser considerado também o Consórcio Metropolitano de Transporte Coletivo, caso a proposta seja adotada

² Atualmente trata-se de uma competência do DER/PR. A depender do arranjo institucional a ser adotado para outorga/compartilhamento da competência, a conclusão da ação pode ter de curto a longo prazo

FPIC DE MEIO AMBIENTE

DIRETRIZ

AÇÃO ESTRATÉGICA

Fomento à criação de UCs e AEs (Corredores da Biodiversidade) e Parques Urbanos e Lineares

Elaborar Projeto de identificação e cadastro de áreas com remanescentes florestais com importância regional que sejam passíveis de uso para a implantação imediata ou futura de UCs públicas e privadas, de Parques Urbanos e Lineares e AEs (corredores da biodiversidade), prioritariamente em bacias hidrográficas utilizadas para o abastecimento público de água potável

Elaborar Projeto de implantação imediata de UCs, AEs e Parques Urbanos e Lineares em áreas disponíveis, visando maior participação da RMM no rateio do ICMS Ecológico (Serviços Ecossistêmicos)

Elaborar e Implantar Programa de Incentivos ou de Compensações Fiscais voltados à conservação ambiental, à preservação de maciços florestais e à recuperação de áreas degradadas que possuam relevância no contexto metropolitano e, prioritariamente, localizadas em áreas de mananciais de abastecimento de água potável

Elaborar Projeto de Implantação imediata do PSA-Pagamento por Serviços Ambientais com prioridade às Áreas de Proteção de Mananciais (Serviços Ecossistêmicos)

Melhoria da Eficiência da Gestão Ambiental Metropolitana

Elaborar e Implantar o Projeto de Estruturação dos Municípios da RMM e do seu Ente Metropolitano, com vistas à participação efetiva na gestão ambiental metropolitana – Licenciamento Ambiental, Fiscalização, Acompanhamento e Monitoramento

Elaborar e Implantar Programa de Qualificação contínua de técnicos e agentes municipais e do Ente Metropolitano para o exercício das atividades inerentes à Gestão Ambiental, cada qual no âmbito de suas competências institucionais

Elaborar e Implantar Projeto de Integração Institucional para a Gestão Ambiental articulada com as demais Diretrizes Regionais

	Ente Interfederativo (Instância Técnico-Consultiva)	11, 17	RMM	
	Ente Interfederativo (Instância Técnico-Consultiva)	11, 17	RMM	
	Ente Interfederativo (Instância Deliberativa, Instância Executiva, Instância Técnico-Consultiva), SEIL/DER	11, 17	RMM	
	Ente Interfederativo (Instância Técnico-Consultiva), SE-DU/PARANACIDADE, IPPLAM	11, 17	RMM	

³ Em consonância com o proposto para FPIC de Planejamento Territorial e Uso e Ocupação do Solo

PRAZO	ATORES ENVOLVIDOS	ODS RELACIONADOS	MUNICÍPIOS ABRANGIDOS	PROJETO ESTRUTURANTE
	IAT/SEDEST, Ente Interfederativo: Instância Técnico-Consultiva e Deliberativa	11, 13, 14, 15	RMM	
	IAT/SEDEST, Ente Interfederativo: Instância Técnico-Consultiva e Deliberativa	11, 13, 14, 15	RMM	
	IAT/SEDEST, Ente Interfederativo: Instância Técnico-Consultiva e Deliberativa	11, 13, 14, 15	RMM	
	IAT/SEDEST, Ente Interfederativo: Instância Técnico-Consultiva e Deliberativa	11, 13, 14, 15	RMM	
	IAT/SEDEST, Ente Interfederativo: Instância Técnico-Consultiva e Deliberativa	06, 11, 13, 14, 15, 16	RMM	
	IAT/SEDEST, Ente Interfederativo: Instância Técnico-Consultiva e Deliberativa	06, 11, 13, 14, 15, 16	RMM	
	IAT/SEDEST, Ente Interfederativo: Instância Técnico-Consultiva e Deliberativa	06, 11, 13, 14, 15, 16	RMM	

Constituição do Sistema Metropolitano de Gestão Integrada das Áreas de Riscos

Elaborar e implantar Programa de Geração de Informações Básicas e Cartográficas visando à criação de Banco de Dados Cadastrais das áreas de risco da Região Metropolitana

Elaborar Diagnóstico e Mapeamento em escala adequada das áreas de riscos da RMM visando ações preventivas e de atendimento aos eventos

Elaborar Mapeamento da Aptidão Geoambiental da RMM com vistas ao planejamento e a organização territorial da RMM (subsídio à elaboração de PDMs, à Anuência Prévia ao Uso e Ocupação do Solo, ao Licenciamento Ambiental, e à articulação com as demais diretrizes regionais)

Elaborar e Implantar Projeto de Estruturação dos Municípios e do Ente Metropolitano – legal e institucionalmente com vistas à atuação na Gestão Integrada das Áreas de Riscos

Elaborar e Implantar Projeto de Qualificação Contínua de Técnicos e Agentes municipais e do Ente Metropolitano com vistas à atuação na Gestão Integrada das Áreas de Riscos

Elaborar e Implantar Projeto de Criação do Sistema Metropolitano de Monitoramento das Áreas de Riscos e de Alertas às situações de Eventos Críticos

Elaborar Programa para Recuperação das Áreas de Riscos

Constituição do Sistema Metropolitano para a Gestão Integrada de Proteção e Manutenção dos Mananciais

Elaborar Projeto de Lei Estadual para a Criação do Sistema Integrado de Gestão e Proteção dos Mananciais da RMM

Elaborar Decreto Estadual que estabeleça as Bacias Hidrográficas que deverão servir como áreas de mananciais atuais e futuros

Desenvolver e Implantar Projeto para a instituição do Conselho Gestor dos Mananciais da RMM, órgão colegiado com papel deliberativo, consultivo e normativo com vistas a elaborar Políticas Públicas acerca da qualidade ambiental das áreas de proteção ambiental dos recursos hídricos considerados como de mananciais para o abastecimento público de água potável

Elaborar e Implementar o Plano de Proteção e Reordenamento Territorial em Áreas de Proteção dos Mananciais, estabelecendo diretrizes básicas, metas e prazos, em consonância com a Lei Estadual nº 237/2021, a Política Estadual dos Recursos Hídricos do Paraná e com as determinações dos Planos de Bacias Hidrográficas da RMM

Elaborar e Implantar Projeto de Estruturação dos Municípios da RMM e do seu Ente Metropolitano com vistas à participação efetiva na gestão de proteção e conservação das áreas de mananciais

Elaborar e Implantar Programa de Qualificação Contínua de Técnicos e Agentes municipais e do Ente Metropolitano para o exercício da gestão de proteção e conservação das áreas de mananciais

Elaborar e Implantar Programa de Geração de Informações Básicas e Cartográficas visando à criação de Banco de Dados das Áreas de Mananciais (Sistema de Informações)

Elaborar e Implantar Projeto do Sistema de Monitoramento e Acompanhamento da Gestão de Proteção e Conservação das Áreas de Mananciais

	IAT/SEDEST, Ente Interfederativo: Instância Técnico-Consultiva e Deliberativa	11, 13, 14, 15, 16	RMM	
	IAT/SEDEST, Ente Interfederativo: Instância Técnico-Consultiva e Deliberativa	11, 13, 14, 15, 16	RMM	
	IAT/SEDEST, IDR/SEAB, Ente Interfederativo: Instância Técnico-Consultiva e Deliberativa	11, 13, 14, 15, 16	RMM	
	IAT/SEDEST, IDR/SEAB, Ente Interfederativo: Instância Técnico-Consultiva e Deliberativa	11, 13, 14, 15, 16	RMM	
	IAT/SEDEST, IDR/SEAB, Ente Interfederativo: Instância Técnico-Consultiva e Deliberativa	11, 13, 14, 15, 16	RMM	
	IAT/SEDEST, IDR/SEAB, Ente Interfederativo: Instância Técnico-Consultiva e Deliberativa	11, 13, 14, 15, 16	RMM	
	IAT/SEDEST, IDR/SEAB, Ente Interfederativo: Instância Técnico-Consultiva e Deliberativa	11, 13, 14, 15, 16	RMM	
	- IAT/SEDEST - Concessionárias de Abastecimento de Água (SANEPAR, Autarquias Municipais) - IDR/SEAB - Microrregião de Saneamento - Ente Interfederativo: Instância Técnico-Consultiva e Deliberativa	03, 06, 11, 13, 14, 15, 16	Municípios possuidores de Bacias Hidrográficas utilizadas para abastecimento público de água (mananciais) OBS: outros municípios poderão ser incluídos a partir da consolidação da cartografia das áreas de mananciais	
		03, 06, 11, 13, 14, 15, 16		
		03, 06, 11, 13, 14, 15, 16		
		03, 06, 11, 13, 14, 15, 16		
		03, 06, 11, 13, 14, 15, 16		
		03, 06, 11, 13, 14, 15, 16		
		03, 06, 11, 13, 14, 15, 16		
		03, 06, 11, 13, 14, 15, 16		
		03, 06, 11, 13, 14, 15, 16		

Constituição do Sistema Metropolitano para a Gestão Integrada de Proteção e Manutenção dos Mananciais

Elaborar Projeto de Implantação Imediata do PSA (Pagamento por Serviços Ambientais)

Regionalização da Prestação de Serviços de Coleta e Tratamento dos Resíduos Sólidos

Elaborar Plano Metropolitano, atendendo a Universalização dos Serviços de Coleta e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos de acordo com as metas estabelecidas pela Lei Federal nº 14.026/2020, com observância das Diretrizes, Metas e Objetivos do PERS/PR e dos Planos de Bacias do Piraponea e Baixo Ivaí para o subtema

Elaborar e Implantar Projeto para a Constituição e Implantação do Sistema Metropolitano Consorciado para a Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos – coleta, transporte, transbordo, reaproveitamento, destinação final e tratamento

Elaborar Projeto para Implantação da Central Regional de Tratamento e de Valorização dos Resíduos Sólidos da RMM

Elaborar e Implantar Projeto de Encerramento dos Lixões e de Recuperação Ambiental das Áreas Degradadas

POLÍTICA PÚBLICA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Conforme determinado pelo Estatuto da Metrópole, em seu Art. 12, o conteúdo do PDUI deve conter diretrizes mínimas para a implementação da Política Pública de Regularização Fundiária Urbana, às vistas da Lei Federal n.º 13.465/2017.

Considera-se que a elaboração do Plano Metropolitano de Habitação (PMH) deve estar alinhada à realidade municipal de habitação, compreendendo a disparidade da temática entre os municípios metropolitanos e respeitando também a autonomia municipal.

Ademais, ressalta-se o instrumento do Macrozoneamento Metropolitano, que também oportuniza a abrangência dessa temática. Para tanto, a Diretriz 02 - Articulação Interfederativa para implementação da política de uso e ocupação regional e Diretriz 06 - Elaborar e/ou contratar o Plano Metropolitano de Habitação, estabelecendo macro diretrizes orientativas às políticas municipais de habitação, as vistas da implementação da política pública de regularização fundiária urbana.

Entende-se que essa inclusão permitirá no futuro o acompanhamento e manifestação do Ente Metropolitano sobre processos de regularização fundiária em áreas de interesse metropolitano. Como exemplo aplicável, há o Macrozoneamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), em que são definidas zonas destinadas à aplicação de instrumentos de habitação de interesse social, principalmente a partir das Zonas de Diretrizes Especiais Metropolitanas (ZDEM).

	- IAT/SEDEST - Concessionárias de Abastecimento de Água (SANEPAR, Autarquias Municipais) - IDR/SEAB - Microrregião de Saneamento - Ente Interfederativo: Instância Técnico-Consultiva e Deliberativa	03, 06, 11, 13, 14, 15, 16	Municípios possuidores de Bacias Hidrográficas utilizadas para abastecimento público de água (mananciais) OBS: outros municípios poderão ser incluídos a partir da consolidação da cartografia das áreas de mananciais	
	IAT/SEDEST, Ente Interfederativo: Instância Técnico-Consultiva e Deliberativa Consórcio Metropolitano de Resíduos Sólidos	03, 06, 11, 13, 14	RMM	
	IAT/SEDEST, Ente Interfederativo: Instância Técnico-Consultiva e Deliberativa Consórcio Metropolitano de Resíduos Sólidos	03, 06, 11, 13, 14	RMM	
	IAT/SEDEST, Ente Interfederativo: Instância Técnico-Consultiva e Deliberativa Consórcio Metropolitano de Resíduos Sólidos	03, 06, 11, 13, 14	RMM	
	IAT/SEDEST, Ente Interfederativo: Instância Técnico-Consultiva e Deliberativa Consórcio Metropolitano de Resíduos Sólidos	03, 06, 11, 13, 14	RMM	

CONTEÚDO A SER CONTEMPLADO NO PLANO METROPOLITANO DE HABITAÇÃO

I.	Diagnóstico da dinâmica institucional e social;
II.	Diagnóstico das necessidades habitacionais metropolitanas;
III.	Levantamento dos programas e projetos habitacionais dos municípios metropolitanos;
IV.	Análise das potencialidades e divergências entre os programas e projetos identificados;
V.	Levantamento dos lotes públicos metropolitanos, assim como vazios urbanos, passíveis de utilização na aplicação de instrumentos de habitação e regularização fundiária;
VI.	Elaboração de princípios e diretrizes a serem seguidos como padrões na elaboração de programas e projetos;
VII.	Elaboração de ações de integração da política habitacional entre municípios metropolitanos conurbados e com elevados índices de movimentação pendular entre si e com o município polo;
VIII.	Apontamento de ações metropolitanas prioritárias, junto ao indicativo de prazo de execução, estimativa de investimento e atores envolvidos;
IX.	Institucionalização das ações propostas.

SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO

O Sistema de Acompanhamento e Monitoramento (SAM) integra os mecanismos de gestão, para o planejamento estratégico, como forma de acompanhar e avaliar o progresso e o desempenho das políticas e programas públicos da Região Metropolitana

AVALIAÇÃO

Visão estratégica sobre a implementação do PDUI, considerando seus grandes objetivos

INFORMAÇÃO

Articulação dos dados e informações de interesse metropolitano em um Sistema de Informações Metropolitanas (SIM)

MONITORAMENTO

Visão detalhada sobre a implementação do PDUI, considerando os indicadores das ações específicas constantes no Plano de Ação

COMUNICAÇÃO

Fortalecimento da cultura metropolitana e divulgação os resultados alcançados de forma transparente e didática

PARTICIPAÇÃO

Promoção do engajamento da sociedade e participação na tomada de decisões relativas ao planejamento e gestão da RMM

ATRIBUIÇÕES PARA CADA INSTÂNCIA INTEGRANTE DA GOVERNANÇA

INSTÂNCIA DELIBERATIVA

Conselho Deliberativo

Avalia o progresso das diretrizes estratégicas, incluindo o desempenho do Sistema de Alocação de Recursos, no mínimo a cada 3 anos

Câmaras Técnicas

Avaliam e monitoram o desempenho de cada FPIC anualmente

Promove espaços de debate com entidades da sociedade civil, articulando a implementação das contribuições recebidas, conforme sua pertinência à gestão metropolitana

INSTÂNCIA TÉCNICO - CONSTRUTIVA

Corpo técnico

Organiza os eventos participativos promovidos pelas Câmaras Técnicas, auxiliando na mediação das contribuições

Participa da execução das FPICs

INSTÂNCIA EXECUTIVA

Comitê Executivo

Organiza os eventos participativos promovidos pelas Câmaras Técnicas, auxiliando na mediação das contribuições

ACOMPANHAMENTO DO PDUI

Ressalta-se em especial a realização de eventos participativos, em atendimento à atribuição conferida ao ente metropolitano, de promover espaços de debate junto à sociedade civil

Em complementação aos processos participativos, propõe-se a implementação de um painel de monitoramento, de acesso público, em que seriam apresentados os indicadores atualizados do Plano de Ação e das FPICs prioritizadas

○ O painel seria integrado ao portal metropolitano, por sua vez interno ao Sistema de Informações Metropolitanas (SIM)

Além da sociedade civil, destaca-se a participação de demais órgãos e instituições no acompanhamento e fiscalização do Plano, como é o caso do Ministério Público, com participação prevista pelo Estatuto da Metrópole (Art. 12). Ademais, entende-se que estão implícitas ações do Governo Federal e Estadual

GOVERNO FEDERAL

Acompanha: Cumprimento do Estatuto da Metrópole e desempenho das RMs. Implementação das Políticas Públicas Nacionais voltadas ao Meio Ambiente, à Mobilidade Urbana, à Proteção dos Recursos Hídricos, à Gestão dos Resíduos Sólidos e à Gestão e ao Monitoramento das Áreas de Riscos

GOVERNO ESTADUAL

Acompanha: Cumprimento do Estatuto da Metrópole a nível estadual. Conformidade com as Referências para a Política de Desenvolvimento Urbano e Regional para o Estado (PDUR-PR) e aprovação dos PDUIs; além da implementação das Políticas Estaduais voltadas ao meio ambiente, aos Recursos Hídricos e à Gestão de Resíduos Sólidos

MONITORAMENTO DAS AÇÕES E PROJETOS

No que se refere especificamente ao monitoramento das ações e projetos do PDUI, recomenda-se como pauta da atuação do Ente o uso de indicadores e instrumentos específicos.

Volume e qualidade dos mananciais existentes e potenciais

IQV, IDH, Índice FIRJAN

Descentralização das atividades de porte metropolitano; migração intrametropolitana

PDMs aprovados pelo Conselho Deliberativo; municípios capacitados e com adesão ao Sistema de Informações Metropolitanas (SIM)

FPICs com serviços integrados em consórcio ou Parcerias Público Privadas (PPPs)

Alterações do PDUI ou do Macrozoneamento Metropolitano

Demandas de consultas da sociedade civil

Processos de conscientização e capacitação

Demandas municipais


Participação municipal na Gestão Integrada

Indicadores e diretrizes do Plano de Ação

Solicitações e aprovações de movimentações do Sistema Integrado de Alocação de Recursos



MINUTAS DE ANTEPROJETO DE LEI



As minutas de anteprojeto de lei produzidas durante o processo de elaboração do PDUI abrangem a própria institucionalização do Plano, assim como instauração da Governança Metropolitana. O conjunto desses projetos de lei visa o atingimento da gestão plena, caracterizada no Estatuto da Metrópole (Art. 2º) como a condição de Região Metropolitana que possui: formalização de sua delimitação e estrutura de Governança Interfederativa própria e um PDUI. Atualmente a RMM, conta somente com sua delimitação territorial legal, dada pela Lei Estadual nº 83/1998.

Ressalta-se que as minutas entregues junto à conclusão do PDUI são representativas de suas proposições técnicas, tendo como objetivo subsidiar o aprofundamento do debate metropolitano inerente à aprovação e aprimoramento dos projetos de lei em questão.

MINUTAS DE ANTEPROJETO DE LEI DA INSTITUIÇÃO DO PDUI DA RMM

O Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado – PDUI da Região Metropolitana de Maringá - RMM é instrumento básico de planejamento para o desenvolvimento sustentável da RMM. O PDUI estabelece:

MACROZONEAMENTO METROPOLITANO

Indicação das áreas com restrições à urbanização visando à proteção do patrimônio ambiental ou cultural, bem como das áreas sujeitas a controle especial pelo risco de desastres naturais

As diretrizes para a gestão democrática e compartilhada do território e diretrizes para FPICs, incluindo projetos estratégicos e ações prioritárias

Os diagnósticos das três FPICs – Uso do Solo, Mobilidade e Meio Ambiente –, levaram à identificação de **forças, oportunidades, fraquezas e ameaças**, que são as considerações basilares para o planejamento urbano metropolitano e para a gestão. Assim, para cada uma das funções, foram elaboradas diretrizes que conformam orientações gerais do planejamento para a gestão metropolitana.

As diretrizes para a gestão, por sua vez, são viabilizadas por meio de suas **propostas estratégicas**, que correspondem ao arranjo geral de ações a serem executadas para que a Região Metropolitana possa realizar seus potenciais, mitigando suas fragilidades e contornando as ameaças. Essas diretrizes e suas propostas apresentam um rebatimento territorial que se materializa na síntese territorial estratégica e na proposição do Macrozoneamento Metropolitano.

INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS

Diretrizes quanto à articulação dos municípios no parcelamento, uso e ocupação do solo urbano

As diretrizes quanto à articulação intersetorial das FPICs

Sistema de acompanhamento e monitoramento

Todas as alterações de uso do solo rural para fins urbanos dos municípios metropolitanos integrantes da RM dependerão de prévia anuência do Ente Metropolitano Interfederativo, a ser instituído por legislação específica, na forma do Art. 53 da Lei Federal nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979

Todos os projetos de parcelamento do solo urbano localizados em áreas dos municípios integrantes da RM, dependerão de análise e aprovação prévia anuência do Ente Metropolitano Interfederativo, a ser instituído por legislação específica, na forma do parágrafo único do Art.13 da Lei Federal nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979

Durante o processo de institucionalização do PDUI da RMM, poderão ser agregadas outras FPICs mediante proposta técnica elaborada pela Instância Técnico-Consultiva e aprovação da Instância Deliberativa

Instrumento de monitoramento e avaliação da institucionalização PDUI

Promove o engajamento dos técnicos e da população no acompanhamento e tomada de decisão na RM

Garante processo dinâmico, permanente e transparente de implementação dos objetivos e diretrizes do PDUI

COMPATIBILIZAÇÃO DOS PLANOS DIRETORES MUNICIPAIS

Os municípios integrantes da RMM, compatibilizarão seus Planos Diretores e demais legislação urbanística correlata com as disposições do PDUI da RMM no prazo de até três anos

Recomenda-se que os critérios para avaliação da compatibilidade entre os PDMs e o PDUI sejam elaborados no âmbito do ente metropolitano e regulamentados

O PDUI da RMM estabelece diretrizes estratégicas para as políticas públicas agrupadas nas FPICs priorizadas:

PLANEJAMENTO TERRITORIAL E USO DO SOLO

- 1 Integração e articulação interfederativa para implementação da política de uso e ocupação regional;
- 2 Condicionamento do planejamento territorial à conservação de áreas de interesse ambiental;
- 3 Descentralização da Infraestrutura e dos Equipamentos Metropolitanos.

MOBILIDADE METROPOLITANA

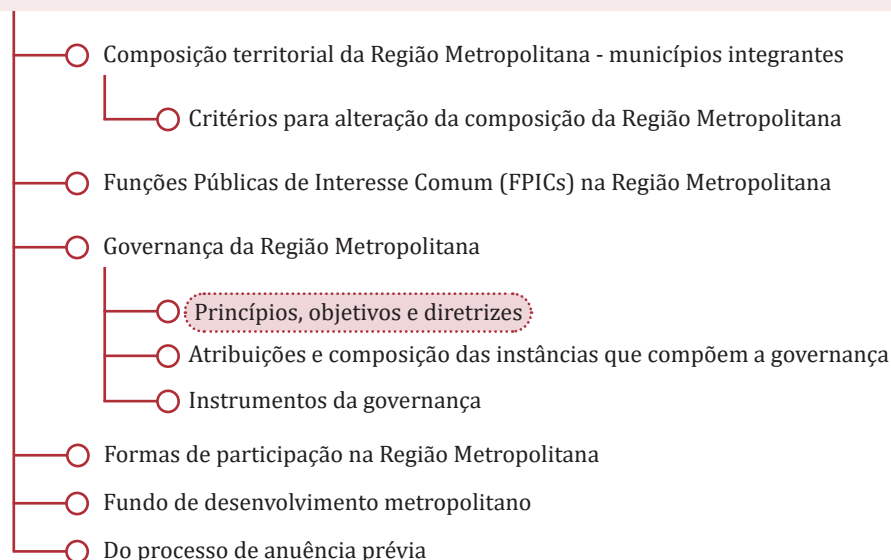
- 1 Ordenamento do sistema viário metropolitano com enfoque na redução de conflitos entre a ocupação urbana e a malha rodoviária;
- 2 Fomento da utilização do transporte coletivo e a integração entre modais de transporte para integração metropolitana;
- 3 Estruturação da rede logística com objetivo de otimização e de redução das distâncias nos deslocamentos intrametropolitanos;
- 4 Promoção da mobilidade ativa no sistema de transporte metropolitano.

MEIO AMBIENTE

- 1 Fomento à criação de Unidades de Conservação - UCs, Áreas Estratégicas - AEs, Parques Urbanos e Lineares como corredores da biodiversidade;
- 2 Melhoria da eficiência da Gestão Ambiental Metropolitana, a constituição do Sistema Metropolitano de Gestão Integrada das Áreas de Riscos, e a constituição do Sistema Metropolitano para a Gestão Integrada de Proteção e Manutenção dos Mananciais;
- 3 Regionalização da prestação de Serviços de Coleta e Tratamento dos Resíduos Sólidos para a gestão eficiente e integrada dos resíduos sólidos.

DA REGIÃO METROPOLITANA, SUAS FUNÇÕES PÚBLICAS E GOVERNANÇA

A avaliação do arcabouço legal vigente da RMM à luz do Estatuto da Metrópole e do documento de Referências para a Política de Desenvolvimento Urbano e Regional do Paraná aponta para a necessidade de sua revisão. Assim sendo, é proposta a alteração ou revogação da Lei Estadual nº 83 de 1998, que institui a RM, e suas alterações, de forma que o seguinte conteúdo mínimo seja contemplado:



RECOMENDAÇÃO DE PROCESSOS A SEREM REGULAMENTADOS EM DECRETO

Para além do conteúdo mínimo supracitado, é proposto que certos processos sejam regulamentados para otimizar a gestão metropolitana. A regulamentação poderá ocorrer Decreto, Resolução ou Portaria, a depender da temática abordada e da articulação dos entes federados

Delimitação das **áreas de manancial** e revisão da **delimitação territorial das macrozonas de conservação ambiental e de conservação de mananciais**

Definição do processo para verificação de compatibilidade das legislações municipais com o PDUI

Definição de **índices urbanísticos, taxas de impermeabilização, percentual de cobertura vegetal, densidade de ocupação e demais parâmetros para ocupação** das macrozonas de interesse ambiental/conservação dos mananciais – áreas com restrição à ocupação

Definição do processo de licenciamento urbanístico metropolitano, para aprovação de projetos de parcelamento do solo para fins urbanos localizados em municípios integrantes da RM

Definição do processo participativo para alterações no Macrozoneamento Metropolitano

DA INSTITUIÇÃO DA GOVERNANÇA INTERFEDERATIVA

OBJETIVOS

- Combater as desigualdades intrametropolitanas.
- Buscar o equilíbrio entre os municípios que a compõem.
- Promover a isonomia das condições e qualidade de vida e de atendimento dos serviços públicos dos cidadãos metropolitanos.
- Garantir a integração, a sinergia e a compatibilidade das políticas estaduais, municipais e metropolitanas no que diz respeito às questões de interesse comum.

DIRETRIZES

- Implantação de processo permanente e compartilhado de planejamento e de tomada de decisão quanto ao desenvolvimento urbano e às políticas setoriais metropolitanas afetas às FPICs.
- Estabelecimento de meios compartilhados de organização administrativa das FPICs e serviços metropolitanos a elas relativos.
- Estabelecimento de sistema integrado de alocação de recursos e de prestação de contas.
- Execução compartilhada das FPICs, mediante rateio de custos previamente pactuado no âmbito da estrutura de governança metropolitana.
- Participação de representantes da sociedade civil nos processos de planejamento e de tomada de decisão.
- Compatibilização dos planos plurianuais, leis de diretrizes orçamentárias e orçamentos anuais dos entes federados envolvidos na governança metropolitana.

PRINCÍPIOS

- Prevalência do interesse comum sobre o local.
 - Compartilhamento de responsabilidades para a promoção do desenvolvimento urbano integrado.
 - Observância das peculiaridades regionais e locais.
 - Gestão democrática das cidades.
- Observância das peculiaridades regionais e locais.
 - Gestão democrática das cidades.
 - Efetividade e economicidade no uso dos recursos públicos.
 - Busca do desenvolvimento sustentável.


A governança interfederativa da RMM se dará a partir da instituição do Ente Metropolitano Interfederativo, composto pelas seguintes Instâncias:

Art 8 ° - Estatuto da Metrópole





CONSIDERAÇÕES FINAIS



O presente documento sintetiza o trabalho técnico realizado durante a elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Maringá.

A Região Metropolitana de Maringá demonstra relevância estadual e nacional, evidenciando o potencial das dinâmicas metropolitanas e consequentemente a importância e necessidade do planejamento regional. Dentre esse contexto, o PDUI atua como um marco para a cultura metropolitana, visando a otimização desse potencial, aliado à mitigação das adversidades diagnosticadas. Para tanto, suas recomendações técnicas tem por objetivo alimentar e aprofundar o debate regional, às vistas da instauração da Governança Interfederativa como entidade representativa do diálogo, das aspirações e do desenvolvimento da Região Metropolitana de Maringá.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Resumo da Etapa 6 que compreende o PRODUTO 06 — RELATÓRIO DAS PROPOSTAS CONSOLIDADAS, é resultado de todas as etapas de elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado — PDUI da Região Metropolitana de Maringá e integra a última etapa de elaboração desse Plano.

Neste caderno, é possível contemplar uma síntese do desenvolvimento do PDUI, identificar seus principais conteúdos, como diagnóstico, propostas, e propostas de definição do recorte metropolitano e as diretrizes para a gestão metropolitana.

A Região Metropolitana (RM) de Maringá é caracterizada pelo agrupamento político e geográfico de municípios limítrofes, que apresentam significativo fenômeno de integração populacional, preliminarmente identificado pela mancha urbana de Maringá, Cambé e Ibiporã e outras cidades do entorno do município de Maringá, conforme critérios do IBGE. Esse agrupamento foi constituído pela Lei Complementar Estadual nº 81, de 17 de junho de 1998, e suas alterações e representa uma unidade territorial estadual.

A Lei Federal nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015, denominada “Estatuto da Metrópole” e sua alteração Lei nº 13.683 de junho de 2018, estabelece em seu Art. 1º, as diretrizes gerais para o planejamento, a gestão e a execução das Funções Públicas de Interesse Comum em Regiões Metropolitanas e em Aglomerados Urbanos, desde que instituídas pelos Estados, normas gerais sobre o desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado – PDUI, introduz instrumentos para a Governança Interfederativa e os critérios para apoio do Estado e da União para ações referentes ao fenômeno de metropolização e do desenvolvimento urbano.

No inciso VI do Art. 2º, a mesma Lei define o PDUI como “instrumento que estabelece, no âmbito de um processo e planejamento, as diretrizes para o desenvolvimento urbano da Região Metropolitana ou da Aglomeração Urbana”. Desta forma, o PDUI torna-se um dispositivo que define um novo cenário para as Regiões Metropolitanas, até então sem marco legal próprio.

Diferentemente das propostas dos Planos Metropolitanos executados anteriormente, que não tinham força de lei, o PDUI passa a ser fundamental como instrumento norteador para a atuação da Governança Metropolitana, na forma de proposta de anteprojeto a ser apresentada à discussão no Legislativo Estadual, como parte da Política de Desenvolvimento Urbano e Regional para o Estado do Paraná. Esta proposta pretende alcançar uma gestão descentralizada e participativa no âmbito interfederativo do planejamento urbano e regional.

Tais unidades atendem ao disposto da Constituição Federal de 1988, Art. 25º, que estabeleceu que “[...] os Estados poderão, mediante Lei Complementar instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por municípios limítrofes”.

A Região Metropolitana de Maringá foi criada em 1998, no entanto, até então, não foi instituído um organismo gestor ou mesmo promovido um plano de desenvolvimento que impulsionaria, de fato, a gestão integrada das funções públicas de interesse comum e o desenvolvimento urbano do território metropolitano.

Diante das determinações legais em fazer cumprir o Estatuto da Metrópole de elaborar e aprovar o PDUI da Região Metropolitana de Maringá, a SEDU aplicou o fundamento da Política de Desenvolvimento Urbano e Regional do Estado do Paraná, de 2017 e do Plano de Governo de 2019 a 2022, que estabelece no capítulo do Desenvolvimento Econômico e Urbano: “Atuar, junto aos municípios, para aplicação do Estatuto da Cidade e o Metrópole nas regiões metropolitanas, de modo a garantir à população a convivência em cidades e metrópoles”.

O PDUI da Região Metropolitana de Maringá, após os dois anos de sua elaboração, apresenta à população a definição de objetivos, diretrizes e propostas de intervenção para o desenvolvimento metropolitano, a organização administrativa por meio de uma governança interferativa com a participação do Estado e dos municípios que compõe essa região metropolitana, com orientações às ações futuras das funções de interesse comum e dos setores público e privado que neles atuam.

Apresenta estudos e cenários para o recorte e a composição dos municípios verdadeiramente metropolitanos, propostas metropolitanas prioritárias relacionadas à dimensão físico-territorial, ordenamento do território e elaboração de diretrizes e propostas de ações estratégicas. Identifica e define as Funções Públicas de Interesse Comum – FPICs e seus processos de gestão metropolitana, preliminarmente para o Planejamento Territorial e Ocupação do Uso do Solo, Mobilidade Metropolitana e Meio Ambiente. Cabe salientar que outras FPICs poderão ser identificadas de acordo com as demandas e propostas resultantes do processo de implantação da organização da futura gestão metropolitana do conjunto de atores do Estado e dos municípios.

São propostos os arcabouços institucionais da Região Metropolitana de Maringá com proposta de modelo da Governança Interfederativa Metropolitana, com base na definição de Estatuto da Metrópole: “... governança interfederativa das funções públicas de interesse comum: compartilhamento de responsabilidades e ações entre entes da Federação em termos de organização, planejamento e execução de funções públicas de interesse comum, mediante a execução de um sistema integrado e articulado de planejamento, de projetos, de estruturação financeira, de implantação, de operação e de gestão”.

A proposta do PDUI da Região Metropolitana de Maringá é resultado dos amplos debates com a participação dos diversos setores envolvidos do Estado e dos municípios que atualmente integram a Região Metropolitana de Maringá, bem como com a população convocada a participar de oficinas e audiências públicas promovidas durante o desenvolvimento do PDUI.

Este produto, após validação da SEDU e do PARANACIDADE, conforme orientações contidas na Lei Federal nº 123.089, de 12 de janeiro de 2015 e Lei 13.683 de junho de 2018, será encaminhado pela SEDU como anteprojeto de Lei para análise da Casa Civil e que, posteriormente, o remeterá na forma de projeto de Lei à Comissão de Relações Federadas e Assuntos Metropolitanos da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná para aprovação final.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aeroporto Regional de Maringá – SBMG. Aeroporto. 2021. Disponível em: < <https://www.aeroportomaringa.com.br/pt/aeroporto/sobre>>. Acesso em novembro de 2022.

Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. Sistema de Participação Pública da ANTT: Audiência Pública. 2021. Disponível em:< <https://participantt.antt.gov.br/Site/AudienciaPublica/VisualizarAvisoAudienciaPublica.aspx?CodigoAudiencia=443>> Acesso em novembro de 2022.

ALCÂNTARA, C.M. Serviços Sociais Autônomos e a Administração Pública Brasileira. Revista de Direito Administrativo & Constitucional. Ano 9, n.37, p. 175 – 199. Belo Horizonte, 2009.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento. Manual de Orientação à Elaboração do Plano Local de Habitação De Interesse Social (PLHIS) Simplificado, 2015. Disponível em:<https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Manuais/Manual_PLHIS_simplificado.pdf>. Acesso em novembro de 2022.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em novembro de 2022.

BRASIL. Decreto Lei 200 de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: 1967. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm>. Acesso em novembro de 2022.

BRASIL. Decreto nº 10.109, de 7 de novembro de 2019. Promulga o Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, firmado em Paris, em 3 de junho de 2015. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10109.htm>. Acesso em novembro de 2022.

BRASIL. Decreto nº 11.075, de 19 de maio de 2022. Estabelece os procedimentos para a elaboração dos Planos Setoriais de Mitigação das Mudanças Climáticas, institui o Sistema Nacional de Redução de Emissões de Gases de Efeito Estufa e altera o Decreto nº 11.003, de 21 de março de 2022. Disponível em: < <https://in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-11.075-de-19-de-maio-de-2022-401425370>>. Acesso em novembro de 2022.

BRASIL. Lei Complementar nº 14 de 8 de junho de 1973. Estabelece as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em novembro de 2022.

BRASIL. Lei Federal nº 10.257, de 10 de junho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm>. Acesso em novembro de 2022.

BRASIL. Lei Federal nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015. Institui o Estatuto da Metrópole, altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13089.htm>. Acesso em novembro de 2022.

BRASIL. Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13465.htm>. Acesso em novembro de 2022.

BRASIL. Lei Federal nº 6.938 de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, 02/09/1981.

BRASIL. Lei Federal nº 9.985, de 18 de junho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm>. Acesso em novembro de 2022

BRASIL. Lei nº 12.587, de 03 de janeiro de 2012. Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12587.htm> Acesso em novembro de 2022.

BRASIL. Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015. Institui o Estatuto da Metrópole. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13089.htm>. Acesso em novembro de 2022.

BRASIL. Lei nº 14.119, de 13 de Janeiro de 2021. Institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais. Diário Oficial da União: ed. 9, seção 1, p. 7, 14/01/2021. Cidade Verde Transporte Rodoviário, Integração. 2021. Disponível em: <<http://www.cidadeverdetransporte.com.br/integracao.html>>. Acesso em novembro de 2022.

Confederação Nacional do Transporte. Anuário CNT do Transporte – Estatísticas Consolidadas. 2020. Disponível em: <<https://anuariodotransporte.cnt.org.br/2020/Ferrovuario/2-3-1-/Rede-vi%C3%A1ria>>. Acesso em novembro de 2022.

CONSÓRCIO LOGIT-MMSO (2018). Modelos de Gestão para Integração Metropolitana do Sistema de Transporte Público Coletivo. Disponível em: <<https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSEMOB/ArquivosPDF/eficiencia/publicacoes/>>

Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná — DER-PR. Relatório Anual de Acidentes de Trânsito. Disponível em: <<http://www.der.pr.gov.br/Pagina/Relatorio-Anual-de-Acidentes-de-Transito>> Acesso em novembro de 2022.

Departamento de Trânsito do Paraná — DETRAN. Estatísticas de trânsito. 2021. Disponível em: <<https://www.detran.pr.gov.br/Pagina/Estatisticas-de-transito>> Acesso em novembro de 2022.

Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes — DNIT. Atualização do Programa Nacional de Segurança Ferroviária em Áreas Urbanas (PROSEFER). DNIT. 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/dnit/pt-br/acesso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas/governanca-e-estrategia/resultado-das-iniciativas-projetos-e-programas/DIFFinal.pdf>>. Acesso em novembro de 2022.

Governo Federal. Plano Nacional e Logística. PNL 2035. 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/participamaisbrasil/plano-nacional-de-logistica-pnl-2035>>. Acesso em novembro de 2022.

Instituto Água e Terra — IAT. Relatório de Conjuntura Recursos Hídricos do Estado do Paraná. 147 p. Curitiba, 2020. Disponível em: <<http://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Relatorio-de-Conjuntura-dos-Recursos-Hidricos-do-Estado-do-Parana>>. Acesso em novembro de 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — IBGE. Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil. Rio de Janeiro: DEGEO, 2015. Disponível em: <www.ibge.gov.br> Acesso em novembro de 2022

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — IBGE. Projeto Regiões Rurais, 2015. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94413.pdf>>. Acesso em novembro de 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — IBGE. Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproximação. Rio de Janeiro: IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017c. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100643.pdf>>. Acesso em novembro de 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — IBGE. Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias, 2017. Rio de Janeiro: DGC, 2017a. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv13622.pdf>>. Acesso em novembro de 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — IBGE. Tipologia Intraurbana: Espaços de Diferenciação Socioeconômica nas Concentrações Urbanas do Brasil. Rio de Janeiro: DGC, 2017b. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101470.pdf>>. Acesso em novembro de 2022.

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Maringá — IPPLAM. Plano Diretor Municipal – Diagnóstico: Parte IV – Mobilidade.

Instituto Rio Metrôpole — IRM. Sobre: Governança Metropolitana. 2022. Disponível em: <<http://www.irm.rj.gov.br/sobre.html>> Acesso em novembro de 2022.

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social — IPARDES. Cadernos Municipais. Curitiba, 2021. <<https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Cadernos-municipais>>. Acesso em novembro de 2022.

MARINGÁ. Lei Complementar Municipal nº 1.093 de 10 de outubro de 2017. Dispõe sobre a Política de Proteção, Preservação, Controle, Conservação e Recuperação do Meio Ambiente e melhoria da qualidade de vida do Município de Maringá. Órgão Oficial do Município: n. 2779, 23/10/2017. Disponível em: <http://venus.maringa.pr.gov.br/arquivos/orgao_oficial/arquivos/oom%202779.pdf>. Acesso em novembro de 2022.

MCID – Ministério das Cidades. Conselho das Cidades: Um Exercício de Gestão Democrática. Brasília, 2006. Disponível em: < <https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosCidades/ArquivosPDF/Publicacoes/UmExerciciodeGestaoDemocratica.pdf>> Acesso em novembro de 2022.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 39. ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

MINAS GERAIS, Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Apresentação do processo de revisão dos planos diretores da RMBH, 2017. Disponível em: <http://www.rmbh.org.br/arquivos_biblioteca/Apres_MZ-RMBH_PDMs_23-10-2017.pdf>. Acesso em novembro de 2022

MODESTO, P. Região Metropolitana, Estado e Autonomia Municipal: a governança interfederativa em questão. Revista de Direito Administrativo. ANO 2016 nº 66.

MODESTO, P. Região Metropolitana, Estado e Autonomia Municipal: a governança interfederativa em questão. Revista de Direito Administrativo. ANO 2016 nº 66, 2016.

PARANÁ. Lei Estadual n. 111, de 11 de Agosto de 2005. Dispõe sobre o funcionamento das Regiões Metropolitanas do Estado do Paraná. Diário Oficial do Estado do Paraná, n. 7.048, 25/08/2005.

PARANÁ. Lei Estadual n. 111, de 11 de Agosto de 2005. Dispõe sobre o funcionamento das Regiões Metropolitanas do Estado do Paraná. Diário Oficial do Estado do Paraná, n. 7.048, 25/08/2005.

PARANÁ. Lei Estadual n. 83, de 17 de Junho de 1998. Institui a Região Metropolitana de Maringá, Constituída pelos Municípios que especifica. Diário Oficial do Estado do Paraná, n. 5.294, 17/07/1998.

PARANÁ. Lei Estadual nº 12.726 de 26 de novembro de 1999. Institui a Política Estadual de Recursos Hídricos. Diário Oficial do Estado do Paraná: n. 5.628, 29/11/1999.

PARANÁ. Lei Estadual nº 19.261 de 08 de dezembro de 2017. Cria o Programa Estadual de Resíduos Sólidos para atendimento às diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos no Estado do Paraná e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Paraná: nº 10084 08/12/2017.

PARANÁ. SEDU — Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas. Serviço Social Autônomo PARANACIDADE. SEDU Interativo. Disponível em: <<https://paranainterativo.pr.gov.br/>> Acesso em novembro de 2022.

PARANÁ. SEMA-PR – Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos. Plano Estadual de Recursos Hídricos do Paraná – Resumo Executivo. Curitiba: SEMA, 2011. 57 p.

Prefeitura de Maringá. Plano de Mobilidade Urbana de Maringá – Relatório das pesquisas - Volume I. 2021b. Disponível em: <<https://www.mobilidademaringa.com.br/documentos>>. Acesso em novembro de 2022.

RIBEIRO, L. C. DE Q.; MOURA, R.; DELGADO, P.; TAVARES, É. Integração dos Municípios Brasileiros à Dinâmica de Metropolização. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO; PARANACIDADE. Política de Desenvolvimento Urbano e Regional para o Estado do Paraná. Vol 1. Curitiba: SEDU, 2017.

SEDU — SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E OBRAS PÚBLICAS. SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE. Referências para a Política de Desenvolvimento Urbano e Regional para o Estado do Paraná. Vol 1. Curitiba: SEDU/PARANACIDADE, 2017. Disponível em: <<http://www.PARANACIDADE.org.br/>> Acesso em novembro de 2022.

SEPLAN — SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E PROJETOS ESTRUTURANTES, C. M. Plano da Metrópole Paraná Norte. Curitiba: Governo do Paraná, 2019. Disponível em: <<http://www.planejamento.pr.gov.br/>>. Acesso em novembro de 2022.

FICHA TÉCNICA

PROJETO GRÁFICO

Luisa Amorielo Spolador

Renato Stall Filho

Sofia de Toledo Cenci

DIAGRAMAÇÃO

Luisa Amorielo Spolador

Maria Vitória Cavalotti Kultchek

Nathaly Louise Zalkoski

Sofia de Toledo Cenci

TIPOGRAFIA

HEAVITAS

Montserrat

Cambria Math

URBTEC™ 2022

Esse relatório foi impresso em papel Offset 150g/m
e a capa em Couchè Fosco 150g/m

